

Soraia Carolina de Mello

**Feminismos de Segunda Onda no Cone Sul
problematizando o trabalho doméstico (1970 – 1989)**

Florianópolis, março de 2010.

Soraia Carolina de Mello

**Feminismos de Segunda Onda no Cone Sul
problematizando o trabalho doméstico (1970 – 1989)**

Dissertação apresentada para obtenção do título de Mestre em História, ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina, UFSC.

Orientadora:
Prof^a Dr^a Cristina Scheibe Wolff

**Feminismos de Segunda Onda no Cone Sul:
problematizando o trabalho doméstico (1970-
1989)**

SORAIA CAROLINA DE MELLO

Esta Dissertação foi julgada e aprovada em sua
forma final para obtenção do título de

MESTRE EM HISTÓRIA CULTURAL

Banca Examinadora



Dra. Cristina Scheibe Wolff - Orientadora e Presidente –
UFSC



Dra. Joana Maria Pedro – UFSC



Dra. Maria Izilda Santos de Matos – PUC/SP

Dra. Mara Coelho de Souza Lago – Suplente – UFSC



Prof^ª. Dr^ª. Cristina Scheibe Wolff
Coordenadora do PPGH/UFSC

Florianópolis, 05 de março de 2010.

Agradecimentos

No momento de escrever os agradecimentos, me dei conta de algo que penso ser evidente, mas que nem sempre temos claro quando nos envolvemos em algum projeto que demanda muito de nós. Pouca coisa que fazemos na vida – e na minha eu penso que nada – pode ser encarada como uma “obra solitária”. Por mais que o processo de escrita de uma dissertação seja um momento em que nos sentimos de alguma forma isoladas/os, as contribuições das pessoas ao meu redor são inúmeras, e espero não esquecer de ninguém importante.

Primeiramente, preciso agradecer à minha família – e nesse agradecimento incluo meu companheiro – pelo apoio irrestrito à minha formação acadêmica, que já dura alguns anos. Eu sei que esse apoio, material e emocional, não se deu sem dificuldades. Obrigada também por me aturarem nos dias de mau humor e nas minhas neuroses com os prazos! Eu sei que não é fácil.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pela concessão da bolsa durante o ano de 2009, que auxiliou no desenvolvimento desta pesquisa.

À professora Dr^a. Cristina Scheibe Wolff, que me orientou durante a pesquisa com grande consideração, respeitando minhas escolhas e possibilitando meu amadurecimento como pesquisadora.

À professora Dr^a. Joana Maria Pedro e à professora Dr^a. Mara Coelho de Souza Lago, por aceitarem participar da banca do exame de qualificação, pela leitura, pelas sugestões e pelas críticas. Eu não poderia deixar de agradecer também à professora Joana por ter me ajudado a perceber como o trabalho doméstico era uma questão que me incomodava, ainda na graduação e, na revisão das notas, minha memória me levou à suas aulas de Teoria e Metodologia da História I, em 2003. Acho que elas nunca me foram tão úteis! A professora Mara também preciso agradecer além de sua participação na banca. Sua disciplina, ministrada em conjunto com a professora Dr^a. Miriam Pillar Grossi no Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas da UFSC, Seminários Temáticos sobre Gênero, contribuiu não apenas com bibliografia, mas com reflexões preciosas a respeito do meu objeto de estudo.

Às/aos colegas e amigas/os pesquisadoras/es, professoras/es ou não, do Instituto de Estudos de Gênero (IEG) e em especial do Laboratório de Estudos de Gênero e História (LEGH) da UFSC. Minha formação como pesquisadora é fruto do meu contato com essas pessoas,

que são muitas e contribuíram desde a coleta de fontes até a leitura de meus textos, acompanhando nas viagens a trabalho e sugerindo bibliografia, mesmo antes de eu iniciar essa pesquisa. Gostaria de agradecer especialmente ao Gabriel, à Joanhina, à Lilian e à Maria Cristina, a quem devo contribuições diretas a essa dissertação, o que inclui os desabafos e algumas boas piadas.

À minha turma do mestrado, e às/aos demais colegas com quem tive contato nas diferentes disciplinas. Dividimos momentos bons e outros nem tanto, e grandes amizades surgiram dessa interação. Aos/às professores/as e funcionários/as do Programa de Pós-Graduação em História.

Aos meus amigos e amigas, assim como as demais pessoas queridas que me rodeiam e que ocasionalmente chamo por outro nome. Acredito que vocês não só fazem minha vida melhor, como me fazem uma pessoa melhor. Eu tenho a sorte de ter uma lista extensa, e para não correr o risco de deixar ninguém especial de fora, muito menos ficar piegas que não é lá do meu feitio, citarei apenas as contribuições mais diretas. Ao Daniel pelas revisões constantes, inclusive o projeto dessa pesquisa e sua versão final; à Lis, que me ligou avisando que eu tinha sido aprovada no programa e está sempre presente; ao Gabriel, pelos telefonemas angustiados em horários pouco convencionais, e pela ajuda com o *abstract*; à Samira, que é meu salva-vidas e sempre sabe das formalidades quando me encontro totalmente perdida; ao Douglas que levou uma multa do rodízio pra eu poder copiar documentos na biblioteca da Fundação Carlos Chagas; à Dani e à Juliana também pelas revisões. E a todas e todos vocês por me ajudarem a levar a vida com bom humor, pelas piadinhas infames e pelo companheirismo. Penso que não saberia como viver sem isso.

Preciso agradecer às milhares de mulheres, feministas ou não, que provocaram mudanças e lutaram para desestruturar as relações tradicionais de gênero mundo afora, em diferentes períodos da nossa história. Sem elas eu não teria nem objeto de pesquisa, nem condições de efetuar-la.

Por último agradeço à professora Dr^a. Joana Maria Pedro e à professora Dr^a. Maria Izilda Santos de Matos por aceitarem fazer parte da minha banca. Tenho certeza que suas contribuições irão enriquecer meu trabalho.

SUMÁRIO

Resumo	Pg. 09
Abstract	Pg. 10
Introdução	Pg. 11
1. Primeira Parte - A problematização do trabalho doméstico	Pg. 29
1.1. Era uma vez a rainha do lar... ou um trabalho chamado amor	Pg. 32
1.2. Ser esposa, a mais antiga profissão	Pg. 50
1.3. O mito da maternidade	Pg. 60
1.4. Condições de trabalho - Uma profissão invisível: dona de casa.....	Pg. 71
1.5. Por que o trabalho doméstico não é considerado trabalho?	Pg. 92
2. Segunda Parte – A problematização do emprego doméstico	Pg. 110
2.1. As leis	Pg. 114
2.2. <i>Las “dueñas” de la casa ajena</i> – condições de trabalho e histórias de vida	Pg. 122
2.3. Relações entre empregadas e patroas	Pg. 137
2.4. Emprego doméstico: produção ou reprodução?	Pg. 158
Considerações finais	Pg. 166
Fontes	Pg. 176
Referências Bibliográficas	Pg. 179

Resumo

Meu objeto de estudo são os feminismos do que foi classificado como Segunda Onda Feminista, mais especificamente os do Cone Sul. E foi através desses feminismos que a questão do trabalho doméstico como um problema me chamou a atenção. A relação entre mulheres e trabalho doméstico, ainda que afirmada pelos feminismos e pelos estudos de gênero como culturalmente construída, tem seu principal aporte na idéia de naturalização dessas funções. A família e em especial a maternidade se mostram como as principais legitimadoras de tal relação, que traz em si o peso de séculos de reafirmação de que “ser mulher” é ter cuidado, reclusão, dedicação, paciência; é se voltar à esfera privada, é ser esposa e ser mãe.

Nesta pesquisa me propus a escrever uma história da discussão em torno do trabalho e do emprego domésticos nos feminismos de Segunda Onda do Cone Sul, utilizando como fonte as produções impressas desses feminismos, sobretudo periódicos. São jornais feministas produzidos – ou que circularam – na Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai. É importante destacar que o meu recorte temporal é dado pelas fontes utilizadas e que, através delas, busco estabelecer uma discussão a respeito da problematização do trabalho doméstico nos feminismos de Segunda Onda no Cone Sul, partindo de uma perspectiva historiográfica, inserida nos estudos feministas e de gênero, com o apoio de bibliografia tanto contemporânea aos documentos utilizados quanto atual. A dissertação se divide em duas partes, a primeira referente às problematizações a respeito do trabalho doméstico feminino, aquele da dona de casa, e a segunda referente às problematizações do emprego doméstico feminino, referente à empregada doméstica. Na pesquisa pude observar que grande parte das problematizações a respeito da questão, nos periódicos consultados, são comuns nos diferentes países e, de forma geral, envolvem questões complexas como as esferas pública e privada, questões de gênero e intragênero, de raça e/ou etnia e de manutenção de valores tradicionais.

Palavras-chave: Trabalho Doméstico; Emprego Doméstico; História do Feminismo; Cone Sul; Imprensa Feminista; Segunda Onda Feminista.

Abstract

The feminisms of what was called the Second-wave, more specifically the Southern Cone ones, are the object of my study. And it was through these feminisms that the issue of housework as a problem caught my attention. The relation between women and housework, even though affirmed by the feminisms and the gender studies as culturally built, has its main contribution in the naturalization of these functions. Family and specially motherhood show themselves as the main legitimizers of this relation, that brings itself the weight of centuries of reaffirmation that “being a woman” means taking care, reclusion, dedication, patience; means turning to the private sphere, being a wife and a mother.

In this research I had the purpose of writing a history of the discussion about the housework and domestic labour in the Second-wave feminisms of Southern Cone, using as source the printed production of these feminisms, mostly periodicals. These are feminists newspapers produced – or that circulated – in Argentina, Bolivia, Brazil, Chile, Paraguay and Uruguay. It is important to note that the specified period is given by the sources I have used and, through them, I intend to settle a discussion about the problematization of the domestic work in Southern Cone Second-wave feminisms, starting from a historiographic perspective inserted in the feminist and gender studies, with the support of bibliography contemporary to the applied documents and current bibliography. The dissertation is divided in two parts: first refers to the problematizations about female housework, the housekeeper one, and second refers to the problematizations of female domestic labour, referring to the domestic employee. During the research it was possible to observe that many problematizations on this issue, in the consulted periodicals, are common in the different countries and generally involve complex issues as public and private spheres, gender and intra-gender issues, of race and/or ethnicity and of maintenance of traditional values.

Keywords: Housework; Domestic Labour; Feminism's History; Southern Cone; Feminist Press; Second-wave Feminism.

Introdução

O problema do trabalho doméstico feminino tem história. Quais serão as dificuldades que o tema oferece que fazem com que historiadoras/es deixem a questão nas mãos de outras disciplinas? Fez-se (e faz-se) história do cotidiano, da domesticidade feminina, dos artefatos e das tecnologias do lar, utilizando-se de perspectivas de gênero, e inclusive descrevendo os afazeres de diferentes mulheres em períodos diversos. Mas a percepção de que o trabalho doméstico é uma questão urgente e gritante na busca pela igualdade, ou ao menos na busca pela transformação das relações de gênero, ainda que não seja negada pela historiografia, não se mostra tão importante a ponto de ser objeto de uma análise mais cuidadosa.

Meus compromissos, norteadores da pesquisa que venho realizando, são principalmente dois, e estão intimamente ligados à minha formação como historiadora. Primeiramente, percebo que a historiografia feminista, a qual trabalhou e vem trabalhando tantas questões, parece ter deixado uma tremenda lacuna no que se refere ao período em que, principalmente (mas não só) no Ocidente, o trabalho doméstico passa a ser uma questão, um problema para as mulheres, que por tanto tempo foram as encarregadas por ele. O que nosso olhar voltado ao passado sugere é que o trabalho doméstico, nas sociedades mais próximas à nossa, *sempre*¹ foi atribuição feminina, mas nem sempre as mulheres questionaram ou se incomodaram com isso. O que terá acontecido? Sinto-me desafiada, com o apoio de estudos sobre o tema, a inferir a respeito dessa questão.

Meu segundo compromisso aqui, o qual não está de forma alguma desconectado do primeiro, tem a intenção de observar o trabalho doméstico feminino a partir de uma perspectiva política, ou seja, feminista. Partindo da aceitação da idéia de que a história tem função central na politização de grupos e sujeitos, e admitindo que seu uso pode servir tanto a propósitos conservadores quanto transformadores, preocupações de uma historiografia feminista com a questão podem colaborar para uma politização mais ampla da mesma. É necessário que cheguemos a um ponto em que haja certo “senso comum”² que aceite a

¹ Necessário, claro, problematizar esse “sempre”; não se trata aqui de nenhuma intenção de naturalização.

² Admito o termo “senso comum” como sendo em muitos sentidos complicado. De certo modo ele aceita a existência de um consenso social, e aceita também que a sociedade tem um centro, o que pode ser considerado impossível, ainda mais no universo amplo ao qual pertencem as discussões sobre o trabalho doméstico. Ao mesmo tempo, ao observar as fontes, percebo

divisão de tarefas no lar como uma questão pública e política, e não individual e privada. Por mais que a palavra de ordem *O pessoal é político*, tão utilizada pelos feminismos de Segunda Onda, tenha se desdobrado em conquistas das mais plurais para as mulheres nessas quatro décadas que se passaram, a questão do trabalho doméstico muitas vezes parece estagnada, ou em retrocesso, ou com mudanças muito tímidas, principalmente se compararmos com outras questões centrais dos feminismos. Pensando nas amplas discussões sobre violência doméstica, e nos resultados positivos que vêm se desenrolando destas, fica difícil enxergar porque o trabalho doméstico seria uma questão mais difícil, mais complicada ou mais privada.

Sem dúvida, outras disciplinas que não a história têm trabalhado muito mais com este tema. Entretanto, por mais que entenda a importância e a necessidade de estudos interdisciplinares, e por mais que os utilize, entendo também que uma história dessa discussão, dessas problematizações do trabalho doméstico encabeçadas pelos feminismos, é necessária e também muito importante. A questão foi e continua sendo pauta dos movimentos. Alguns avanços legislativos foram conquistados, os grupos feministas publicam artigos, boletins e livros sobre isso há anos, também fora da academia, em busca de fomentar a discussão de forma mais acessível. Ou seja, se as transformações são muito lentas, não é necessariamente porque os movimentos trataram a questão com desdém, e muito menos por ser uma questão nova. Espero que essa história das discussões dos feminismos sobre o trabalho doméstico, ainda que incompleta e “imperfeita”, como não poderia deixar de ser, possa em suas limitações colaborar nas problematizações atuais sobre o tema, colaborar para pensar a questão também em nossos dias, talvez por outros ângulos, ou ao menos reacender algumas das questões colocadas no século passado, que por inúmeras razões ainda nos fazem sentido.

(...) É possível que nos perguntem: *Mas se as mulheres querem tudo isto, quem vai cuidar da casa e dos filhos?* Nós responderemos: O trabalho doméstico e o cuidado dos filhos é um trabalho necessário, pois ninguém come comida crua, anda sujo ou pode deixar

os filhos abandonados. Queremos portanto, boas creches e escolas para nossos filhos, lavanderias coletivas e restaurantes a preços populares, para que possamos junto com os homens assumir as responsabilidades da sociedade. Queremos também que nossos companheiros reconheçam que a casa em que moramos e os filhos que temos são deles e que eles devem assumir conosco as responsabilidades caseiras e nossa luta por torná-las sociais.³

As transformações observadas estes últimos trinta anos na atividade profissional das mulheres não foram acompanhadas, no universo doméstico, por mudanças notáveis na repartição do trabalho doméstico entre os sexos. (...)⁴

Essa última sentença, que não é minha mas poderia ser, parece ser o ponto que mais chama a atenção de quem pára para observar a questão do trabalho doméstico feminino e, quando se faz isso partindo de fontes feministas, a questão fica ainda mais marcada. Podemos observar o contraste entre as duas citações. A primeira, uma espécie de síntese do tratamento que os feminismos de Segunda Onda no Cone Sul designaram para a questão do trabalho doméstico feminino, é confrontada diretamente pela observação feita anos depois pela segunda, a qual traz uma afirmação que parece ser consenso inclusive entre muitas mulheres que eram militantes desses feminismos. O consenso que não se encontra, nem nas fontes nem em bibliografia recente, é o porquê desses feminismos terem obtido resultados tão tímidos nesse sentido.

A discussão sobre o trabalho doméstico como um problema para as mulheres se faz presente na atualidade, e é uma das bandeiras de luta dos movimentos feministas que se mantém hasteada por mais de trinta anos, em maior ou menor intensidade. Observar de que forma, nos anos 1970-80, essa questão foi problematizada por mulheres organizadas com o intuito de reivindicar direitos específicos a elas, é também uma forma de tentar compreender em que momento histórico o trabalho doméstico se torna uma questão.

³ Trecho do editorial do *Jornal Nós Mulheres*. São Paulo, nº 1, junho 1976. Pg. 01.

⁴ HIRATA, Helena. Trabalho doméstico: uma servidão “voluntária”? Resumo. In: GODINHO, Tatau; SILVEIRA, Maria Lúcia da. Políticas públicas e igualdade de gênero. São Paulo: Prefeitura de São Paulo – Coordenadoria Especial da Mulher, 2004.

O processo de industrialização foi responsável por uma grande migração do campo para a cidade. Na década de 1970, no que concerne ao Brasil (mas não somente), muitas das famílias que participaram dessa migração já estavam estabelecidas em áreas urbanas, e as mulheres casadas que moravam na cidade tinham agora vidas muito diferentes das que tiveram suas mães. Na vida rural, o trabalho doméstico se mistura com as atividades ditas produtivas, da agropecuária, tecelagem etc. Dessa forma, o trabalho doméstico era mais uma das atividades desenvolvidas pelas mulheres e, mesmo havendo uma divisão sexual do trabalho, as mulheres tinham condições de circular por todas as esferas de trabalho da família e participar em algum nível de praticamente todas elas.

No mundo urbano essa rotina se torna impossível. Morando longe do trabalho, surge a necessidade de se deslocar, e a casa fica vazia durante toda a jornada. Quando as mulheres passam a ter a responsabilidade de criar os filhos (o que no geral acontece no momento em que estes nascem), a elas é praticamente vetada a possibilidade de se deslocar até seu local de trabalho e deixar a casa sozinha. A não ser, é claro, quando as mulheres têm com quem deixar a criança, sendo através da contratação de uma babá ou mesmo tendo algum(a) parente que se disponibilize a ajudar. As creches públicas são ainda hoje insuficientes e nos anos 1970 essa insuficiência era mais gritante, se fazendo presentes diversos movimentos de mulheres que lutavam por creches⁵.

Diante dessas circunstâncias, acaba recaindo sobre as mulheres casadas, a partir do momento em que se tornam mães, a responsabilidade de ficar em casa cuidando das crianças e dos demais afazeres domésticos. E isso não significa apenas que essas mulheres deixam de ter (ou de ter a oportunidade de ter) um salário, ou que são obrigadas a abandonar sua vida profissional, ou que passa a haver uma divisão sexual do trabalho muito mais marcante em seus lares. Significa também que a casa, o lar, se torna um espaço essencialmente feminino e vira símbolo de clausura para essas mulheres⁶. Elas têm seu círculo de

⁵ Observam-se essas questões no jornal Em Tempo, Edição especial *As mulheres e o trabalho*. São Paulo, 1º de maio de 1983. Pg. 75-84, as quais também são citadas por PEDRO, Joana Maria. Mulheres. In: PINSKY, Jaime (org). O Brasil no contexto – 1987-2007. São Paulo: Contexto, 2007.

⁶ HALL, Catherine. Sweet home. In: ARIÈS, F.; DUBY, G. (orgs). História da vida privada IV. São Paulo: Companhia das Letras, 1991. Pg. 53-87. Um contraponto interessante a ser citado a respeito dessa relação, pode ser encontrado na matéria assinada pela socióloga Cristina Bruschini, *O trabalho e o emprego doméstico*, publicada na página 45 do jornal Folha de São Paulo de 25 de maio de 1980. Enquanto Catherine Hall relaciona o isolamento das mulheres com a iniciativa da burguesia européia, na tentativa de buscar distinção, de separar o lar do

amizades reduzido, só vêem alguém diferente se receberem visitas ou se tiverem sorte quando vão à padaria ou ao mercado fazer compras. E este é um problema transversal às classes sociais. Para as mulheres que não enfrentam a questão da clausura por, apesar de serem mães, terem uma ocupação fora de casa, o que se faz presente é a dupla jornada, que geralmente vem acompanhada de praticamente nenhuma atividade de lazer⁷.

É muito presente, ainda hoje, a idéia de que cabem às mulheres as responsabilidades por toda a esfera privada (o lar), embasando-se na maternidade como principal aspecto para justificar a naturalização dessa relação. O ingresso na esfera pública não elimina, e em muitos casos nem mesmo nuança, as responsabilidades caseiras femininas. Para as mulheres com melhores condições financeiras, surge a oportunidade de contratar alguém (outra mulher) para lhes “substituir” em casa, o que não livra as contratantes das responsabilidades com a administração e o bom andamento do lar. E a essa outra mulher, a contratada, que no geral tem sua própria casa, se acumulam duas jornadas de trabalho (ambas em casa). Porém, mesmo que essa situação não seja novidade, não tenho informações sobre movimentos no Cone Sul, nem entre feministas, problematizando o trabalho doméstico antes dos anos 1970. Este era sim responsabilidade feminina, mas não era uma questão, um evidente problema das mulheres. Até este período não havia “reclamação formal” ou “reclamação coletiva” sobre isso, por assim dizer⁸. E não só o aspecto de clausura que este trabalho passou a simbolizar no meio urbano, como as próprias reviravoltas culturais da época, podem ser apontadas como atuantes no sentido da problematização dessa questão.

local de trabalho, criando casas aconchegantes na periferia longe da sujeira e do barulho dos centros agitados (algo como criar o conceito que temos de “lar” até os dias atuais), Cristina Bruschini relaciona a separação marcada de esferas pública e privada, e o conseqüente isolamento das mulheres nos lares, com o advento do capitalismo e a revolução industrial. De qualquer maneira a industrialização e o desenvolvimento urbano são apontados como fatores importantes para a questão, mas enquanto Catherine Hall mostra um exemplo “vindo de cima” na pirâmide social hierarquizada, Cristina Bruschini parece buscar um exemplo “vindo de baixo”, das classes trabalhadoras. Catherine Hall fala das mulheres da classe operária nessa relação, mas coloca a questão muito mais como uma apropriação das classes subalternas desse valor burguês específico (o lar e a mulher que não precisa e não deve trabalhar fora), do que como uma característica de famílias trabalhadoras, como Cristina Bruschini coloca.

⁷ PRADO, Danda. *Ser esposa – a mais antiga profissão*. São Paulo: Brasiliense, 1979.

⁸ Feministas anarquistas, décadas antes, falavam da questão do uso do tempo das mulheres, mas não encontrei referências questionando diretamente a obrigação feminina para com o trabalho doméstico.

Os feminismos emergentes no Ocidente nas décadas de 1960-70 (os quais convencionou-se chamar de feminismos de Segunda Onda⁹ – a Primeira Onda do feminismo corresponderia às lutas sufragistas iniciadas no final do século XIX) fazem parte de toda uma situação política e cultural, na qual as relações de poder são questionadas no âmbito público e privado. Velhos valores são desafiados por novos movimentos, e uma revolução voltada aos costumes e ao dia a dia toma forma.¹⁰

Com o surgimento de novas organizações de mulheres, e principalmente de novos feminismos¹¹ (não encontrei fontes que tragam movimentos de mulheres que não se digam feministas problematizando essa questão), o problema do trabalho doméstico como função “essencialmente” feminina é levantado. Essa preocupação pode ser observada nas discussões presentes em periódicos produzidos por diferentes grupos feministas do período. O jornal paulistano Nós Mulheres (1976-1978) é exemplar nesse sentido, principalmente em seus dois primeiros números. Referências a respeito também foram encontradas nos boletins feministas internacionais Isis e Mujer Ilet, no periódico argentino Persona, no boletim também argentino Brujas, no periódico paraguaio Enfoques de Mujer e no uruguaio Ser Mujer. Também consultei os jornais brasileiros Brasil Mulher e Mulherio. Todas essas fontes foram produzidas dentro do recorte temporal proposto pela pesquisa, e foram coletadas em diferentes acervos por grupos de pesquisa do Laboratório de Estudos de Gênero e História, da UFSC, primeiramente através do projeto “Revoluções do Gênero: apropriações e identificações com o feminismo (1964-1985)”, entre 2004 e 2007 e referente ao Brasil apenas, e desde 2007 até a atualidade através do projeto “Feminismos e movimentos de resistência às ditaduras no Cone Sul (1960-1989)”, projeto do qual minha pesquisa faz parte.

⁹ Sobre a periodização do feminismo aqui utilizada ver PEDRO, Joana Maria. Narrativas fundadoras do feminismo: poderes e conflitos (1970-1978). Revista Brasileira de História. São Paulo: ANPUH, vol. 26, nº 52, jul/dez 2006.

¹⁰ PINTO, Céli Regina Jardim. Uma história do feminismo no Brasil. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

¹¹ É importante ressaltar o cunho pejorativo que o feminismo carregava nesses anos. Diferenciam-se movimentos de mulheres e feministas pelo fato dos últimos terem suas reivindicações voltadas às questões específicas das mulheres. Grande parte dos movimentos de mulheres do período se declarava, inclusive, anti-feminista, para se afastar das alcunhas de grupos de mulheres feias, mal-amadas e que odiavam homens. O jornal O Pasquim é uma boa fonte no que se refere aos estereótipos designados às feministas.

Na esfera intelectualizada, neste mesmo período, também já havia produção problematizando o trabalho doméstico — produção que era, inclusive, utilizada pelos grupos feministas em seus escritos. Citam-se, como pioneiras internacionais, a francesa Simone de Beauvoir¹² e a estadunidense Betty Friedan¹³. No Brasil são citadas principalmente Heleieth Saffioti¹⁴ e Danda Prado¹⁵. O próprio Nós Mulheres, assim como o Persona, falando sobre o trabalho doméstico, em certo momento citam Betty Friedan, o que a explicita como uma referência, enquanto que a maior parte das referências nesses periódicos são encontradas de forma velada. Na atualidade, os feminismos ainda produzem nesse sentido, na academia e em ONGs¹⁶, o que nos leva a refletir sobre a permanência dessas questões.

Algumas produções que não são diretamente oriundas dos movimentos feministas, mas que surgem discutindo sua atuação, também são utilizadas como fontes complementares. É o caso do Folhetim, um encarte da Folha de São Paulo de 8 de março de 1981, que traz a chamada: *O que as mulheres tanto procuram?*, e uma edição especial do jornal Em Tempo, sobre as mulheres e o trabalho, de 1º de maio de 1983. Ainda citam-se recortes de jornais da grande imprensa encontrados na biblioteca da Fundação Carlos Chagas, em São Paulo.

Levando-se em conta os objetivos aqui propostos, encontrei na produção impressa, principalmente a vinculada aos movimentos feministas, as fontes mais adequadas para minha análise. E, devido a essa opção, é imprescindível que se historicize e problematize fontes como o periódico, o manifesto, o livro, o panfleto.

A história do livro, de Roger Chartier, surge como útil aporte teórico nesse sentido. Desconstruindo o caráter de universalidade do livro, e observando sua historicidade, temos acesso às diferentes disputas e intenções que participam de sua produção. A própria idéia

¹² BEAUVOIR, Simone de. O Segundo Sexo: Fatos e Mitos. Vol 1. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1970. A primeira edição francesa é de 1949.

¹³ FRIEDAN, Betty. A Mística Feminina. Petrópolis: Vozes, 1971. Publicado nos EUA em 1963.

¹⁴ SAFFIOTI, Heleieth. Emprego Doméstico e Capitalismo. São Paulo: Vozes, 1978.

¹⁵ PRADO, D. Ser esposa... Op. Cit., 1979.

¹⁶ Como exemplos podemos citar MELO, Hildete Pereira de; CONSIDERA, Cláudio M.; SABBATO, Alberto Di. Qual o valor dos afazeres domésticos? Jornal Fêmea. CFEMEA – Centro Feminista de Estudos e Assessoria. Brasília, nº 148, ano XIII. Out/Nov/Dez de 2005. Pg. 04-05; ou FARIA, Nalu; NOBRE, Miriam (orgs). O trabalho das mulheres: tendências contraditórias. São Paulo: SOF, 1999; ou ainda HIRATA, H. Trabalho doméstico... Op. Cit., 2004. Ver outros exemplos nas referências bibliográficas.

que temos de autoria¹⁷ – a “função-autor” – é problematizada e historicizada por ele¹⁸, assim como os usos históricos do livro e as várias formas particulares do impresso¹⁹. Chartier ainda contribui discutindo as diferenças entre os procedimentos de produção do texto (a escrita) e os procedimentos de produção do livro (impressão, editoração etc.)²⁰, estes últimos inúmeras vezes contrariando drasticamente o que ele chama de “sentido desejado pelo autor”²¹.

As contribuições de Chartier se aprofundam ainda mais nesse campo no que tange à história da leitura. Porém, não me proponho a trabalhar com o impacto das leituras nesta pesquisa. Tal análise demandaria objetivos, fontes e metodologias diversas das aqui apresentadas. Ainda assim, utilizo a história da leitura buscando criticar meu próprio olhar sobre as fontes, além de utilizar o conceito de apropriação nela empregado, sobre o qual discorro mais adiante.

As críticas de Chartier à universalidade do livro cabem também a outros impressos, como no caso dos periódicos. Entretanto, é importante atentar às peculiaridades desses documentos. Tânia de Luca, analisando periódicos como fontes históricas, chama a atenção para particularidades desse tipo de fonte

De fato, jornais e revistas não são, no mais das vezes, obras solitárias, mas empreendimentos que reúnem um conjunto de indivíduos, o que os torna projetos coletivos, por agregarem pessoas em torno de idéias, crenças e valores que se pretendem difundir a partir da palavra escrita.²²

Trabalhar com periódicos, no caso de periódicos tão específicos como os produzidos pelos movimentos feministas, e que não são parte do grupo de periódicos de grande circulação da grande imprensa, é fator

¹⁷ Sobre a questão da autoria, ainda buscarei recursos em FOUCAULT, Michel. O que é um autor. Lisboa: Vega Passagens, 1997.

¹⁸ CHARTIER, Roger. Figuras do autor. In: CHARTIER, Roger. A ordem dos livros. Brasília: EDUNB, 1999. Pg. 78.

¹⁹ PÉCORA, Alcir. Os campos das práticas da leitura, segundo Chartier. Introdução à edição brasileira. In: CHARTIER, Roger (org.). Práticas da leitura. São Paulo: Estação Liberdade, 2001. Pg. 09-17.

²⁰ CHARTIER, Roger. Do livro à leitura. In: CHARTIER, Roger. (org.). Práticas da leitura. São Paulo: Estação Liberdade, 2001. Pg. 96.

²¹ *Ibidem*. Pg. 78.

²² LUCA, Tânia R. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). Fontes históricas. São Paulo: Contexto, 2005. Pg. 140.

que merece observação. Estando em uma posição marginal, estes periódicos se inserem em outros tipos de imprensa que

(...) hoje, como no passado, expressam projetos e reivindicações das classes trabalhadoras e grupos minoritários. Os periódicos, porta-vozes desses setores da sociedade representam instrumentos de luta muito eficazes; são também fonte documental valiosa para a reconstrução da história dos movimentos sociais.²³

Maria Helena Rolim Capelato é uma boa referência a respeito da utilização de periódicos como fontes históricas. Ela coloca que a imprensa participa, registra e comenta a história, ao mesmo tempo em que batalha para conquistar o público leitor. E ao/a historiador/a cabe perceber as nuances, inclusive internas, desse movimento fluido da imprensa. Para tanto, vale sempre fazer algumas perguntas, como: Quem escreve? Com que objetivos? Para quem? Que recursos são utilizados para tentar conquistar o/a leitor/a? No decorrer do texto essas e outras questões são observadas. Nesse contexto também vale analisar em que condições estes documentos foram produzidos. Sobre questões específicas referentes à imprensa feminina e feminista, ao menos no Brasil e dentro do recorte temporal da pesquisa, pode-se referenciar Dulcília Buitoni²⁴ e Maria Lygia Quartim de Moraes²⁵.

Uma discussão também pertinente a respeito do tratamento da fonte/documento jornal/periódico é a respeito da objetividade, da imparcialidade e da “verdade”. Ao contrário do que possam ter afirmado jornalistas no passado, há décadas teóricos da comunicação admitem que o jornalismo não consegue ser puramente objetivo e imparcial²⁶. Existem editores, existem patrocinadores, existem interesses e repórteres. E mesmo que em um nível mais independente, ao/à jornalista cabem escolhas diárias, de escrever sobre um assunto em detrimento de outro; a forma como quem escreve aborda determinado assunto, hora mais emocional, hora mais factual; tudo isso faz parte da subjetividade do jornalismo, e quem o utiliza como documento histórico não pode

²³ CAPELATO, Maria Helena Rolim. Imprensa e história do Brasil. São Paulo: Contexto/EDUSP, 1988. Pg. 10.

²⁴ BUITONI, Dulcília H. S. Mulher de papel: a representação da mulher na imprensa feminina brasileira. São Paulo: Edições Loyola, 1981.

²⁵ MORAES, Maria Lygia Quartim de. A experiência feminista dos anos setenta. Araraquara: UNESP, 1990.

²⁶ CAPELATO, M. Imprensa e... Op. Cit., 1988. Pg. 23.

ignorar tais fatores. E sobre a verdade, bem, muitas vezes o ponto crucial não está no fato do documento ser ou não ser “verdadeiro” (no sentido mais comum do termo), e sim na construção e representação da realidade que ele nos apresenta.

Portanto, vale cautela e não ignorar a fonte por encará-la como “suspeita”, ao mesmo tempo em que não se reproduz a história que ela conta, escrevendo uma história consistente, crítica e que utiliza variadas fontes.

Conhecer a história através da imprensa pressupõe um trabalho com método rigoroso, tratamento adequado da fonte e reflexão teórica. Sem esses ingredientes corre-se o risco de repetir para o leitor, aliás sem o charme do jornal, a história que ele conta. (...) Como diz Jacques Le Goff, há duas histórias: a da memória coletiva e a dos historiadores.²⁷

Nesse caso, os jornais constituem uma forma de memória coletiva, ainda que de grupos específicos, como são os feministas. É preciso citar os feminismos, principalmente os sul-americanos, como pontos centrais em minhas análises. Tendo como fontes principais as produções feministas, estou, ainda que limitada às questões sobre o trabalho doméstico, escrevendo uma história destes feminismos e, neste sentido, acessei diversa bibliografia²⁸.

Observar o conceito de trabalho doméstico, dentro de uma perspectiva historiográfica, se fez também indispensável para o bom andamento dessa pesquisa, apresentando-se como um de seus objetivos. Minha pretensão é utilizar a definição de Dominique Fourgeyrollas-Schwebwl²⁹, que traz o trabalho doméstico sendo geralmente definido como o conjunto de tarefas realizadas no terreno familiar; trabalho gratuito efetuado principalmente pelas mulheres. Cristina Bruschini também conceitua o trabalho doméstico, observando-o de um panorama mais global quando define os afazeres domésticos em cinco blocos distintos:

1. tarefas relativas ao cuidado com a casa ou moradia;
2. tarefas relacionadas à alimentação e higiene pessoal;

²⁷ Ibidem. Pg. 24.

²⁸ Vide referências bibliográficas.

²⁹ FOURGEYROLLAS-SCHWEBWL, Dominique. Trabalho doméstico, serviços domésticos. In: FARIA, N. O trabalho das... Op. Cit., 1999. Pg. 62-93.

3. prestação de serviços físicos e psicológicos;
4. administração da unidade doméstica;
5. manutenção da rede de parentesco e de amizade.³⁰

A autora observa que essas atividades têm diferentes significados e prestígios diversos, sendo que cuidar dos filhos seria mais valorizado do que passar a roupa ou limpar a casa, e cozinhar é considerado mais criativo. Dentre as atividades, algumas são manuais, outras têm caráter afetivo e outras, caráter intelectual. Ela ressalta que “a essas atividades corresponde uma assimetria sexual”, e que os homens, mesmo que dividam os afazeres domésticos, “tendem a fazê-lo nas tarefas mais valorizadas”. Essa questão será melhor observada adiante, na primeira parte deste trabalho.

Vale lembrar que tanto as discussões sobre o trabalho doméstico não-remunerado como sobre o remunerado são alvo desta investigação. Para diferenciação, referir-me-ei ao trabalho doméstico remunerado como serviço doméstico, apropriando-me da diferenciação de termos feita por Mirta Henaut, em seu livro *De la rueca a la red. La economia sumergida*³¹. Essa autora, que foi integrante de movimentos feministas desde a década de 1970 na Argentina, até o momento é a que me oferece melhor aporte teórico, juntamente com a brasileira Cristina Bruschini³², no que se refere às problematizações que permeiam o trabalho doméstico feminino na atualidade. Como referência também muito importante nessa questão, vale citar Maria Angeles Duran, economista espanhola que teve livro publicado no Brasil na década de 1980³³, o qual utilizo muito na primeira parte da dissertação. Grande parte dos problemas levantados pelos periódicos são tratados por essas autoras, como as relações de produção-reprodução do trabalho, a designação social da responsabilidade desse trabalho às mulheres, a divisão sexual do trabalho no lar, as reivindicações pela socialização do trabalho doméstico, o papel do trabalho doméstico gratuito como base de

³⁰ BRUSCHINI, Maria Cristina A. *Articulação trabalho e família: famílias urbanas de baixa renda e políticas de apoio às trabalhadoras*. São Paulo: FCC/DPE, 2008. Pg. 70-71.

³¹ HENAUT, Mirta. *De la rueca a la red. La economia sumergida*. Buenos Aires: Ediciones Corregidor, 2001.

³² Como exemplo pode-se citar BRUSCHINI, Cristina. Trabalho doméstico: inatividade econômica ou trabalho não-remunerado? In: ARAÚJO, Clara; PICANÇO, Felícia; SCALON, Celi (orgs). *Novas conciliações e antigas tensões? Gênero, família e trabalho em perspectiva comparada*. Bauru: EDUSC, 2007. Pg. 21-58 e BRUSCHINI, Cristina. *Fazendo as perguntas certas: como tornar visível a contribuição econômica das mulheres para a sociedade? Trabalho apresentado no GT Gênero e trabalho: questões teóricas, no II Congresso Latinoamericano de Sociologia do Trabalho*, Águas de Lindóia, 01 a 05 de dezembro, 1996.

³³ DURAN, Maria Angeles. *A dona de casa: crítica política da economia doméstica*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983.

sustento para o sistema capitalista, as relações com novas tecnologias no lar etc. Muitas referências a estes problemas que encontro de forma dispersa em outras obras estão agrupadas na obra supracitada de Mirta Henaut, o que me possibilita afirmar com segurança que as discussões sobre o tema persistem, mesmo que transformadas, e que muitos dos pontos levantados por elas também.

É igualmente importante conceituar aqui o emprego doméstico, o trabalho doméstico remunerado. A publicação *Necesarias, invisibles, discriminadas. Las trabajadoras del servicio doméstico en el Paraguay*, traz esse conceito de uma forma muito pertinente, relacionando-o com o trabalho doméstico gratuito.

As tarefas relacionadas com o cuidado das pessoas no lar e com as atividades necessárias para que esse lar funcione, são as que conhecemos como tarefas domésticas. Estas tarefas são fundamentais para a vida das pessoas, tanto para as que trabalham fora do lar quanto para as crianças e idosos que ficam em casa. É inconcebível uma vida digna sem uma casa para a qual voltar, por mais precária que esta seja, depois da escola ou do trabalho fora do lar.

Estas tarefas, histórica e habitualmente, têm sido realizadas por mulheres. É a responsabilidade das “donas de casa”, apesar de que deveria ser do conjunto da família, dos homens e das mulheres que a compõem. Quando as atividades domésticas são executadas por outras pessoas, pessoas contratadas para tal, surge o trabalho doméstico remunerado ou serviço doméstico.

É a forma de trabalho que consiste na realização de tarefas domésticas por parte de pessoas que recebem em troca uma retribuição monetária e, algumas vezes, parte em espécie (alimentação, habitação ou ajuda para os estudos). As trabalhadoras domésticas realizam tarefas nos domicílios de outras pessoas, vendendo dessa forma sua força de trabalho.³⁴

³⁴ BAREIRO, Line; SOTO, Lilian; VALIENTE; Hugo. *Necesarias, invisibles, discriminadas. Las trabajadoras del servicio doméstico en el Paraguay*. Lima: OIT/IPEC Sudamérica, 2005. Pg. 05-06. Minha tradução.

A problematização do trabalho doméstico como trabalho exclusivamente (ou majoritariamente) feminino, realizada pelos feminismos de Segunda Onda³⁵, surge em conjunto com inúmeras outras problematizações e reivindicações que, utilizando-se da idéia de construção social do que é ser mulher³⁶, questionam os papéis subalternos designados às mulheres. Nesse ponto, a utilização da categoria de análise gênero em minhas observações se faz indispensável. Eu não devo encontrar o gênero, no sentido que pretendo utilizar, nos periódicos analisados³⁷, principalmente em decorrência de sua temporalidade. Mas voltando meu olhar ao passado, do lugar no tempo onde me encontro, o gênero se apresenta, como coloca Joan Scott, como “uma categoria útil de análise histórica”³⁸. De forma muito recortada, coloco a definição de gênero da autora: “(...) o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos e (...) é uma forma primária de dar significado às relações de poder.”³⁹

Joan Scott contribui, assim, na observação dos problemas levantados pelos feminismos de Segunda Onda de forma geral, e também dos especificamente relacionados ao trabalho doméstico. Quer dizer, as problematizações dos feminismos buscam combater as relações de poder hierárquicas criadas a partir das diferenciações percebidas entre os sexos, e das construções realizadas sobre essas diferenciações. O trabalho doméstico, por sua vez, é função feminina e desvalorizada, de acordo com as já citadas relações de poder. Sua preocupação em associar gênero com relações de poder, dessa forma, é de grande utilidade para pensarmos a divisão sexual do trabalho e a subalternidade feminina na esfera pública. Por outro lado, Joan Scott contribui também na busca por um olhar relacional dentro das discussões envolvidas nesta problematização, indo além do olhar dicotômico proposto pelas categorias *mulher* e *mulheres*⁴⁰. Entretanto, devemos lembrar que o

³⁵ É importante colocar que a divisão da história dos feminismos em “ondas” é um exercício de sistematização desses estudos, e minhas fontes, dentro do meu recorte, muitas vezes me fazem encontrar com grupos feministas que, por suas características, já podem ser entendidos como de Terceira Onda, ou como parte de uma transição para a Terceira Onda, por seus vínculos institucionais e sua forma de trabalho.

³⁶ Apropriadas, em grande parte, da idéia de Simone de Beauvoir de que *não se nasce mulher: torna-se mulher*.

³⁷ Salvo, talvez, em algumas exceções no final dos anos 1980.

³⁸ SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade*. Porto Alegre, 16(2), Jul/Dez, 1990. Pg. 05-22.

³⁹ *Ibidem*. Pg. 14.

⁴⁰ Categorias essas que seriam constituídas em oposição à idéia de “homem” como universal, sendo portadoras, portanto, de um olhar dicotômico, diferente da categoria gênero, a qual é

conceito de gênero de Joan Scott é alvo de críticas consistentes, principalmente devido à idéia de que diferenças são percebidas entre os sexos, e sobre estas se constroem as diferenças de gênero. Em contrapartida, o próprio sexo biológico, ou essas diferenças percebidas nele, são encaradas como construção cultural e histórica, como uma convenção. Citam-se principalmente Thomas Laqueur⁴¹, Linda Nicholson⁴² e Judith Butler⁴³ como aporte teórico a essas críticas (o que não invalida muitos dos aspectos observados por Joan Scott, principalmente os que concernem a gênero e história, muito importantes para meu trabalho).

Ainda há dois conceitos que são utilizados nessa pesquisa e precisam ser citados. O primeiro é o de discurso. Entendendo minhas fontes como discursos, e estes como acontecimentos formulados no interior de relações de poder, no sentido que coloca Michel Foucault⁴⁴, buscarei observar os debates e disputas, assim como a própria construção do discurso, dentro da perspectiva de relações de poder – esta, vale citar, muito utilizada pelos estudos de gênero. A circulação de informações tem relação estreita com a construção e legitimação do discurso e, para percebê-la, utilizar-me-ei do conceito de apropriação de Roger Chartier, levando em conta que

(...) a ênfase sobre as apropriações culturais também nos permite ver que os textos ou as palavras destinadas a configurar pensamentos e ações nunca são inteiramente eficazes e radicalmente aculturadores. As práticas de apropriações sempre criam usos ou representações muito pouco redutíveis aos desejos ou às intenções daqueles que produzem os discursos e

fundamentalmente relacional. Uma contribuição muito importante da categoria de análise gênero pode ser percebida através da *teoria queer*, que trabalha com outros gêneros além do masculino e feminino, e é de suma importância, na atualidade, para estudos relacionados a LGBTs. Ver LOURO, Guacira Lopes. Um corpo estranho: ensaios sobre sexualidade e teoria *queer*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

⁴¹ LAQUEUR, Thomas. Inventando o Sexo: Corpo e Gênero dos Gregos a Freud. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

⁴² NICHOLSON, Linda. Interpretando o gênero. Revista Estudos Feministas. Florianópolis, vol.8, n.º 2/2000.

⁴³ BUTLER, Judith. Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

⁴⁴ FOUCAULT, Michel. A ordem do discurso. Aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. São Paulo: Edições Loyola, 2002.

as normas.⁴⁵

Vale ressaltar também um fator importante (presente ora ou outra) na configuração política na qual se dá essa discussão sobre o trabalho doméstico nos países que posteriormente vieram a fazer parte do que se designou como Cone Sul: os golpes de estado militares e a luta contra a ditadura.

Entre meados da década de 1960 e meados da década de 1980, a América Latina, em especial a América do Sul, viveu um período histórico dominado por regimes militares. As consequências desse período são sentidas até hoje, não se tratando de algo superado. A principal delas foi a eliminação, pela repressão, de boa parte ou, em alguns países, da maioria das lideranças políticas de esquerda – ou simplesmente progressistas, sindicais, estudantis e intelectuais. Muitos dos que sobreviveram à repressão, por outro lado, tiveram suas vidas alteradas para sempre: carreiras interrompidas, vocações abandonadas, exílios temporários que se transformaram em definitivos. (...)⁴⁶

Foi no exílio (forçado ou não), uma consequência direta da ditadura, que muitas mulheres sul-americanas de esquerda tiveram um maior contato com as novas idéias feminista e com obras de referência do feminismo. Em Paris, por exemplo, forma-se o *Grupo Nosotras*, um grupo feminista composto por exiladas latino-americanas⁴⁷. Danda Prado, principal organizadora deste grupo, auto-exilada, escreve na França o livro *Ser esposa*: a mais antiga profissão, como resultado de seu doutorado. Esse fator é muito importante para se entender a forte circulação de idéias e identidades de esquerda em muitas dessas

⁴⁵ CHARTIER, Roger. Textos, impressões, leituras. In: HUNT, Lynn. *A nova história cultural*. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001. Pg. 234.

⁴⁶ COGGIOLA, Osvaldo Luis Angel. *Governos Militares na América Latina*. São Paulo: Contexto, 2001.

⁴⁷ ABREU, Maira Luisa G. de. *Feminismo no exílio*: o Círculo de Mulheres Brasileiras em Paris. Monografia (graduação em sociologia), Unicamp, 2006; e PEDRO, Joana Maria; WOLFF, Cristina Scheibe. *Nosotras e Círculo de Mulheres brasileiras de Paris*. *ArtCultura* (UFU), v. 9, 2007. pg. 55-70; e PEDRO, Joana Maria. *Nosotras, Nós Mulheres, Nos/Otras*, Noidonne. Rede de divulgação feminista dos anos 70 e 80. In: WOLFF, Cristina S.; FÁVERI, Marlene de; RAMOS, Tânia R. O. (orgs). *Leituras em rede*: gênero e preconceito. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2007. Pg. 281-306.

discussões. O marxismo, ainda que não sempre tão ortodoxo, é presente nos discursos de muitos dos feminismos aqui estudados, inclusive em discussões referentes ao trabalho doméstico⁴⁸. O jornal Brasil Mulher foi, por algum período, vinculado ao PC do B e, nas páginas do Nós Mulheres e do Persona, encontram-se manifestações de solidariedade à resistência.

Dessa forma, discussões a respeito do trabalho doméstico ser produtivo ou não, assim como as condições precárias de trabalho no emprego doméstico, aparecem permeadas por idéias marxistas. E não é somente nesse sentido que a situação do exílio se articula com a problematização do trabalho doméstico por parte de mulheres sul-americanas. Considerando que muitas dessas mulheres tinham, em seus países de origem, uma condição material confortável, que fazia com que pudessem pagar por parte do trabalho realizado em seus lares, a situação do exílio traz uma nova configuração da divisão sexual do trabalho em casa.⁴⁹ E é quando muitas delas sentem o problema do trabalho doméstico como obrigação feminina na pele.

Trabalhos sobre a imprensa feminista do período aqui proposto, no que tange ao Brasil, já foram realizados⁵⁰, assim como trabalhos a respeito de relações de gênero nas ditaduras do Cone Sul⁵¹. Não tenho como objetivo desenvolver a pesquisa nesse sentido. Minha problemática está centrada nas discussões referentes ao trabalho doméstico desenvolvidas pelos feminismos de Segunda Onda no Cone Sul. Minhas fontes são materiais impressos produzidos por esses grupos, principalmente os feministas, em que se destacam periódicos e alguma produção bibliográfica (tanto de militantes e mulheres próximas a esses grupos como apropriada pelos mesmos). Questões elencadas por essas discussões são aqui trabalhadas, como: a divisão sexual do trabalho no lar, dupla-jornada de trabalho feminino, trabalho doméstico como produtivo ou reprodutivo, emprego doméstico como emprego feminino

⁴⁸ BERTELLI, Veridiana; MELLO, Soraia; PEDRO, Joana. O feminismo marxista e o trabalho doméstico: discutindo com Heleieth Saffioti e Zuleika Alambert. História Unisinos. São Leopoldo, v. 4, n. 2, 2005.

⁴⁹ Entrevista realizada com Ângela Xavier de Brito, em 28 de novembro de 2005, em Paris, por Joana Maria Pedro.

⁵⁰ Ver, por exemplo: MACHADO, Elizabeth da P. Imprensa Feminista pós-1974. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação), USP, 2004; e LEITE, Rosalina de S. C. A Imprensa Alternativa pós luta armada: os jornais Brasil Mulher e Nós Mulheres. Tese (Ciências Sociais), PUC SP, 2004.

⁵¹ Exemplos em LOZANO, Fernanda Gil. Mujer y dictadura. e WOLFF, Cristina Scheibe. Jogos de gênero na luta da esquerda armada no Brasil – 1968-1974. Ambos In: WOLFF, C. Leituras em rede... Op. Cit., 2007.

desvalorizado, o papel social de mãe e esposa, propostas para a socialização deste trabalho, entre outras.

Apesar da historiografia não nos trazer com muita frequência questões mais atuais referentes ao trabalho doméstico⁵², são questões presentes no dia a dia das mulheres, e que vêm ganhando espaço com o *boom* de estudos de gênero. No campo da interdisciplinaridade, encontram-se melhores condições de se trabalhar nesse sentido, com maior número de referências na sociologia⁵³, ainda que muitas vezes centradas em estatísticas. Talvez a dificuldade da história no trato da questão esteja relacionada com o caráter privado do trabalho doméstico – e a história da vida privada sempre oferece maiores desafios no que se refere às fontes⁵⁴. Mas é exatamente nesse sentido que os feminismos de Segunda Onda, com seu slogan *O pessoal é político*, fazem emergir à esfera pública essas questões, e nos possibilitam historicizar, com variada disposição documental, essa emersão. Ou seja: nos possibilitam analisar, utilizando as ferramentas que a história oferece, a maneira como os problemas pessoais das mulheres com o trabalho doméstico tornaram-se reivindicações políticas, bandeiras de luta de diferentes feminismos.

Pensando o feminismo como um movimento social que se transformou muito nos mais de trinta anos que se passaram entre as primeiras fontes aqui apresentadas e nossos dias, escrever sua história àquela época é também uma forma de ajudar (ainda que de maneira tímida) a entender o movimento hoje. E o maior desafio: tentar ajudar a compreender de que maneira a questão do trabalho doméstico ainda se mantém – apesar das divergências – em discussão. Lembrando a idéia de Marc Bloch de que os historiadores problematizam o passado com

⁵² Como exceção cito a dissertação de mestrado em história de Claudia Regina Nichnig: *Entre Igualdades e Diferenças: Mudanças nas Legislações Referentes às Mulheres (1975-1985)*. Defendida em 30 de abril de 2008 na UFSC, nesta consta um item intitulado “Por que o trabalho doméstico não é trabalho?”, que discute a questão utilizando inclusive algumas fontes que utilizo.

⁵³ Exemplos: ARAÚJO, Clara; SCALON Celi (orgs). *Gênero, família e trabalho no Brasil*. Rio de Janeiro: FGV, 2005 e ROCHA, Maria Isabel Baltar da (org). *Trabalho e gênero: mudanças, permanências e desafios*. São Paulo: Ed. 34, 2000. Na história, é importante citar COSTA, Suely Gomes. Proteção social, maternidade transferida e lutas pela saúde reprodutiva. *Revista Estudos Feministas*. Florianópolis: vol 10, n 2/2002, CFH/CCE/UFSC. Pg. 301-323.

⁵⁴ Na antropologia é freqüente a prática de se criar fontes etnográficas, a qual facilita o acesso ao trabalho doméstico como tema de estudo. Na história, processo em algum aspecto semelhante (o de se criar fontes) se dá com entrevistas para história oral. Fontes da cultura material também podem ser um caminho de acesso da história ao trabalho doméstico feminino, mas nenhuma dessas opções seria viável, por exemplo, aos propósitos específicos da minha pesquisa.

questões do presente, venho tentar contribuir, como historiadora, nessa questão.

Minha proposta é dividir esta dissertação em duas partes, da forma mais óbvia que encontrei: a primeira sobre as problematizações dos feminismos de Segunda Onda no Cone Sul em torno do trabalho doméstico, e a segunda sobre estas mesmas problematizações em torno do emprego doméstico, conforme questões anteriormente já citadas. Lendo os periódicos que utilizo aqui como fonte pude observar que o trabalho doméstico da dona de casa e o trabalho doméstico da empregada doméstica são tratados como questões distintas. Ainda que os serviços executados sejam praticamente os mesmos, as relações que envolvem esses serviços e essas mulheres são muito diferentes. Vale ressaltar que são questões intimamente interligadas, que são ambas ocupações majoritariamente femininas e socialmente desvalorizadas, permeadas inclusive pelas relações entre as donas de casa e as empregadas, e apesar de em muitos momentos aparecerem como uma coisa só nas fontes, são as próprias fontes que acabam encaminhando essa divisão.

1. Primeira Parte – A problematização do trabalho doméstico

A nível coletivo (sic) , a decisão da mulher de *não ser dona-de-casa* (sic) seria tão revolucionária que destruiria a organização social que agora conhecemos. Para reforçar a situação, para manter as coisas tal como estão e afastar a ameaça de uma revolta, criou-se a *doutrina da posição natural da mulher na família como dona-de-casa*. (...) A ocupação da dona-de-casa não é natural, mas histórica. No atual estágio da técnica só a maternidade é função naturalmente feminina, mas entre a *gestação e o parto e as duzentas mil horas de trabalho doméstico que executa uma dona-de-casa ao longo de sua vida, não há nenhuma correspondência necessária, mas apenas circunstancial*.⁵⁵

O fato do trabalho doméstico ser uma função designada em diferentes sociedades como exclusivamente ou primordialmente feminina não é novidade para ninguém. Não são necessários dados estatísticos ou bibliografia de referência no assunto para saber que esse trabalho, que na maioria das vezes não é reconhecido como trabalho, é “coisa de mulher”. E essa relação entre mulheres e trabalho doméstico, ainda que afirmada pelos feminismos e pelos estudos de gênero como culturalmente construída, tem seu principal aporte na idéia da *naturalização* dessas funções. A família e em especial a maternidade se mostram como as principais legitimadoras de tal relação, que traz em si o peso de séculos de reafirmação de que “ser mulher” é ter cuidado, reclusão, dedicação, paciência; é se voltar para a esfera privada, é ser esposa e ser mãe.

A naturalização do trabalho doméstico como função feminina se insere em um grupo de idéias a respeito de relações sociais e morais que são comumente identificadas como conservadoras ou tradicionais, e que os feminismos, em especial os de Segunda Onda, relacionavam diretamente ao domínio patriarcal⁵⁶. Pesquisas atuais⁵⁷ indicam que

⁵⁵ DURAN, M. *A dona-de-casa...* Op. Cit., 1983. Pg. 15. Grifos da autora.

⁵⁶ A idéia de uma ordem ou sistema patriarcal, que legitimaria e manteria a opressão das mulheres, foi muito corrente nos feminismos de Segunda Onda. Apesar de no Brasil esse conceito ter perdido força, ele ainda é encontrado e, em outros países da América Latina parece ser mais corrente. Exemplos em HENAUT, M. *De la ruca...* Op. Cit., 2001; e em BEDREGAL, Ximena. *Con mi feminismo mirando al Sur*. Disponível em <http://www.creatividadfeminista.org>. Acesso em 15/03/2007.

valores tradicionais convivem com novos valores de uma maneira complexa em nossa sociedade, em especial nas famílias; e a grande representação dos valores tradicionais, a questão que parece de alguma forma intocada ou muito pouco tocada pelos “novos tempos”, é exatamente a do trabalho doméstico, do papel de esposa e mãe. É ainda mais impressionante observar que as mulheres casadas jovens em geral apresentam posições mais conservadoras do que as esposas de meia-idade, equiparando-se às opiniões das esposas de idade avançada⁵⁸. Ou seja, a que poderia ser chamada de “nova geração” apresenta posições mais conservadoras que a geração anterior, contrariando expectativas de que o recorte geracional tende a caminhar para a “abertura”, no sentido de que quanto mais jovens as pessoas, menos conservadoras.

Admitindo que o trabalho doméstico feminino é largamente presente, que é transversal no que se refere à classe ou a características mais culturais como religião ou nacionalidade⁵⁹, e que apresenta relativa estagnação se comparado com outros aspectos da vida privada e de liberdades individuais das mulheres⁶⁰, vale parar pra observar a questão. Esta primeira parte vem observar, através dos impressos feministas, as principais problematizações dos feminismos de Segunda Onda do Cone Sul a respeito do trabalho doméstico gratuito desempenhado pelas mulheres em seus lares. A oposição esfera pública *versus* privada, a naturalização das funções domésticas femininas, as relações do trabalho doméstico com o casamento e a maternidade, a desvalorização e invisibilidade desse tipo de trabalho, assim como as discussões dos feminismos sobre o caráter produtivo, improdutivo ou reprodutivo do trabalho doméstico, são temas que os jornais feministas consultados trazem, e que serão discutidos no capítulo tanto com bibliografia contemporânea às fontes quanto com bibliografia de referência sobre o tema na atualidade.

Esta primeira parte está dividida nos seguintes itens:

⁵⁷ Um bom exemplo é a pesquisa “Gênero, trabalho e família”, realizada no Rio de Janeiro sob a coordenação das professoras Clara Araújo e Celi Scalon, a qual é integrada a um programa internacional comparativo entre vários países, o Social Survey Programme. Resultados da pesquisa brasileira podem ser observados em ARAÚJO, C. Gênero, família... Op. Cit., 2005.

⁵⁸ PICANÇO, Felícia Silva. Amélia e a mulher de verdade: representações dos papéis da mulher e do homem em relação ao trabalho e à vida familiar. In: ARAÚJO, C. Gênero, família... Op. Cit., 2005. Pg. 160.

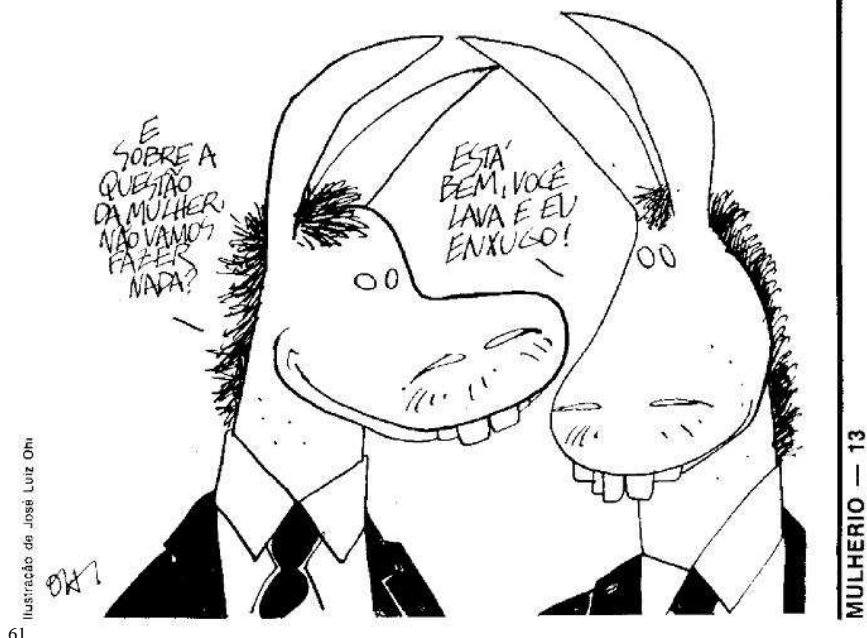
⁵⁹ Ao menos no que se refere ao ocidente. Sobre o Brasil, ver RIBEIRO, Carlos Antonio Costa. Classe e gênero no Brasil contemporâneo: mobilidade social, casamento e divisão do trabalho doméstico. In: ARAÚJO, C. Gênero, família... Op. Cit., 2005. Pg. 173-201.

⁶⁰ Ainda que admitido como um problema e como causa de conflito, como observado em PICANÇO, F. Amélia e a mulher... Op. Cit., 2005. Pg. 158.

- 1.1. Era uma vez a rainha do lar... ou um trabalho chamado amor
- 1.2. Ser esposa, a mais antiga profissão
- 1.3. O mito da maternidade
- 1.4. Condições de trabalho – Uma profissão invisível: dona de casa
- 1.5. Por que o trabalho doméstico não é considerado trabalho?

É importante frisar que o que é feito aqui é um exercício de sistematização, nem sempre fácil mas necessário, e que nas fontes muitas dessas questões se encontram intercaladas, se entrelaçando inclusive com tópicos que não dizem respeito ao trabalho doméstico ou ao trabalho feminino (como por exemplo na charge abaixo). Esse fator nos indica a importância da questão do trabalho doméstico na busca pela emancipação das mulheres também em outros setores além do trabalho, o que nos leva a deduzir seu caráter transversal nas discussões dos feminismos estudados.

Imagem 1



61 *Mulherio*. São Paulo, Ano 2, nº 8, julho/agosto de 1982. Pg. 13. “– E sobre a questão da mulher, não vamos fazer nada? – Está bem, você lava e eu enxugo!”

1.1. Era uma vez a rainha do lar... ou um trabalho chamado amor

Imagem 2



62

Para começar a refletir a respeito das questões que os feminismos de Segunda Onda no Cone Sul levantaram sobre o trabalho doméstico feminino, é indispensável pensar sobre a associação construída entre as mulheres e o lar. Foi ponto central, para os feminismos estudados, salientar essa associação como construída, histórica, social e culturalmente, pois isso lhes permitiu questionar tal associação e propor novas relações.

Para esta análise, acho importante trazer as matérias de destaque, por simbolizarem a importância da questão do trabalho doméstico para os feminismos estudados. No segundo número do Nós Mulheres, por exemplo, a chamada de capa é “Dona de casa: qual o reino desta rainha?”, e a matéria principal na folha central do jornal se intitula “Nós Mulheres: donas de casa – A rainha do lar não tem cetro nem coroa...?”⁶³, a qual começa questionando: “Se fizéssemos uma gigantesca exposição, em que mostrássemos todo o trabalho invisível da dona de casa – comida, roupa lavada, fraldas, tricô, crochê, e tudo o mais – em quanto seria estimado esse trabalho? Quanto vale o trabalho desvalorizado e desprestigiado da dona de casa, e quem se beneficia dele?”⁶⁴ No Brasil Mulher há uma matéria de destaque no número 11 intitulada “Era uma vez a rainha do lar...”⁶⁵, de uma página, que tenta

⁶² Folhetim. São Paulo, nº 216, domingo, 8 de março de 1981. “A única escrava com título de nobreza é a rainha do lar.”

⁶³ Nós Mulheres. São Paulo, nº 2, setembro/outubro de 1976. Pg. 08-09.

⁶⁴ Idem.

⁶⁵ Brasil Mulher. São Paulo, ano 3, nº 11, 1978. Pg. 12.

descrever o dia-a-dia exaustivo de uma dona de casa, a dupla jornada, o acúmulo de responsabilidades.

Acho interessante refletir sobre essas publicações, pensando na utilização subversiva que elas fizeram do termo “rainha do lar”. Discussões sobre como o lar é um espaço de poder para as mulheres são feitas em nossos dias⁶⁶ mas, no período e nas fontes estudadas, o objetivo era praticamente oposto: denunciar o lar como espaço de clausura para as mulheres, que as afastava das esferas públicas de poder político e econômico. Sob essa perspectiva, o termo “rainha do lar” simbolizaria nada mais que amarras, que falta de liberdade de escolha. Aliás, a questão da liberdade de escolha surge problematizada, como por exemplo pela espanhola Maria Angeles Duran, em obra publicada no Brasil em 1983: “As trabalhadoras domésticas não escolheram livremente o seu trabalho, porque não se pode chamar opção livre àquela que apresenta como alternativa aparente a renúncia ao amor, aos filhos e ao lar.”⁶⁷

Exemplo semelhante se encontra em um editorial do boletim internacional *Isis*, publicado em espanhol e com circulação considerável na América do Sul, quando afirma em seu número 11-12 de 1982

(...) A divisão sexual do trabalho, conseqüência de uma hierarquia sexual estabelecida historicamente, e acentuada pelo capitalismo ao separar drasticamente a produção de bens e serviços da vida familiar, deixou para as mulheres o trabalho de reprodução da espécie, trabalho que socialmente não se reconhece nem se valoriza, trabalho que se entrelaça com nossa vida afetiva, que se faz em nome do amor, que marca e enquadra nosso destino nas quatro paredes de uma casa. (...) ⁶⁸

⁶⁶ Principalmente se embasando na idéia de micropoderes, mais difusos e menos estagnados que os macropoderes políticos e econômicos correntes nas discussões apresentadas pelas fontes. Um exemplo corriqueiro pode ser encontrado em SILVEIRA, Maria Lucia da. Reflexão coletiva sobre quatro experiências de organização das mulheres na socialização do trabalho de alimentação. In: SILVEIRA, Maria Lucia da; TITO, Neuza. Trabalho doméstico e de cuidados. Por outro paradigma de sustentabilidade da vida humana. São Paulo: SOF, 2008. Pg. 55-66, quando a autora afirma a persistência das mulheres em se manterem no espaço privado por considerarem esse um espaço delas, que se por um lado as onera pelo trabalho, por outro as empodera como espaço de tomada de decisão e exercício de poder na família.

⁶⁷ DURAN, M. Domesticidade... Op. Cit., 1983. Pg. 08.

⁶⁸ Editorial. *ISIS* – Boletim Internacional. Itália/Suíça, nº 11-12, outubro/dezembro de 1982. Pg. 04. Minha tradução.

A questão da afetividade, do “trabalho que se chama amor”, é muito forte nos questionamentos dos feminismos estudados, e é constantemente denunciada como responsável pela invisibilidade do trabalho feito pelas mulheres, assim como justificativa para a manutenção de sua situação. “(...) Por outro lado é também difícil delinear com precisão o campo do trabalho doméstico, em razão de que alguns de seus limites se confundem com a expressão da afetividade, tal como ocorre quando se trata do cuidado dos filhos, esposos, atenção a doentes etc.”⁶⁹ E a questão não se encerra aí. O fato das relações de trabalho serem também relações afetivas e familiares, conforme comentam as fontes, além de ser uma espécie de elo que tornaria as mulheres e o trabalho doméstico não desvinculáveis, acabaria entrelaçando de tal forma o trabalho e a vida que, na experiência das mulheres, estes se tornariam uma coisa só⁷⁰, conforme citado por Cristina Carrasco atualmente, em um texto muito articulado com o ecofeminismo. Idéia semelhante é trazida por Maria Angeles Duran décadas antes, quando afirma que “para a dona-de-casa (sic) quase não há separação entre trabalhar e viver”.⁷¹

Tentando me questionar a respeito das formas como as fontes apresentam essa figura simbólica da rainha do lar, me chamaram a atenção três questões centrais: o condicionamento das mulheres à função de dona de casa; o isolamento que o lar representava para essas mulheres, principalmente para as que não tinham emprego na economia exterior; e a naturalização historicamente construída das funções domésticas femininas. São questões interligadas, nos lares e nos periódicos, mas que venho aqui tentar esmiuçar separadamente em busca de suas peculiaridades.

Sobre o condicionamento das mulheres à função de dona de casa, destaca-se a força da educação, familiar mas não apenas, na aprendizagem e aceitação de um trabalho que, segundo as reivindicações feministas, é sim qualificado e exige treino, aprendizagem.

A discriminação do trabalho, como já vimos, tem suas raízes na própria ideologia do sistema patriarcal. Uma das formas de perpetuação desta

⁶⁹ TORRES, Cristina. El trabajo doméstico y las amas de casa – el rostro invisible de las mujeres. *Mujer y Trabajo* n° 2. Montevideo: CIEDUR, 1988. Pg. 05. Minha tradução.

⁷⁰ CARRASCO, Cristina. Por uma economia não androcêntrica: debates e propostas a partir da economia feminista. In: SILVEIRA, M. Trabalho doméstico... Op. Cit., 2008. Pg. 97.

⁷¹ DURAN, M. Domesticidade... Op. Cit., 1983. Pg. 26.

ideologia – ao lado da legislação, por exemplo – é o processo de educação. Através dele os papéis sexuais são condicionados. As meninas, educadas para a maternidade e cuidado do lar, e os meninos para atividades criativas e produtivas.⁷²

Esse processo de aprendizagem, segundo as denúncias, começaria na tenra infância das mulheres. Primeiro com brincadeiras, depois com treino mais sistematizado e gradual compromisso com tarefas específicas na casa. No terceiro número do Persona há uma charge criticando a educação feminina através das brincadeiras separadas por gênero, que é reproduzida abaixo (imagem 3).

O ponto defendido é de que as mulheres não nascem assim, são educadas e precisam dessa educação para se tornarem dessa maneira, e o que a “sociedade” faz é um grande esforço para que se convençam que esse é seu destino, que é um fato biológico, natural, e que não faz sentido ir contra ele.

Cristina Torres, em 1988, comenta como o processo de capacitação para o trabalho doméstico é oculto na mesma medida em que o caráter de trabalho dessa ocupação também o é:

A capacitação para o trabalho doméstico é um processo de aprendizagem que parece oculto, na medida em que o mesmo se produz no âmbito do lar. Assim como o conceito de “trabalho” o conceito de “aprendizagem” aparece fraturado em nossas sociedades: o ensino, para estar legitimado, deve se desenvolver no marco de uma instituição e por pessoal qualificado formalmente. Portanto, o treino caseiro realizado por mulheres de mais idade não é levado em conta.⁷³

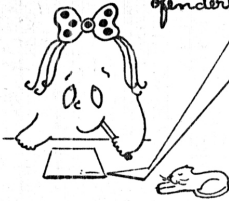
⁷² Tribuna internacional dos crimes cometidos contra as mulheres. Nosotras. Paris, nº 25-26, 1976. Pg. 25.

⁷³ TORRES, C. El trabajo doméstico... Op. Cit., 1988. Pg. 19. Minha tradução.

Imagem 3

feminita

Querido Papa Noel:
No es mi intención
ofenderte, pero...



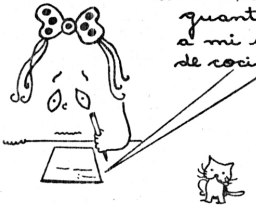
1

...en fiestas
pasadas,
cuando le
trajiste a
mi hermano
un tren
eléctrico,
a mi un
lavavajillas...



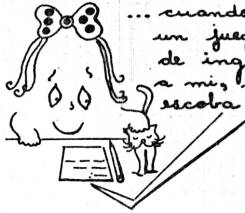
2

... cuando a él,
cuantos de boxes
a mi una batería
de cocina...



3

... cuando a él,
un juego
de ingenio,
a mi, plumero,
secadora y pala...



4

... cuando a él,
una pelota
de fútbol,
a mi una
muñeca vestida
de novia...



Sylvia BRUNO



...¿Podría
ocurrirte,
este año
algo para
distrirme,
¿no para
alienarme?



Feminita

6

⁷⁴ Persona, Buenos Aires, año 1, n° 3, dezembro de 1974. Pg. 21 “- Querido Papa Noel: No es mi intención ofenderte, pero... en fiestas pasadas, cuando le trajiste a mi hermano un tren

A autora segue comentando, através de depoimentos, como muitas mulheres começam seu treinamento como donas de casa ainda quando crianças, já assumindo grandes responsabilidades em idade em torno de 12 anos apenas. Seguindo a mesma linha, e questionando novamente a escolha individual da trabalhadora dona de casa, Maria Angeles Duran observou que as meninas já recebiam o que ela chama de “treinamento individual” para serem donas de casa muito cedo, desde muito antes dos meninos terem que escolher sua profissão e, escolher individualmente não ser dona de casa seria um caminho muito difícil a ser seguido, praticamente vetado às mulheres casadas e com filhos⁷⁵. Esse aprendizado faria parte do ciclo vital das mulheres, e a autora o sistematiza na infância segundo a idade das garotas⁷⁶ o que, ainda que seja um exercício feito se baseando no caso espanhol, ajuda a ilustrar a especialização do trabalho doméstico em qualquer lugar do mundo, inclusive no Cone Sul.

Raciocinando dessa forma, não tardam as mães, responsáveis pela educação familiar, serem apontadas como responsáveis também pela reprodução da associação entre mulheres e trabalho doméstico, assim como pela reprodução de uma dupla moral sexual – termo colocado pelas fontes – mais geral. A charge abaixo (imagem 4), retirada do quinto número do Mulherio, brinca exatamente com essa questão, da mãe dita conservadora reproduzindo a associação entre mulheres e trabalho doméstico em seu lar, no convívio com sua filha.

Como contraponto à idéia de mães conservadoras reproduzindo a dupla moral sexual⁷⁷ nos lares, temos um interessante artigo intitulado

eléctrico, a mi un lavarropas... cuando a il, guantes de boxeo a mi una bateria de cocina... cuando a il, un juego de ingenio, a mi, plumero, escoba y pala... cuando a il, una pelota de fútbol, a mi una muñeca vestida de novia... ¿Podria ocurrirsete, este año algo para divertirme, y no para alienarme?” Minha tradução: “- Querido Papai Noel: Não é minha intenção te ofender, mas... no Natal passado, quando você trouxe ao meu irmão um trenzinho elétrico, para mim trouxe uma máquina de lavar roupas... quando para ele, luvas de boxe, para mim um jogo de cozinha... quando para ele, um jogo de montar, para mim, espanador, vassoura e pá... quando para ele, uma bola de futebol, para mim uma boneca vestida de noiva... Este ano você poderia trazer algo para me divertir, e não para me alienar?”

⁷⁵ DURAN, M. Domesticidade...Op. Cit., 1983. Pg. 13-15.

⁷⁶ *Ibidem*. Pg. 29-30.

⁷⁷ A noção de dupla moral sexual está ligada aos diferentes valores culturalmente difundidos e aceitos para homens e mulheres, quer dizer, a idéia de que as regras de comportamento em sociedade difeririam conforme o gênero ou, segundo as discussões do período observado, conforme o sexo.

*Bíblia feminista para culpar mãe*⁷⁸, de Rosa Escarlata, retirado também do Mulherio, em seu vigésimo terceiro número. Nele, a autora faz uma crítica angustiada ao livro Educar para a Submissão, da italiana Elena Belotti, que se tornou um *best-seller* da produção feminista. A obra, que procura mostrar a participação das mães, como educadoras, na reprodução de valores tradicionais sexistas e excludentes, é criticada por Rosa Escarlata, uma mãe feminista (a qual, aliás, adorava o livro) que percebe que a educação, os gostos e a constituição de sua filha e seu filho como indivíduos não são processos os quais ela possa controlar absolutamente, e que transformações gerais na sociedade são necessárias para que transformações efetivas no desenvolvimento das crianças sejam possíveis.

Imagem 4



⁷⁸ *Bíblia feminista para culpar mãe*. Mulherio. São Paulo, Ano 5, n° 23, outubro/novembro/dezembro de 1985. Pg. 04-05.

⁷⁹ Mulherio. São Paulo, Ano 2, n° 5, janeiro/fevereiro de 1982. Pg 22. “– Apesar de pertencermos a duas gerações diferentes, a duas linhas de pensamento diametralmente opostas,

Novamente no Mulherio, no número 36⁸⁰, encontramos uma carta de leitora que questiona um artigo do número 33 do periódico, uma vez que entende que o artigo reforça a idéia de que a socialização das crianças seria tarefa exclusivamente feminina. Quer dizer, mesmo dentro do recorte dos feminismos estudados, que apresentam inúmeras semelhanças, as posições não são unívocas, e encontramos conflitos e disputas. Nesse sentido o Mulherio é uma fonte interessante por aceitar colaborações de pessoas que não faziam parte do coletivo editorial, de forma que diferentes opiniões sobre temas semelhantes são expostas, como é o caso também de boletins que fazem uma espécie de coleta de artigos de diferentes publicações em diferentes países, como o Isis e o Mujer Ilet.

Outro contraponto oferecido à idéia de que a socialização das crianças seria tarefa feminina pode ser observado em questionamentos sobre como as escolas e os meios de comunicação, entre outros “formadores sociais”, reproduzem a dupla moral sexual e associam as mulheres à esfera doméstica desde muito cedo. Helena Hirata, em meados dos anos 1980 observa, em pesquisa no Japão mas que cabe às críticas feministas realizadas no Cone Sul, e voltada à questão da linguagem como esfera reprodutora de diferenças de sexos e de classes, que

Essa divisão do trabalho segundo os sexos, indicada no nível da linguagem, é praticada desde o nascimento, pontuada por ritos e marcada por inumeráveis símbolos.

Com efeito, a aceitação e a interiorização da divisão sexual do trabalho tanto entre trabalho doméstico e trabalho assalariado quanto no seio mesmo do trabalho assalariado são o objetivo da socialização inicial das crianças. Essa educação é condição prévia da aceitação e interiorização mesmas da autoridade mediante aprendizado, na escola, das formas de linguagem diferenciadas de acordo com o estatuto social do emissor e do receptor.⁸¹

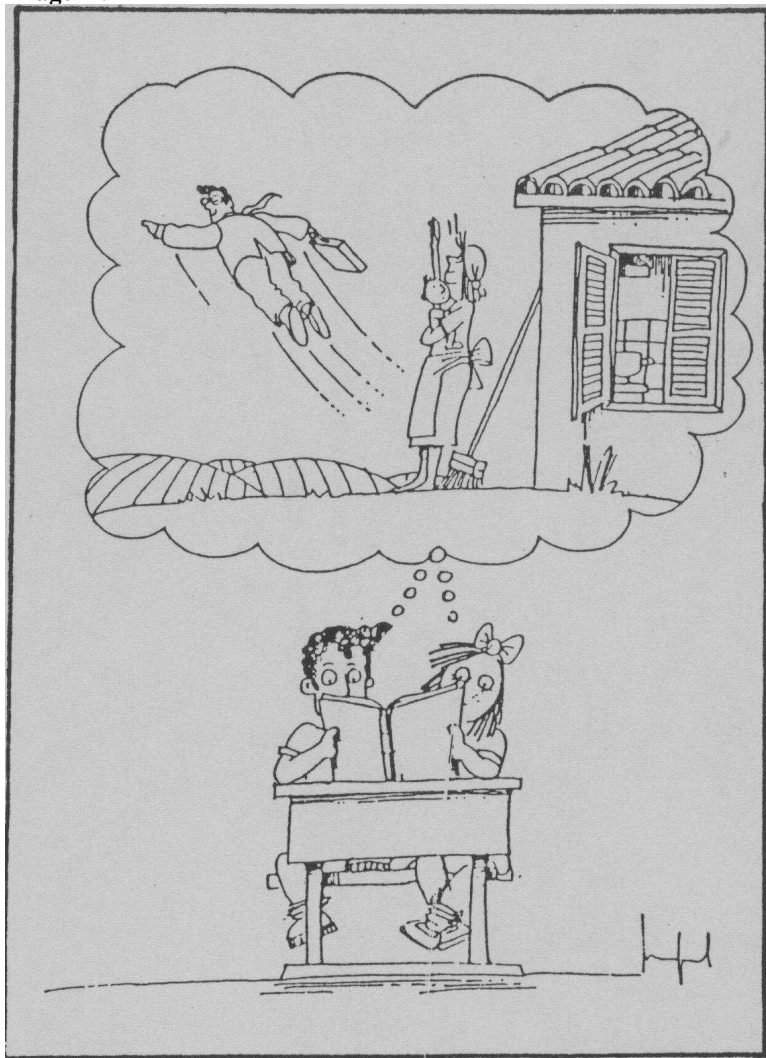
vou me aliar a você porque somos mulheres e devemos lutar pela mesma causa! – Ótimo, então eu lavo e você enxuga.”

⁸⁰ Cartas. Sonoro Protesto. Mulherio. São Paulo, Ano 8, nº 36, janeiro de 1988. Pg. 02.

⁸¹ HIRATA, Helena. Vida reprodutiva e produção: família e empresa no Japão. In: KARTCHEVSKY-BULPORT, Andrée (et. al.). O sexo do trabalho. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986. Pg. 66.

A imagem abaixo (imagem 5), retirada do sexto número do periódico feminista paraguaio La Micrófona, aponta para essa questão, para a reprodução da dupla moral sexual na educação formal.

Imagem 5



82

⁸² La Micrófona. Asunción, Año 1, nº 6, junho de 1990. Pg. 10.

O livro e a carteira insinuam que as crianças estão na escola, e o balão com seu pensamento vem trazer o conteúdo do livro, em crítica ao que é passado como padrão de normalidade em grande parte dos livros didáticos, seja através de textos ou ilustrações: o pai, enaltecido – no caso como super-herói – por participar da esfera pública, e a mãe em casa com o filho esperando sua volta.

Outro exemplo de crítica a livros didáticos pode ser encontrado no quarto número do Mulherio. Célia Chaim, comentando estudo de Maria Luísa Eluf sobre os livros escolares de Educação Moral e Cívica, Estudos Sociais e Organização Social e Política, fala como mesmo nas brincadeiras infantis, nesses livros, já se ilustravam as divisões de esferas, espaços e comportamentos tradicionalmente aceitos como masculinos e femininos. Comenta também como o ensino programado, aquela prática de preencher lacunas em frases, reafirma as diferenças de oportunidades entre homens e mulheres, como por exemplo: “‘Qual a profissão do papai?’ ‘A mamãe cuida da casa’ (o espaço pede como complemento as palavras ‘das tarefas’)”⁸³ Além da questão de reprodução da moral conservadora e excludente, a autora se preocupa com o fato desses modelos não corresponderem à realidade de grande parte das crianças, gerando dúvidas e contradições que poderiam prejudicar seu desenvolvimento.

A imagem abaixo, (imagem 6), retirada do Mulherio, é emblemática pelo texto que traz consigo, mas principalmente pelas imagens que, não bastando mostrar a mãe cuidando da roupa enquanto o pai examina algum documento no escritório, faz essa divisão também entre as crianças, ilustrando a menina com um espanador de pó na mão enquanto os meninos lêem.

Ainda no Mulherio, encontramos uma crítica de Fúlvia Rosemberg à “Coleção Ternurinha para Colorir”, que era vendida nas bancas no Brasil na década de 1980. No exemplar observado, retrata-se o dia a dia de uma criança muito pequena, uma menina que usa todo seu tempo livre (fora da escola) com afazeres domésticos.

⁸³ Mulherio. São Paulo, Ano 1, nº 4, novembro/dezembro de 1981. Pg. 20.

Imagem 6

Em casa, quem manda é o papai

Os livros de Moral e Civismo adotados nas escolas de 1º grau reforçam a rígida e tradicional divisão de papéis entre homens e mulheres.



84

⁸⁴ Idem. Ilustração extraída de “A criança, a família, a escola”, livro de Estudos Sociais para a 1ª série, de Yolanda Marques, publicado em 1981 pela Companhia Editora Nacional. Redação da ilustração: “Papai é o chefe da família. Ele trabalha para nos sustentar. Mamãe cuida da nossa casa. Nossa casa está sempre limpa e arrumada. Eu e meus irmãos estudamos. Em casa, todos ajudam e cada um tem seu dever.”

Repara-se que o contato da criança com a escola não ganha atenção na história contada, e a ênfase que se dá ao trabalho doméstico é muito grande. Reproduzo a pequena matéria abaixo (imagem 7), pois a aparência da criança e seu entusiasmo ao limpar a casa são alvos da crítica de Fúlvia Rosemberg.

Imagem 7



Patrícia no dia-a-dia de Arthur Henrique Brags. Coleção Temurinha para colorir Editora Brasil-América EBAL, Cr\$ 80,00.

De mãe para filha

Outro dia, procurando numa banca de jornal uma revista para as crianças, encontrei Patrícia no dia-a-dia, mas cujo título verdadeiro deveria ser: como ensinar, brincando, que a felicidade da mulher provém da dupla jornada de trabalho.

Patrícia, menina bem pequena, abre o livro apresentando seu diário: "Hoje acordei cedinho e alegre. Fulei da cama e escovei os dentes. Coloquei um vestido leve, pois vou arrumar a casa". Até aqui a ilustração é fiel ao texto: Patrícia se espreguiça na cama, está no banheiro escovando os dentes, retira um vestido do guarda-roupa.

A seguir, a tragédia do condicionamento precoce se instala, texto e ilustração se contraopõem, com uma aparência esquizofrênica, mas de um verismo ideológico fascinante, comparável apenas à melhores produções do realismo socialista, capaz de arrebatrar

um comentário semelhante ao elogio à flor de plástico: é tão perfeita que até parece de verdade

Patrícia: "O dia está lindo! Tenho muita coisa para fazer hoje". Fantasia-



Acabando aqui vou lavar as roupas da boneca Liloca.

mos o horizonte imaginário de uma criança bem nutrida, e ainda por cima, heroína de livro. O que poderá ser "esta muita coisa para fazer"? Fazer bola de sabão, arrellar o irmão, virar cambalhota, passear na rua, tomar sorvete, andar de elevador, virar astronauta? Isto é o que você pensa. Patrícia pega a vassoura e faz uma faxina geral na casa. Espana, cozinha, rega as plantas e não se esquece de sua Liloca: "Quero ser tão boa para Liloca quanto mamãe e para mim".

O que vemos? Abraços, beijos, afagos e brincadelras?

Ah, Ah! Amor materno como bem se sabe, é desdobrar fibra por fibra a musculatura dos braços. Patrícia, na ilustração, lava a roupa da boneca Liloca: "Depois de tanta trabalheira, "Ué que cansaço! Vou parar um pouco antes de estudar!"

E aí começa a preparação da segunda jornada de trabalho: além da lição de casa, o cuidado com o corpo ("gosto de ir à escola, bem limpinha e cheirosinha!"). Da escola, nada se sabe, apenas se vê Patrícia saindo de casa preocupada, como uma verdadeira mulherzinha: "Fiz meus deveres com capricho. Será que Tia Regina vai gostar?" E em seguida a volta para o lar, botar as crianças para dormir ("Vamos, Liloca! Está na hora de dormir", e o formidável comentário final: "Meu diário. Hoje foi um dia feliz! Como é bom estar em casa!" Patrícias de todo o mundo Sabotemos a Temurinha!

Fúlvia Rosemberg

85

As críticas aqui apresentadas ao condicionamento das mulheres aos afazeres domésticos se preocupam, portanto, com a falta de possibilidade de escolha pessoal destas em executar ou não esse trabalho, devido imposições que ocorreriam tanto dentro dos lares como no "mundo lá fora", em seus processos de socialização. Ao mesmo tempo, essas críticas vêm mostrar que esse trabalho, o qual é tido como corriqueiro, no sentido que pode ser feito por qualquer pessoa e principalmente por qualquer mulher, não é um dom natural das mulheres ou parte "essencial" da feminilidade, sendo um trabalho que exige treino e qualificação, que se dá entre as meninas desde cedo.

Maria Angeles Duran, sobre a qualificação do trabalho da dona de casa, comenta que aprender o que pode ser considerado básico, nesse

trabalho, de fato não levaria muito tempo (ela calcula entre três e seis meses); mas se aprimorar levaria anos, quer dizer, requer muita qualificação. Usa a comparação entre um aprendiz e um chefe de cozinha para mostrar o quanto a dona de casa pode se aprimorar em suas funções. Cita especificamente o cuidado com as crianças como uma das atividades domésticas que mais exige preparo e qualificação, e lembra que as habilidades e atividades podem diferir conforme o grupo social no qual a dona de casa está inserida. Também traz a hipótese de que, como o trabalho doméstico é muito efêmero, se aprimorar nele poderia ser uma busca por prestígio, uma maneira de fazer com que esse trabalho seja lembrado, mesmo que seus resultados já tenham se extinguido⁸⁶.

A próxima questão que gostaria de comentar, no que se refere às problematizações a respeito do “título” rainha do lar, é o isolamento. Em seu primeiro número, o periódico Persona problematiza o isolamento que sofrem as donas de casa, questão também presente no segundo número do jornal Nós Mulheres:

(...) As mulheres, cada uma “rainha do lar”, dispersas em suas casas e suas famílias, vivem em um isolamento que as impede de reconhecer nelas mesmas e em suas irmãs a exploração a que são submetidas. Perdidas nas células incomunicáveis das famílias têm como único meio de contato com o mundo o homem esposo, pai ou filho. Por isso a mulher não aparece na história escrita, mas sem ela os homens não poderiam ter feito a história.⁸⁷

Quando a gente fica fechada, pensa que o problema é só da gente. Mas no momento em que passa a conversar mais com outras donas de casa, a gente vê que o problema é geral. É geral na classe média, é geral na classe baixa, é geral...

*Inês, 50 anos, 3 filhos*⁸⁸

A questão do isolamento das donas de casa se articula com o fato delas serem trabalhadoras ao mesmo tempo em que são membro de uma família, de forma que seus universos pessoal e laboral se fundem, tanto fisicamente quanto psicologicamente. Maria Angeles Duran subdividiu

⁸⁶ DURAN, M. Domesticidade... Op. Cit., 1983. Pg. 59-61.

⁸⁷ Persona. Buenos Aires, Ano 1, n° 1, outubro de 1974. Pg. 27. Minha tradução.

⁸⁸ Nós Mulheres. São Paulo, n° 2, setembro/outubro de 1976. Pg. 08.

esse isolamento em físico, psicológico, organizativo e político⁸⁹. O isolamento físico, talvez o mais evidente, se refere ao fato do trabalho se dar em “unidades econômicas isoladas”. Tendo uma necessidade de disposição constante, ao mesmo tempo em que é um trabalho individual e solitário, artifícios como compras diárias no mercado são utilizados para fugir desse isolamento, mesmo que se traduzam em maior volume de trabalho. As conversas com vizinhas, por exemplo, são equiparadas às relações laborais de operários, e são consideradas pela autora como importante válvula de escape para o isolamento físico.⁹⁰

Em seguida, Maria Angeles Duran comenta o isolamento psicológico, resumindo a questão na seguinte afirmação: “(...) o papel social da mulher e, sobretudo, da dona-de-casa (sic), consiste em dar-se aos demais, em atender a suas necessidades físicas e afetivas. (...) Sua afirmação pessoal consiste precisamente em negar-se.”⁹¹

O isolamento organizativo parece ser um resultado do isolamento físico e psicológico.

A dona-de-casa (sic) tem mais dificuldades que qualquer outro trabalhador para organizar-se e defender suas reivindicações: isto se deve ao seu isolamento nas unidades domésticas, mas mais ainda à sua condição de trabalhadora “permanente”, sem tempo para dedicar a suas próprias atividades e à definição moral de suas obrigações como trabalhadora doméstica.⁹²

A autora observa ainda que, diferente de outros/as trabalhadores/as, a dona de casa não pode se dar conta que é explorada ou que sua relação de trabalho é injusta sem que isso afete intimamente suas relações pessoais. Se há problema com o trabalho, a esfera pessoal não pode ser um refúgio.

Sobre a questão do isolamento político, a autora comenta que “As relações políticas são expressões das relações de poder e a dona-de-casa (sic) está excluída do poder e da política”.⁹³ O isolamento físico, a separação marcada de esferas pública e privada, o fato de não se admitir que a economia doméstica é parte integrante e indispensável para a

⁸⁹ DURAN, M. Domesticidade... Op. Cit., 1983. Pg. 63-66.

⁹⁰ Ibidem. Pg. 63.

⁹¹ Ibidem. Pg. 63-64.

⁹² Ibidem. Pg. 64.

⁹³ Ibidem. Pg. 65.

economia de forma geral, são fatores que contribuem para que a política “exterior” não se preocupe com o que ocorre nos lares, excluindo dessa maneira as donas de casa de suas pautas.

Dois cartas de leitoras do Mulherio, ambas retiradas de seu quarto número, expressam experiências em que vemos mesclados esses isolamentos observados por Maria Angeles Duran.

Sou ouvinte assídua da TV Mulher. Como dona-de-casa (sic), este programa veio de encontro a um anseio que sempre tive, no sentido de melhor aproveitar as horas em que estou na cozinha preparando o almoço da família. TV Mulher me põe em contato com o mundo e me sinto irmanada a milhares de mulheres que, mesmo como donas-de-casa, vivendo uma vida um tanto delimitada, tem (sic) vontade de participar do que vai por aí, ter uma visão de conjunto de tudo. (...) *Maria Luísa Schroeder, Cruza Alta, RS.*⁹⁴

(...) Foi e está sendo muito difícil ser só mãe, dona-de-casa (sic), esposa. É muito difícil pra mim não estar lutando, estar longe das pessoas e do mundo lá fora. Dá uma sensação de inutilidade, de alienação. Às vezes, até de solidão. Dá uma vontade de sair correndo, de procurar alguém pra conversar. Falar sobre qualquer coisa, mas falar e ser ouvida, e ouvir também. (...) *Maysa V. B. Francisco, Moóca, São Paulo, SP.*⁹⁵

Os depoimentos das cartas nos fazem refletir a respeito da necessidade de contato com o mundo exterior, expresso de forma marcante. A sensação que se passa, ou a idéia que se reforça, é a de que “as coisas” acontecem lá fora, e a dona de casa precisa ao menos se informar sobre essas coisas, quando não pode participar das mesmas, buscando fugir da alienação. Talvez o trabalho doméstico não afaste mais as trabalhadoras de acontecimentos públicos, políticos ou econômicos, que o trabalho em um fábrica ou outra unidade de produção que também isole seus trabalhadores. Mas a falta de convívio entre a

⁹⁴ Cartas. Vidas repartidas. Mulherio. São Paulo, Ano 1, nº 4, novembro/dezembro de 1981. Pg. 02.

⁹⁵ Idem.

“categoria”, por assim dizer, acaba reforçando a idéia de alienação e despertando nas trabalhadoras uma vontade muito maior de contato com a esfera pública.

Esse isolamento, e as angústias e tensões decorrentes do mesmo, se transformam em respostas físicas nos organismos das trabalhadoras. Com relação específica à questão do isolamento e solidão, citam-se a depressão e o alcoolismo. O periódico argentino Todas, em 1980, comenta: “17-01-80: Na Itália, um estudo estatístico revelou que donas de casa tendem a beber. As causas desse fenômeno são, de acordo com a opinião dos psicólogos, o tédio e a solidão.”⁹⁶ O Mulherio, em seu nono número, apresenta notícia semelhante, divulgando relatório da Organização Mundial da Saúde publicado em Genebra:

O protótipo da mulher alcoólatra, afirma o estudo, é a dona-de-casa (sic) com dois ou três filhos, na faixa de 40 anos de idade. Essas mulheres são chamadas de “as bebedoras das nove às três” – referindo-se ao horário em que elas, sós em suas casas, fazem frente como podem à depressão, à ansiedade e à frustração.⁹⁷

E o artigo continua: “(...) ‘A solidão da dona-de-casa, unida a um trabalho que pode ser tão esgotante quanto não valorizado, é um dos fatores determinantes do alcoolismo’ (...)”

A última questão a ser tratada nesse item, após observar a formação das mulheres como donas de casa e o peso que seu trabalho no lar representa, é central nas críticas dos feminismos de Segunda Onda: a naturalização da função doméstica feminina. A idéia de que o trabalho doméstico é trabalho de mulheres, seja porque elas têm “maior facilidade”, “mais jeito”, ou mais habilidade com ele, seja porque “sempre foi assim” e seria um insulto à masculinidade homens fazerem esse tipo de trabalho, é denunciada pelos feminismos como uma tentativa (bem sucedida, aliás) de indicar como natural uma associação que é historicamente construída, e precisa ser reafirmada constantemente no dia a dia para manter sua legitimidade.

Mirta Henault, em 2001, afirma que

⁹⁶ Notícias. Todas. Buenos Aires, Ano 2, nº 3, 1980. Pg. 33

⁹⁷ Para Agüentar o rojão, elas estão enchendo a cara. Mulherio. São Paulo, Ano 2, nº 9, setembro/outubro de 1982. Pg. 22.

A cultura (as culturas) reconhece na mulher qualidades supostamente inatas. Parece tão naturalmente natural que uma mulher realize trabalhos domésticos, sirva à família, faça a comida diária, teça um agasalho ou trabalhe por salário em tarefas de serviço, como que tenha quadris largos e seios desenvolvidos. E isto, segundo a mesma cultura, ocorre desde sempre e ocorrerá para sempre, “naturalmente”.⁹⁸

Ou seja, essa não é, absolutamente, uma questão superada pelos feminismos em nossa década. Uma das estratégias para combater a naturalização do trabalho doméstico feminino, datada do período das fontes, parte de críticas de economistas feministas que, ao defender que essa naturalização serve a interesses econômicos do sistema capitalista, justificam o esforço de instituições conservadoras na manutenção da tradicional divisão sexual do trabalho. Quer dizer, as mulheres como reprodutoras da força de trabalho e também como mão-de-obra de reserva, “cargos” que só podem ser ocupados se mantida a divisão sexual do trabalho, seriam indispensáveis à manutenção do sistema. Maria Angeles Duran, como economista, comenta

(...) a dúvida sobre a condição ‘natural’ da mulher como dona-de-casa (sic) não é uma questão sem importância, uma vez que supõe pôr em dúvida, precisamente, os alicerces econômicos de nossa própria sociedade. É ainda mais grave e mais arriscado do que questionar a propriedade privada (...)⁹⁹

O periódico argentino *Brujas*, em artigo intitulado “*El feminismo como ideologia y como practica politica*”, de 1984, afirma também nesse sentido

(...) A respeito do trabalho doméstico, existem numerosos estudos feministas, que – com algumas divergências teóricas acerca do caráter desta produção – concordam em afirmar que se trata de um trabalho produtivo realizado gratuitamente pelas mulheres no seio da família e

⁹⁸ HENAUT, M. *De la rueca...* Op. Cit., 2001. Pg. 23.

⁹⁹ DURAN, M. *Domesticidade...* Op. Cit., 1983. Pg. 09.

cujo caráter de trabalho se faz “oculto” por uma visão naturalista que o considera uma tarefa “natural” das mulheres.-

Economistas do Terceiro Mundo e feministas descobriram que a acumulação capitalista resultante da mais-valia (aquela extraída exclusivamente do trabalho mercantil) se alimenta também na acumulação permanente de base, ou seja, aquela baseada na exploração do trabalho doméstico não mercantil realizado pelas mulheres no lar, trabalho que permite a produção e reprodução da força de trabalho do marido e filhos a menor custo.-

Por fim, todos esses estudos colocam em evidência que a produção doméstica é uma categoria econômica e não uma fatalidade biológica. (...) ¹⁰⁰

Apesar das críticas, admite-se a dificuldade em se lidar com padrões tradicionais de comportamento, pela força ideológica que mostram ter. Mesmo feministas, engajadas na luta pela igualdade, acabam assumindo para si as obrigações domésticas, como comenta Dominique Fourgeyrollas-Schwebel em 1999: “Assim, estimuladas por sua concepção de limpeza e ordem, inúmeras mulheres se encarregam da maior parte das tarefas domésticas, apesar do ideal igualitário que reivindicam”¹⁰¹. É uma divisão de tarefas bem clara, na qual o homem geralmente “dá uma ajudinha”, e a falsa idéia de uma divisão mais justa das tarefas só contribui para a manutenção da situação de desigualdade. A autora explica isso através do conceito da “lógica do dom”¹⁰², no qual as mulheres, tão condicionadas, desde crianças ensinadas a ter certo tipo de comportamento, e convencidas de que tal comportamento é algo natural a elas, acabam assumindo tais obrigações como naturais e estruturando a divisão de tarefas no lar. Às mulheres que trabalham fora

¹⁰⁰ Brujas. Buenos Aires, Ano 2, nº 6, 1984. Pg. 10-11. Minha tradução, os grifos não.

¹⁰¹ FOURGEYROLLAS-SCHWEBWL, D. Trabalho doméstico... Op. Cit., 1999.

¹⁰² Um exemplo de conceito semelhante a este pode ser encontrado em Danièle Kergoat, quando ela fala de uma “ideologia do dom”, ideologia naturalista a qual acredita em uma ordem natural das coisas, e abriria perspectiva para a reprodução de todas as opressões (sexismo, racismo...). KERGOAT, Danièle. Em defesa de uma sociologia das relações sociais. Da análise crítica das categorias dominantes à elaboração de uma nova conceituação. In: KARTCHEVSKY-BULPORT, A. O sexo do... Op. Cit., 1986. Pg. 88.

de casa cabe racionalizar seu tempo para terem condições de conciliar as duas jornadas de trabalho, ou contratar alguém para ajudá-las.

Essa idéia de “lógica do dom” se constrói baseada na naturalização do trabalho doméstico feminino, e o papel familiar das mulheres e em especial a maternidade são apontadas como as grandes vilãs dessa questão. Bibliografia recente coloca que “Desde a década de 1960, nos EUA e em outros locais, quando as feministas afirmaram que ‘o pessoal é político’, muitos consideraram seriamente o papel da família na subjugação das mulheres.”¹⁰³ A relação entre casamento e maternidade, que aparece como praticamente obrigatória e é tão reforçada que muitas vezes se torna objetivo final da vida de algumas mulheres, será problematizada nos próximos itens desse capítulo, nos quais a questão da naturalização das funções estará sempre presente, de forma transversal, por ser ponto crucial das críticas apresentadas. Vale ressaltar que essas críticas se dão muito mais na preocupação com a obrigatoriedade do casamento e da maternidade do que com propostas que neguem essas instâncias. Por exemplo, no artigo intitulado “*Ser mujer – ¿Destino o decisión?*”¹⁰⁴, do primeiro número do Persona, de 1974, afirma-se que “A mulher não é uma criatura que tem que se converter em mãe; é a criatura que pode ser mãe.”¹⁰⁵ Idéia semelhante é encontrada no primeiro número do Mulherio, de 1981, onde se afirma que “Quando se questiona a maternidade compulsória, quando se reivindica o direito inalienável da mulher ao controle do seu próprio corpo, o que se postula, evidentemente, não é a não-maternidade igualmente compulsória.”¹⁰⁶

1.2. Ser esposa, a mais antiga profissão

Maria Angeles Duran observou que o casamento traz uma época de muito trabalho, intensificado pelo compromisso de “montar a casa” e também pela gestação. Lembra que a gravidez em si, mesmo antes do nascimento da criança, já representa aumento de trabalho, devido à

¹⁰³ GORNICK, Janet C.; MEYERS, Márcia K. Regimes de bem-estar social com relação a trabalho remunerado e cuidados. In: ARAÚJO, Clara; PICANÇO, Felícia; SCALON, Celi (orgs.). Novas conciliações e antigas tensões? Gênero, família e trabalho em perspectiva comparada. Bauru: Edusc, 2007. Pg. 195.

¹⁰⁴ Persona, Buenos Aires, Ano 1, nº 1, outubro de 1974. Pg. 28-31.

¹⁰⁵ Persona, Buenos Aires, ano 1, nº 1, outubro de 1974. Pg. 28.

¹⁰⁶ Mãe – Paraíso perdido ou reencontrado? Mulherio. São Paulo, Ano 1, nº 1, maio/junho de 1981. Pg. 08.

necessidade de cuidados especiais, e esse trabalho se prolonga ainda mais com a chegada do/a recém nascido/a.

Imagem 8



107

Discutindo a naturalização das funções de dona de casa, esposa e mãe, comenta como a dona de casa é a única trabalhadora a quem não se reivindica licença-maternidade (quer dizer, o fato de ter um filho recém nascido e as conseqüências disso não a poupam do seu trabalho usual), e que as redes de solidariedade das quais a mais nova mãe depende costumam ser insuficientes. “(...) Acontece que não é permitido à dona-de-casa (sic) deixar de sê-lo nem sequer quando doente ou quando tem um recém-nascido ao seu lado.”¹⁰⁸

A imagem 8, reproduzida acima e retirada do quinto número do Mulherio, traz uma charge problematizando exatamente a questão levantada por Maria Angeles Duran, e que será tratada mais adiante no quarto item dessa primeira parte, que descreve com maior atenção os afazeres das donas de casa.

Outro problema importante apontado pelas fontes sobre a questão do trabalho doméstico feminino é o de que os trabalhos de cuidados oferecidos gratuitamente pelas donas de casa não são entendidos pela sociedade em geral como trabalho. Por exemplo, há o cuidado com a população que trabalha na economia exterior, o cuidado com elas mesmas, e também com a população que já passou da idade de aposentadoria. Maria Angeles Duran aponta que

Acontece com os asilos o mesmo que com as creches: não existem em número suficiente,

¹⁰⁷ Mulherio. São Paulo, Ano 2, nº 5, janeiro/fevereiro de 1982. Pg. 22

¹⁰⁸ DURAN, M. Domesticidade... Op. Cit., 1983. Pg. 32.

porque os preços de mercado são demasiadamente altos. E porque nossa economia exterior está baseada num pressuposto econômico julgado indiscutível: a existência de uma reserva inesgotável e gratuita de trabalho doméstico feminino.¹⁰⁹

Entretanto, a autora se pergunta: quando se aposentam as donas de casa? E também os cuidados com os doentes, seja por doenças crônicas ou passageiras, recaem sobre as mulheres. Entre as tarefas envolvidas no cuidado de doentes podemos citar limpeza, alimentação, idas à farmácia, acompanhar ao médico, contatos, administração de remédios, e ajudas na recuperação, que podem variar conforme o caso. Maria Angeles Duran coloca que doentes afetam mais as donas de casa do que empresas mas, por ser esse um trabalho socialmente imposto às mulheres, não se calcula seu tempo ou valor, porque não há interesse do sistema de forma geral em dar visibilidade a ele.

Quem está lendo esse item pode vir a se perguntar por que ele está descrevendo as tarefas de cuidados, quando seu foco é o trabalho da esposa. Eu responderia que “Para a dona-de-casa (sic), e igualmente nas circunstâncias restantes, há tanto maior trabalho quanto maior for o número de pessoas na família, visto que a ela cabe cuidar do sustento de todos.”¹¹⁰ Nesse sentido, precisamos pensar que crianças pequenas, assim como pessoas idosas ou doentes demandam ainda mais tempo e trabalho, e são funções tradicionais das esposas.

Ainda Maria Angeles Duran, ao observar as donas de casa em idade avançada, cita problemas específicos como os cuidados com a saúde, não só do esposo mas da própria dona de casa, que fazem parte do trabalho doméstico, e a preocupação com a viuvez. Além da questão da solidão, a viuvez representa, em muitos casos, angústia econômica, devido a pensões que sempre são muito mais baixas que o salário-base do esposo, e ao fato de que “(...) toda uma vida de trabalho socialmente necessário pode terminar sem que lhe reconheçam sequer sua condição de trabalhadora.”¹¹¹ Também nesse sentido, a autora ressalta que o ciclo de trabalho da esposa acompanha de tal forma seu ciclo de vida, que além de ela não se aposentar nunca (algo como pensar que o trabalho só termina com a morte), no geral só pode se desligar de sua condição de dona de casa caso fique incapacitada para executar tal função.

¹⁰⁹ Ibidem. Pg. 49.

¹¹⁰ Ibidem. Pg. 35.

¹¹¹ Ibidem. Pg. 40.

Observando a imagem 9, abaixo, a respeito do casamento, retirada do quarto número do Nós Mulheres, de 1977, buscamos Danda Prado¹¹² em sua análise sobre o papel de esposa. Apesar de sua obra ter sido escrita baseada em pesquisas sobre esposas francesas, os problemas, aflições e reclamações dessas mulheres não são diferentes dos identificados pelo Nós Mulheres nas esposas brasileiras. No depoimento da tecelã Olga¹¹³, retirado do primeiro número do jornal, de 1976, e na capa do segundo número (imagem 10), do mesmo ano, as obrigações das mulheres como esposas também são retratadas. Inclusive, vale citar que a questão da esposa não se encontra separada da questão do trabalho doméstico no periódico. Apesar dele falar de um ou outro desses assuntos de forma individual em certos momentos, ao discorrer sobre eles, ou seja, no conteúdo, eles se misturam. O mesmo ocorre com outras fontes observadas.

Essa característica – inevitável, já que entre as obrigações de esposa o trabalho doméstico aparece como central, ao lado das obrigações sexuais – pode ser observada no artigo *Procura-se uma Esposa*, do primeiro número do Nós Mulheres. O artigo começa: “Pertencço ao grupo de pessoas conhecidas como *esposas*. Sou ESPOSA. E não por acaso: sou MÃE...”¹¹⁴.

Imagem 9



115

No decorrer do texto, vai falando de como gostaria de ter uma esposa, de ter alguém para cuidar dos seus filhos, de si e da casa, lhe deixando tempo de sobra para seus projetos pessoais. Nesse percurso, descreve

¹¹² PRADO, D. *Ser esposa...* Op. Cit., 1979. Pg. 16.

¹¹³ Nós Mulheres. São Paulo, nº 1, junho de 1976. Pg. 09.

¹¹⁴ *Ibidem*. Pg. 05.

¹¹⁵ Nós Mulheres. São Paulo, nº 4, março/abril de 1977. Pg. 09.

uma infinidade de afazeres domésticos, e como seria agradável ter alguém que os fizesse para ela. E finaliza: “MEU DEUS, quem não gostaria de ter uma esposa?”.

Imagem 10



116

Verena Stolcke¹¹⁷, em texto publicado no Brasil em 1980, buscando as razões da manutenção do casamento e da família na sociedade de classes, aponta para a forma como essas instituições perpetuam a subordinação das mulheres. Segundo ela, não é o fator puramente econômico que é central no controle sobre as mulheres, pois as questões do controle sexual, do papel desempenhado pela procriação e pela herança, características primordialmente burguesas, seriam o que as manteriam enclausuradas. Mesmo que essas características tenham seu viés econômico (filhos legítimos para herdeiros), ela enfatiza que

¹¹⁶ Ilustração da capa do *Nós Mulheres*. São Paulo, nº 2, setembro/outubro de 1976.

¹¹⁷ STOLCKE, Verena. *Mulheres e trabalho*. In: Estudos Cebrap, 26. 1980. Apud FARIAS, Zaíra Ary. *Domesticidade: cativo feminino?* Rio de Janeiro: Achimé/CMB, 1983. Pg. 93-95.

essa questão não se explica somente por esse viés, porque se tornou uma espécie de consenso, onde a moral da classe dominante se impõe às classes subalternas. Se fosse uma questão puramente econômica, a reprodução dessa característica nas classes trabalhadoras, nas quais muitas vezes nada há para herdar, não se explicaria. A autora, ao menos no recorte de seu trabalho a que tive acesso, não questiona a moral religiosa nesse aspecto.

Imagem 11



118

Danda Prado interpretou a preocupação marcante com a submissão que ser esposa representava (e em geral representa) como uma influência do que ela chamou de literatura de orientação feminista. Ela definiu essa literatura como aquela que tem por finalidade colocar em discussão a distinção entre as mulheres como indivíduos com características específicas a seu sexo, assim como as mulheres

¹¹⁸ Mulherio. São Paulo, Ano 1, nº 3, setembro/outubro de 1981. Pg. 07.

confundidas com seus papéis biossociais de mãe e esposa. Nesse ponto ela dá ênfase a Simone de Beauvoir¹¹⁹ que, ao afirmar que “a mulher não nasce mulher, ela se torna”, desnaturalizou as obrigações – inclusive domésticas – das mulheres e abriu espaço para uma desconstrução social dessas obrigações.

A imagem 11, acima, retirada do terceiro número do Mulherio, de 1981, expõe a sobrecarga de trabalho da esposa, e sua obrigação nos trabalhos de cuidados com o esposo. A separação de esferas como pública de trabalho masculino e privada de trabalho feminino traz conseqüências para as relações dentro dos lares. Uma delas é descrita pela charge. O homem, quando chega em casa do trabalho, descansa e não tem mais obrigações, e espera receber os cuidados da mulher que, independente de quanto trabalhou durante o dia, deve estar disponível para atendê-lo. Obviamente essa descrição é um escracho e se, por um lado, não é nem era regra aplicável em todos os lares, por outro é situação largamente presente, a ponto das pessoas a identificarem com facilidade, inclusive em nossos dias. O mesmo ocorre com a imagem 12 abaixo, retirada no número 16 do Persona, de 1986.

É interessante notar como os periódicos feministas nos diferentes países observados se utilizam do humor e da sátira, principalmente através de charges, como arma política, oferecendo um contraponto às piadas, muito correntes, que relaciona(va)m as mulheres com o trabalho doméstico. Essas charges podem ser vistas também como contraponto à zombaria voltada às feministas, a qual estava presente inclusive nos grupos de esquerda dos quais estas também faziam parte, e que a brasileira Rachel Soihet analisa, recentemente, como arma antifeminista¹²⁰. O próprio fato de muitos dos cartunistas autores dessas charges feministas serem homens poderia ser utilizado como argumento pelas feministas às críticas constantes de uma espécie de “guerra dos sexos” que estaria sendo promovida pelos feminismos.

¹¹⁹ Danda Prado se refere à obra O segundo sexo, publicada na França em 1949.

¹²⁰ SOIHET, Rachel. Zombaria como arma antifeminista: instrumento conservador entre libertários. Revista Estudos Feministas, Florianópolis, v. 13, n. 3, dez. 2005.

Imagem 12



121

Cristina Torres em 1988 comenta que, em todos os estudos que observou (referentes ao Uruguai, mas podemos inferir que não ocorresse somente lá), as mulheres casadas e mães trabalhavam mais, e as ajudas de outros membros da família eram ínfimas, principalmente dos membros masculinos. A única ajuda que mostrava ter alguma constância de forma geral era nas compras, e a autora relaciona o fato com a ligação das compras à esfera pública. Também podemos considerar que as compras, ato de consumo, eram e são um exercício de poder nas sociedades estudadas, e podem configurar também um exercício de poder dentro dos lares, tanto masculino quanto feminino (apesar de não deixar de ser uma obrigação, por vezes onerosa, a qual faz parte do trabalho doméstico). Quer dizer, podemos pensar a partir disso como algumas atividades, que são obrigações domésticas, oferecem vantagens perante outras e como então se dão as disputas na divisão do trabalho nos lares.

¹²¹ Persona. Buenos Aires, nº 16, setembro/outubro de 1986. Pg 09. "Você usa uma cueca e duas camisas por dia, tenho que limpar, lavar, passar, fazer as compras, a comida e atender as crianças... Diga-me, você acha que sou sua escrava? – Não, querida. – Ah, bom." Minha tradução.

Cristina Torres, continuando, expõe a designação social dos afazeres domésticos como tarefa feminina, comentando que mesmo mulheres que possuem empregos fora de casa ficam responsáveis pela esfera privada, pelo trabalho familiar. Quer dizer, não seria uma simples divisão de espaços na qual quem fica em casa faz o trabalho de casa, e sim uma divisão sexual do trabalho historicamente construída. A autora relaciona o que seria o tradicional papel de esposa e mãe com a questão.

É possível observar como a mulher – apesar de trabalhar – assume sua responsabilidade frente às tarefas de reprodução do grupo familiar quando é próprio. Tal como se apontou em linhas anteriores, a responsabilidade está atribuída aos papéis de mãe e esposa, o que a socialização tradicional também privilegia.¹²²

Vale a crítica à citação quando comenta que a mulher “apesar de trabalhar” assume a reprodução familiar, ao pensar nas reivindicações de inúmeras feministas, anos antes, de que trabalho reprodutivo também é trabalho.

De qualquer forma, podemos pensar aqui novamente a questão da naturalização das funções domésticas femininas a partir do ato biológico da maternidade (sobre o qual foram construídas inúmeras outras responsabilidades femininas referentes às crianças), e do que seria entendido como a função de uma esposa, ou ao menos de uma “boa esposa”. A capa do quarto número do periódico *Ser Mujer*, de 1985, reproduzida abaixo na imagem 13, brinca exatamente com a relação da esposa com o trabalho doméstico, ao retratar uma noiva segurando um buquê formado pelos *plugs* dos eletrodomésticos que ganhou de presente de casamento. Talvez o mais risível da figura toda sejam as expressões nos rostos da noiva e do noivo, a primeira passando uma idéia de aflição, e a segunda, digamos, de satisfação.

¹²² TORRES, C. *El trabajo doméstico...* Op. Cit., 1988. Pg. 11. Minha tradução.

Imagem 13



Os conflitos psicológicos gerados pela construção, que se daria ao longo da vida das mulheres, da idéia de uma esposa ideal, são tratados de forma pontual em muitos artigos e matérias encontrados nos jornais consultados. Cito aqui um exemplo que considero interessante, do nono número do Mulherio, de 1982, por questionar uma espécie de perda do “eu” ao se desempenhar, por toda uma vida, um trabalho que ideologicamente consiste em se dar aos outros. “Guia de boas maneiras para a mulher moderna”, por Maria Angélica de Oliveira: “Para a jovem pianista (...); para a jovem bailarina (...); para a jovem poetisa (...) ...

¹²³ Capa do Ser Mujer. Buenos Aires, Ano 3, nº 4, junho de 1985.

Para a jovem esposa

Simular paz

alegria

perdão

bem-estar

orgasmo

jovialidade

saúde

doçura

compreensão

*até que a morte a separe de você mesma*¹²⁴

1.3. O mito da maternidade

No quinto número do Persona, de 1975, há uma matéria da sessão “*Digamos la verdad*”, intitulada “*El mito de la maternidad*”¹²⁵ a qual, ainda que não fale diretamente em naturalização, critica veemente a associação das mulheres exclusivamente com a maternidade, afirmando essa função como reprodutiva e não criativa, como a “sociedade” se esforçaria para fazer parecer. Há na matéria uma preocupação com a “maternidade madura” – como chamam –, a qual ocorreria no momento da vida em que a mulher se achasse preparada, sem pressões externas e sem ser sua razão suprema de existência. Há também uma preocupação em apresentar as mães e esposas (porque uma mãe que não é também uma esposa não é uma “boa mãe”) como reprodutoras da dupla moral sexual, das desigualdades entre os sexos e das diferenças de oportunidades. Nesse ponto a educação aparece como central, mostrando que essa aptidão “nata” das mulheres é uma construção cultural, posição essa presente em diferentes fontes, conforme exposto aqui anteriormente. A matéria cita em mais de um momento a filósofa francesa Simone de Beauvoir, o que a explicita como referência ao se tratar da desnaturalização das funções femininas.

Maria Angeles Duran em 1983, ao comentar o trabalho socialmente necessário da dona de casa e nele, a gestação de novas vidas, coloca que “A primeira contribuição socialmente necessária (...) é a da maternidade em seu aspecto biológico, isto é, a gravidez e o

¹²⁴ Mulherio. São Paulo, Ano 2, nº 9, setembro/outubro de 1982. Pg. 24.

¹²⁵ Persona. Buenos Aires, Ano 2, nº 5, 1975. Pg. 09-10.

parto”¹²⁶. Ela comenta como essa fase exige cuidados especiais que geram muito trabalho, e como esses cuidados podem ser acentuados conforme a situação física da gestante. Também reflete sobre como consultas médicas, exames e visitas à farmácia geram sobretrabalho para essas mulheres, e denuncia que, apesar de cálculos serem feitos para estimar quanto uma gestação custa ao governo, ninguém se preocupa em calcular os custos da gestação para a própria gestante, cálculo que segundo ela deveria ser feito apesar das questões emocionais envolvidas, considerando que “(...) gestação é também trabalho e trabalho coletivamente necessário, cujo protagonista é a mulher”.¹²⁷

Cristina Torres em 1988 comenta como, a partir do momento em que o núcleo familiar aumenta, seja com filhos ou outros adultos, aumenta também a quantidade de trabalho não pago que a dona de casa transfere para a sociedade, produzindo-se assim a exploração através do trabalho doméstico.¹²⁸ A autora também observa que a situação familiar influi mais nos dados sobre trabalho doméstico do que quaisquer outras variantes, e que mulheres consideradas “ativas” (as que cumprem dupla jornada, dentro e fora de casa) não têm mais ajuda do grupo familiar no trabalho doméstico do que as que são exclusivamente donas de casa¹²⁹. Entretanto, apesar da pouquíssima ajuda recebida dos demais membros da família que não a dona de casa, ao menos no caso uruguaio, estudado por Cristina Torres, essa ajuda familiar era maior que ajuda paga ou exterior à residência.¹³⁰ Vale citar, também nesse aspecto, que nem sempre é alguém da família nuclear que colabora nas redes de ajuda, que dependem de familiares mais distantes, vizinhos e amigos.¹³¹

Pensando a respeito do sobretrabalho doméstico, Maria Angeles Duran chama a atenção para o fato de que “Se a maioria das donas-de-casa (sic) inicia um ciclo econômico com o casamento, a plenitude de sua contribuição coincide com a chegada dos filhos (...)”.¹³² Ela fala de como as necessidades do recém nascido geram sobretrabalho e que, mesmo se dedicando integralmente, a mãe não consegue suprir todas as necessidades da criança. “A organização social em que vivemos não quer saber que são necessárias as creches, tanto para as crianças como

¹²⁶ DURAN, M. Domesticidade... Op. Cit., 1983. Pg. 41.

¹²⁷ Ibidem. Pg. 44.

¹²⁸ TORRES, C. El trabajo doméstico... Op. Cit., 1988. Pg. 02.

¹²⁹ Ibidem. Pg. 12.

¹³⁰ Ibidem. Pg. 16.

¹³¹ Ibidem. Pg. 17.

¹³² DURAN, M. Domesticidade... Op. Cit., 1983. Pg. 32.

para as donas-de-casa (sic) (...)”¹³³ Fala como a vigília constante aos filhos impossibilita as mães para a vida política, cultural e de lazer, principalmente até eles alcançarem idade de ir para a escola. E nesse caso, se o número de anos entre os nascimentos dos filhos for grande, a situação pode se estender por décadas.

A autora calcula 24 horas de vigilância passiva (que só é aliviada a partir dos 10 anos de idade da criança), todos os dias, atenção ativa de no mínimo 5 horas e trabalho derivado nas demais horas, sem férias, feriados ou dias de descanso. Além da atenção física, ressalta também a atenção psicossocial oferecida pelas mães, o “educar os filhos”, ou seja, “(...) ensinar-lhes a ajustar-se às normas de comportamento do próprio grupo”¹³⁴. A autora inclusive faz um cálculo do preço que custa, no mercado, 6 a 8 horas do serviço prestado por uma mãe, considerando que a jornada das mães vai muito além de 8 horas, para assim explicitar o valor do trabalho socialmente (ou seja, coletivamente) necessário prestado por mulheres de forma individual em seus lares¹³⁵. Claro, as donas de casa também atendem seus filhos jovens em idade escolar ou mesmo que já trabalham, o que é um trabalho importante e poucas vezes lembrado, mas o volume de trabalho, se comparado com crianças pequenas, é visivelmente menor.

Todo esse volume de trabalho, exigido de uma pessoa apenas e voltado a um foco específico, que se mistura com questões pessoais e emocionais, gera conflitos psicológicos que são também tratados pelas fontes.

(...) A singularidade da relação mãe-filho, dentro da família nuclear criada nos estágios mais recentes da ordem patriarcal, gera nas crianças necessidades de afetos tão vastas que são impossíveis de ser satisfeitas por qualquer ser humano, ainda que se especialize na profissão de mãe em tempo integral e dedicação exclusiva.

E o que é pior: como a ideologia procura negar a profunda contradição entre, de um lado, a exaltação mistificadora da função maternal e, de outro, as precárias condições oferecidas pela sociedade para o desenvolvimento saudável das crianças e o exercício da maternidade, as

¹³³ Ibidem. Pg. 34.

¹³⁴ Ibidem. Pg. 45.

¹³⁵ Ibidem. Pg. 47.

mulheres acabam por assumir uma carga emocional muito pesada ao se sentirem culpadas por tudo o que não conseguem fazer por seus filhos em uma sociedade tão inadequada para a satisfação das necessidades humanas.¹³⁶

O artigo de Carmem Barroso, de 1981, segue comentando como a questão da culpa¹³⁷ é mais evidente para as mulheres mais pobres, muitas delas chefes de família. Cita-se que desde os anos 1950 o número de mulheres chefes de família nos setores mais empobrecidos da população vinha aumentando, e que as condições precárias de vida em geral não possibilitavam que essas mulheres, “condenadas à pobreza e ao subemprego por condições estruturais”, oferecessem a seus filhos os mesmos cuidados que mulheres em situação financeira mais confortável. Um ponto marcante desse artigo específico é que ele pouco fala da dupla jornada de trabalho e das conseqüências mais físicas da maternidade, estando mais voltado aos aspectos ideológicos.

Maria Angeles Duran comenta, em 1983, os conflitos que geralmente ocorrem quando os filhos crescem e o ritmo de trabalho da dona de casa diminui, trazendo certa “calmaria” e algumas questões psicológicas decorrentes da mesma. Entretanto, muitas vezes é nesse momento que a dona de casa passaria a auxiliar a família fora de seu núcleo familiar mais direto, seja na ajuda com netos ou quando “(...) sobre ela recai a representação social da família e é ela quem a socorre nas enfermidades, nos nascimentos, nas bodas e nos funerais”.¹³⁸

Voltando a Carmem Barroso, ela ainda critica o que chama de “noção de maternidade tal como definida no patriarcalismo”, a qual “exonera o homem da paternidade, cria uma perigosa divisão entre a vida pública e a vida privada e, na mais fundamental das contradições, aliena a mulher de seu corpo ao nele encarcerá-lo”¹³⁹. Finaliza

¹³⁶ Mãe – Paraíso perdido ou reencontrado? Mulherio. São Paulo, Ano 1, nº 1, maio/junho de 1981. Pg. 08.

¹³⁷ No Mulherio nº 25, há uma carta de leitora problematizando a questão da culpa, num dia das mães, quando escreveu um artigo falando por que tinha raiva de seus filhos, o qual utilizou em grupos de discussões. Mulherio. São Paulo, Ano 6, nº 25, março/agosto de 1986. Pg. 02. Também encontramos comentários sobre a questão da culpa em Mirra Henault, em obra supracitada, quando a autora comenta que as mulheres sentem culpa quando trabalham fora e deixam de passar o dia inteiro cuidando da família e, ao mesmo tempo, sentem culpa também quando são apenas donas de casa, e não ajudam economicamente ou financeiramente em seu núcleo familiar. HENAUT, M. De la rueca... Op. Cit., 2001. Pg. 27.

¹³⁸ DURAN, M. Domesticidade... Op. Cit., 1983. Pg. 39.

¹³⁹ Mãe – Paraíso perdido ou reencontrado? Mulherio. São Paulo, Ano 1, nº 1, maio/junho de 1981. Pg. 08.

chamando a atenção sobre como essa divisão rígida de papéis sexuais tem gerado “atualmente” (ao tempo da publicação) insatisfações e resistência (que são objeto de análise da minha pesquisa).

Além das pressões psicológicas que as mães enfrentavam, o artigo supracitado levanta duas questões encontradas em outras fontes, referentes à maternidade. Uma delas é a força do patriarcado na constituição da maternidade como instituição opressora das mulheres; e a outra é a da maternidade como profissão.

No ensaio “A mãe ideal e o soldado ideal”, de Birgit Brock-Utne, extraído do nº 23 do Mulherio, de 1985, há uma comparação entre a família patriarcal e uma organização militar:

A corrente militar de comando está conceitualmente próxima da família patriarcal, sendo ambas essencialmente organizações hierárquicas. Em ambas instituições, a obediência é uma virtude e a desobediência severamente punida. A obediência à autoridade é a pedra angular de uma máquina militar efetiva e o princípio fundamental de uma família patriarcal.¹⁴⁰

Nesse sentido, se busca denunciar a obediência cega ao pai e ao marido, proclamada pela família patriarcal, como base da opressão das mulheres. Vale lembrar que o conceito de patriarcado ou patriarcalismo era muito forte entre as teóricas feministas do período. Hoje ainda é um conceito muito corrente na América Latina, mas parece ter perdido força no Brasil. Buscando explicações estruturais para a opressão das mulheres, o patriarcado aparece como um sistema anterior e paralelo ao capitalismo, que surge com a propriedade privada e encarcera as mulheres como parte das propriedades das famílias. A base para essa relação entre opressão das mulheres e propriedade privada é uma apropriação feita pelas feministas principalmente da obra A origem da família, da propriedade privada e do Estado, de Friedrich Engels.¹⁴¹

Já a questão da “profissão mãe” pode ser encontrada no terceiro número do periódico argentino Todas¹⁴², de 1980. Em uma espécie de

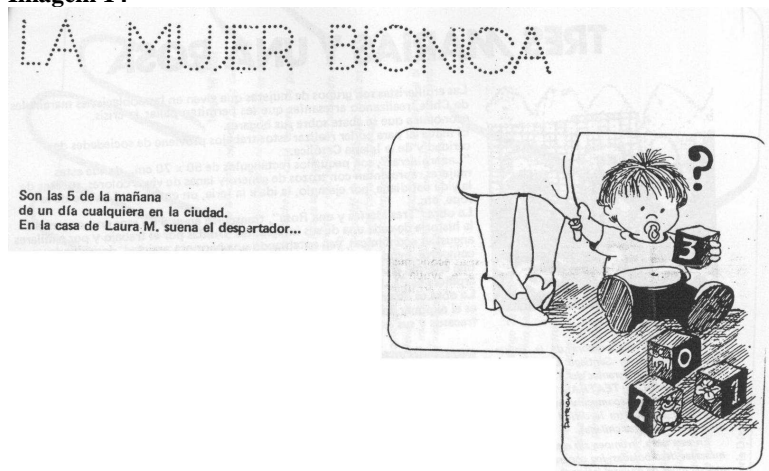
¹⁴⁰ Ensaio. A mãe ideal e o soldado ideal. Mulherio. São Paulo, Ano 5, nº 23, outubro/novembro/dezembro de 1985. Pg. 11.

¹⁴¹ ENGELS, Friedrich. A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

¹⁴² Todas. Buenos Aires, Ano 2, nº 3, 1980.

conto ou anedota, intitulado “*La mujer bionica*”, uma mãe à procura de uma creche para seu filho pequeno, porque começaria logo a trabalhar fora, encontra inúmeras dificuldades. Primeiramente, as cobranças do pai da criança deixam evidente que a responsabilidade de encontrar a creche é somente da mulher, se é ela quem vai sair de casa e deixar de cuidar da criança por tempo integral. Então, os sentimentos de culpa que essa mãe expressa são acentuados por cobranças externas. Depois, há dificuldades com a confiabilidade e os preços das creches. No final das contas a mulher, meio envergonhada, acaba perguntando no mercadinho perto de sua casa se alguém conhece algum lugar. Na leitura dos anúncios e nas visitas às creches, fala-se em mães especializadas, e o tempo todo a protagonista se pergunta: “Mas o que serão mães especializadas?”. Nesse sentido, não apenas se levanta a idéia da maternidade como profissão, como também se busca explicitar que os cuidados com as crianças exigem especialização que, aliás, tem um preço no mercado de trabalho. A reação da protagonista é muito interessante e pode ser interpretada ao menos em dois sentidos. Um deles seria o de que não faz sentido se especializar em algo que é natural, que já se nasce sabendo e, outro, de que, com tantas profissões para se exercer, se é para se especializar, por que se especializar em ser mãe?

Imagem 14



143

¹⁴³ Todas. Buenos Aires, Ano 2, nº 3, 1980. “São 5 da manhã de um dia qualquer na cidade. Na casa de Laura M. soa o despertador...” Minha tradução.

No quinto número do periódico paraguaio Enfoques de Mujer, de 1987, há uma pequena matéria, que na verdade é mais uma espécie de manifesto ou desabafo, intitulado “*Estoy cansada de esas madres ‘superliberales’*”¹⁴⁴, de Marta Ferrara. Nele a autora, que deixa entender ser envolvida com movimentos sociais, critica as atitudes das mulheres “atuais” que buscam fazer tudo, militar, trabalhar, se divertir, mas esquecem de seus filhos em casa. Ao mesmo tempo em que está presente uma crítica à sobrecarga à qual se submetem essas mulheres, como também acontece em “*La mujer bionica*”, supracitado, há uma espécie de chamado às mães para retornarem aos seus filhos. Ao mesmo tempo em que se comenta que é viável ter um ou dois filhos ao invés de quatro ou cinco, se faz o apelo pensando na atenção que a mãe deve dar às crianças, e não na conciliação das esferas pública e privada. Do mesmo modo, Marta Ferrara chama a atenção ao identificar as responsabilidades de criação das crianças como responsabilidades das mães apenas, não citando a ajuda paterna ou estatal. Ela até fala da ajuda das empregadas, mas com certo desdém. É muito interessante observar esse manifesto porque ele não é apenas um contraponto, mas acabaria se tornando alvo de ferrenhas críticas feitas muitos anos antes, pelos feminismos, no que concerne à questão da maternidade.

Um exemplo de artigo que poderia ser utilizado como base para crítica ao “*Estoy cansada de esas madres ‘superliberales’*”, é encontrado no décimo número do Mulherio, de 1982. Publicado pelo Coletivo de Boston para a Saúde das Mulheres, e utilizado pelo grupo Nós e Nossos Filhos de Belo Horizonte, “Um aprendizado: ser mãe, ser pai”¹⁴⁵ busca desconstruir a idéia de feminismo inimigo da família e da maternidade, mas alegando que de fato essa era uma posição marcante nos grupos feministas norte-americanos no final da década de 1960. Entretanto, o artigo ressalta a necessidade de transformação dessas duas instâncias – família e maternidade –, admitindo que não seria tarefa fácil, que apesar dos esforços as mães feministas não controlavam as escolhas dos filhos e filhas, que seria uma transformação que precisaria ser ampla e ocorrer também fora do núcleo familiar, e portanto deveria ser demorada, mas que era necessária para que tanto os padrões de maternidade quanto de paternidade se modificassem com o objetivo da maternidade não representar nem obrigação, nem uma prisão para as mulheres. Ainda no Mulherio, essa idéia de olhar feminista sobre a

¹⁴⁴ Enfoques de Mujer. Assunção, Ano 2, nº 5, dezembro de 1987. Pg. 37.

¹⁴⁵ Mulherio. São Paulo, Ano 2, nº 10, novembro/dezembro de 1982.

família é discutida através de uma resenha do livro “A segunda etapa”, de Betty Friedan¹⁴⁶. A resenha comenta que o livro é criticado por Simone de Beauvoir como um “retorno à família”, numa crítica mais radical, enquanto a proposta de Betty Friedan seria exatamente discutir essa conciliação entre individualidade e família, partindo de uma perspectiva feminista.

Muitas dessas discussões feministas vinham apresentar posições dissonantes a respeito da maternidade feminina. Pode-se identificar, no geral, uma posição de valorização da maternidade, e uma oposta, que vinha buscar a libertação das mulheres do que seria a sua prisão doméstica. Entretanto, nas fontes estudadas, dificilmente se encontram essas posições extremadas. Não encontrei em nenhum dos periódicos ou bibliografia consultada uma negação extrema da família ou da maternidade, ao mesmo tempo em que posições que supervalorizem a maternidade e características historicamente femininas também não são comuns.

Precisamos refletir a respeito dos feminismos estudados, e algumas de suas características gerais, ao pensar essas questões. A homossexualidade feminina, por exemplo, não é questão muito corrente nas fontes. Ao mesmo tempo, a ligação com grupos de esquerda e o compromisso com uma militância feminista, digamos assim, “não burguesa”¹⁴⁷, é muito presente. Precisamos levar esses e outros fatores em consideração para pensar que as temáticas exploradas por esses grupos estão ligadas com temáticas de reivindicação geral de transformação social, e que essas militantes feministas eram muitas vezes também militantes de esquerda, mães de família, esposas de militantes, heterossexuais. Assim podemos observar com mais propriedade essa busca por conciliação, tantas vezes presente, entre reivindicações especificamente feministas e reivindicações gerais¹⁴⁸, como acontece com a questão da carestia, da anistia ou da socialização de bens e serviços. Apesar dessa busca por conciliação, vale colocar que os debates feministas sobre a associação das mulheres

¹⁴⁶ Mulherio. São Paulo, Ano 3, nº 14, julho/agosto de 1983. Pg. 19.

¹⁴⁷ Nos contextos de ditaduras civil-militares no Cone Sul, militantes de esquerda que se envolviam com questões específicas das mulheres – ou seja, feministas – foram por vezes acusadas pelos companheiros e companheiras de estar fragmentando a luta principal – contra a ditadura e pelas transformações sociais gerais – em nome de questões “pequeno burguesas” que, alegavam, se resolveriam com a revolução social.

¹⁴⁸ Posições como essas ficam claras, por exemplo, no editorial do primeiro número do Nós Mulheres e do número 11-12 do Isis.

exclusivamente com a esfera privada, eram mais correntes e marcantes, e algumas amostras podem ser observadas nas imagens 15, 16 e 17.

Imagem 15

HUMOR ▲▲▲▲



Ilustração de M. Kahil

M. Kahil

149

¹⁴⁹ Ser Mujer. Buenos Aires, Año 3, n° 4, junho de 1985. Pg. 06-07 e Mulherio. São Paulo, Ano 2, n° 9, setembro/outubro de 1982. Pg. 23.

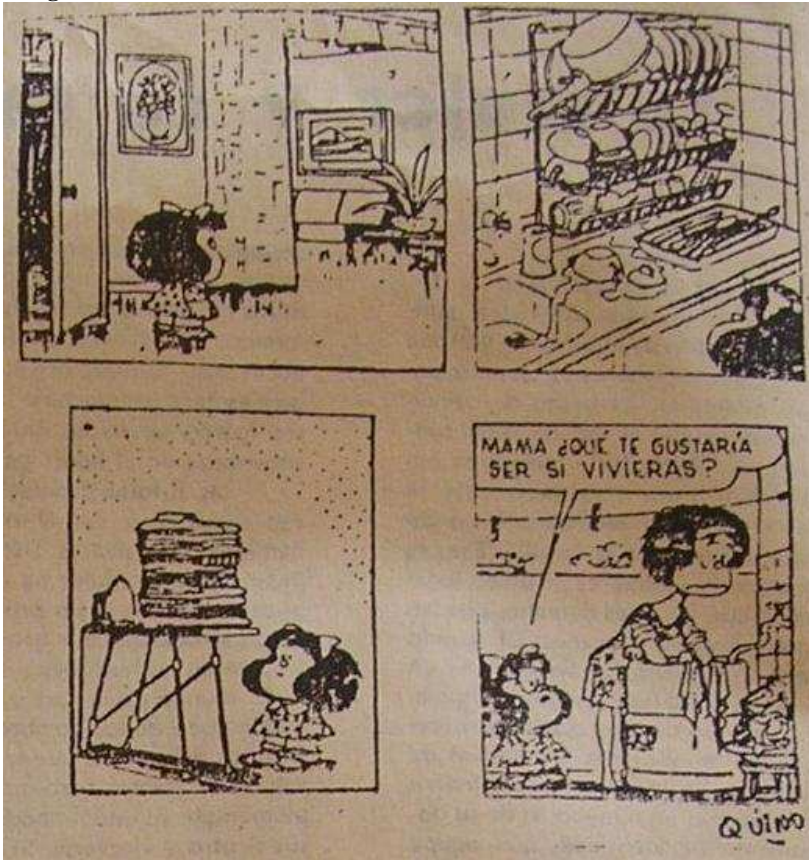
Imagem 16



150

¹⁵⁰ *Ser Mujer*. Buenos Aires, Año 3, nº 4, junho de 1985. Pg. 11-12. "Aproveito o dia das mães para saudar todas as mamães! ...E para lembrar a algumas sacrificadas que esfregar, passar, cozinhar e tudo isso... Não significa esfregar a vida, passar as inquietudes, fritar a

Imagem 17



151

A despeito de muitas críticas às condições insalubres de trabalho que as mulheres enfrentavam no período, em visível desvantagem com relação aos homens no mercado de trabalho, a reivindicação de saída do lar era central, como pode ser observado nas imagens citadas e em inúmeras outras fontes. Ficar em casa cuidando dos afazeres domésticos era encarado como alienação, isolamento e controle sobre as

personalidade e tudo isso, sabem?” “ –Mamãe... –Mmh? –A capacidade para triunfar ou fracassar na vida... É hereditária?” Minha tradução.

¹⁵¹ Persona. Buenos Aires, Ano 12, nº 16, setembro/outubro de 1986. Pg. 10. “Mamãe, o que você gostaria de ser se vivesse?” Minha tradução.

mulheres¹⁵². Isso também pode nos fazer refletir a respeito da condição financeira, ou classe se assim preferir, das militantes que produziam esses materiais. As mulheres empobrecidas, como citado pelas próprias fontes, trabalhavam “desde sempre” fora de casa, eram chefes de família, e se em muitos momentos se mantinham em casa para cuidar das crianças, executavam no lar uma série de trabalhos informais que se revertiam em alguma renda, por ser imprescindível para sua sobrevivência. Para essas mulheres, não havia libertação no trabalho produtivo.

O problema da clausura feminina, da dona de casa isolada da esfera produtiva e política, conforme apresentado por Betty Friedan em sua obra de referência *A mística feminina*¹⁵³, era um problema da classe média. E muitas das reivindicações apresentadas nos periódicos, por mais que fossem escritos voltados a trabalhos de base com mulheres das classes desfavorecidas, acabavam trazendo as questões de classe dos grupos que os produziam. É evidente que esse fator não invalida ou diminui a importância das reivindicações apresentadas. Entretanto, vale citar essas características para termos em mente de quais feminismos falamos ao lidar com estas fontes. Neles, o trabalho remunerado fora de casa é visto como uma etapa necessária no processo de emancipação da mulher, quer dizer, a politização das mulheres, em termos feministas, estaria obrigatoriamente perpassada pela saída do lar.

1.4. Condições de trabalho - Uma profissão invisível: dona de casa

Há o trabalho fora e o trabalho dentro de casa; há o companheiro, que durante a semana é visto quase sempre rapidamente; há os filhos, com quem a mãe acaba convivendo muito pouco.

¹⁵² Uma amostra dessa questão pode ser observada em uma carta de leitora no número 8 do *Mulherio*. Nela, a leitora mostra indignação perante um artigo do número 6 do mesmo jornal, no qual a autora afirma observar conscientização entre operárias, ao mesmo tempo em que transcreve depoimentos das operárias falando que querem sair do emprego ao casarem, para trabalhar em algo mais livre como vender Avon, e seus maridos que fiquem na fábrica, uma vez que são homens. O interessante da carta é que, além de denunciar a divisão sexual do trabalho presente nos discursos das operárias, um dos pontos mais fortes de crítica está em se abrir mão do direito do trabalho fora de casa. A partir disso podemos refletir como, para a autora da carta, o caminho para a libertação parece ser o das mulheres trabalharem fora, e não, por exemplo, de se valorizar o trabalho doméstico como trabalho e, ao mesmo tempo, o “direito” de trabalhar fora (que para as operárias mais parecia falta de opção) vira uma obrigatoriedade. *Mulherio*, São Paulo, Ano 2, nº 8, julho/agosto de 1982. Pg 02.

¹⁵³ FRIEDAN, Betty. *A Mística...* Op. Cit., 1971.

Uma jornada diária que rodeia 16 horas e um fim-de-semana (sic) para “tirar o atraso do serviço da casa”. “O que se consegue fazer de gostoso é por boa vontade, por amor”, dizem elas.¹⁵⁴

Maria Angeles Duran observa, em 1983, uma série de questões referentes ao dia a dia das donas de casa. Ela comenta como a dona de casa precisa manter um planejamento constante de suas atividades, pois além da longuíssima jornada ativa, a rotina doméstica também exige trabalhos administrativos e mentais¹⁵⁵. A autora descreve como a dona de casa faz a última transformação dos bens para consumo, transformando principalmente alimentos, mas também roupas e, como é responsável por toda a manutenção da casa, patrimônio, máquinas etc. também estão sob sua responsabilidade. Continua descrevendo o trabalho e suas condições, ao apontar que, se a dona de casa não sofre a alienação de não ver para que serve seu trabalho, como no caso do operário, ela sofre em perceber como ele é efêmero e repetitivo. Além disso, a reprodução longa e demorada da força de trabalho e o cuidado com incapazes e aposentados também recaem sobre ela¹⁵⁶, como descrito anteriormente.

A autora ainda observa, especificamente sobre o dia a dia da dona de casa, seu ritmo de trabalho, as atividades intelectuais que o trabalho exige e as recompensas por esse trabalho. O ritmo de trabalho, segundo a pesquisadora, pode variar entre vigilância passiva e acumulação de tarefas urgentes e simultâneas. O tempo da dona de casa seria regulado pelo tempo de sua família, pelos compromissos que os outros membros da família (trabalho, escola) têm fora de casa, além de permanente disponibilidade (mesmo que não esteja executando nenhuma tarefa), que inclui até as horas de sono¹⁵⁷. Coloca o cansaço psicológico de uma dona de casa em equivalência ao dos cargos mais complexos na economia exterior.¹⁵⁸

Além disso, Maria Angeles Duran entende o trabalho doméstico como um trabalho não apenas físico e intelectual, mas também afetivo e

¹⁵⁴ DIAS, Maria Lucia. Ser mãe: uma mão-de-obra de amor. *O São Paulo*. São Paulo, nº 70, 07 a 13 de maio de 1982. Pg. 05.

¹⁵⁵ DURAN, M. *Domesticidade...* Op. Cit., 1983. Pg. 18-20.

¹⁵⁶ *Ibidem*. Pg. 20-24.

¹⁵⁷ Comentários nesse sentido são encontrados também em CHABAUD, Danielle; FOUGEYROLLAS-SCHWEBEL, Dominique. Sobre a autonomia relativa da produção e da reprodução. In: KARTCHEVSKY-BULPORT, A. *O sexo do...* Op. Cit., 1986. Pg. 117.

¹⁵⁸ DURAN, M. *Domesticidade...* Op. Cit., 1983. Pg. 57-58.

emocional, que muitas vezes exige criatividade nas tomadas de decisão. Entretanto, a execução de atividade intelectual abstrata ficaria vetada às donas de casa, porque a elas não seriam possíveis as condições necessárias para desenvolvê-la. Esse ponto seria importante ao se observar o afastamento das donas de casa de carreiras e da política¹⁵⁹, ou do que entenderíamos hoje como uma ocupação efetiva da esfera pública.

E a idéia de satisfação e recompensas oferecidas pelo trabalho? Para a autora, diferente de outros trabalhos, as recompensas do trabalho doméstico seriam mais pessoais, não refletidas em remuneração financeira ou poder. Essa questão do poder pode ser questionada, se encararmos o espaço doméstico como um espaço onde também há conflitos e poderes, e não pensarmos no poder apenas como algo público e centralizado. De qualquer forma, a autora coloca que a relação da dona de casa com a economia exterior, mediada pelo “cabeça da família”, traz muitos problemas, tanto para a execução do trabalho doméstico quanto para a idéia de se ter alguma recompensa em troca dele. Mesmo havendo leis e convenções sociais admitindo que o patrimônio familiar é também da esposa, os conflitos nos lares em volta dessas questões são constantes¹⁶⁰.

Sobre a relação entre tecnologia e trabalho doméstico, Maria Angeles Duran observa que, como ocorrido em outros tipos de trabalho, as condições de esforço físico melhoram com a tecnologia, mas a jornada continua muito longa, aumentando assim a tensão psicológica¹⁶¹. Cristina Torres, ao analisar o uso de eletrodomésticos no lar, constata que ele economiza tempo de serviço, e tem conseqüências sobre a qualidade e quantidade de trabalho da dona de casa. A autora oferece, portanto, uma visão mais positiva que a de Maria Angeles Duran a esse respeito. No Uruguai, de meados para final dos anos 1980, cerca de 50% das mulheres possuíam fogão, apenas 11% possuíam máquina de lavar e cerca de 19% possuíam panela de pressão, constata Cristina Torres. É o caso específico uruguaio, mas nos faz refletir sobre a grande quantidade de mulheres que tinham suas horas de trabalho ampliadas pela ausência de ajuda da “tecnologia do lar”. A autora também constata que em lares mais abastados era comum não se ter

¹⁵⁹ *Ibidem*. Pg. 58-59.

¹⁶⁰ *Ibidem*. Pg. 61-62.

¹⁶¹ *Ibidem*. Pg. 25.

muitos eletrodomésticos, uma vez que o serviço doméstico seria mais barato que a compra e manutenção dos aparelhos¹⁶².

Conforme descrito, e como podemos perceber também em inúmeras outras fontes, depoimentos e discussões, o trabalho doméstico é um exercício complexo que concilia uma ampla gama de atividades diferentes, como talvez tente simbolizar a imagem 18, retirada do quinto número do boletim internacional Isis, de 1981 e reproduzida na próxima página. Entretanto, ao se analisar os periódicos, dois problemas principais surgem a respeito das condições de trabalho das donas de casa, os quais acabam trazendo consigo inúmeras questões intrínsecas: a jornada e a invisibilidade de seu trabalho. Podemos encontrar a discussão desses dois pontos no editorial do boletim Isis, número 11-12 de 1982

Historicamente, apesar da divisão sexual do trabalho, uma maioria de mulheres estivemos presentes no trabalho de produção de bens e serviços, mas aí também não somos vistas, também somos “invisíveis”. Como é e tem sido “idealmente” um campo masculino, nós chegamos nele como intrusas, não porque precisamos nem por livre opção, mas por isso: os salários mais baixos, os trabalhos mais desqualificados, aqueles que são uma prolongação das tarefas do lar. Compartilhar o trabalho “fora de casa” não significou que o trabalho doméstico seja compartilhado, e às oito horas atuais de trabalho remunerado se somam as da madrugada e da noite do trabalho doméstico. Uma dupla jornada esgotadora.¹⁶³

À primeira vista esse trecho citado pode parecer se referir ao trabalho remunerado das mulheres, o executado na esfera pública. Mas ele apresenta questões essenciais a respeito do trabalho doméstico, que são as citadas invisibilidade e dupla jornada, além de tocar num ponto importante de todas essas problematizações: o trabalho doméstico continua a ser função exclusivamente feminina apesar das mulheres se inserirem no mercado de trabalho. O problema que surge então é o da divisão de tarefas no lar, uma vez que as mulheres ocupam seu tempo

¹⁶² TORRES, C. El trabajo doméstico... Op. Cit., 1988. Pg. 18.

¹⁶³ Editorial. ISIS – Boletim Internacional. Itália/Suíça, nº 11-12, outubro/dezembro de 1982. Pg. 04. Minha tradução.

com o trabalho tradicionalmente masculino, e mantêm todas as suas obrigações domésticas, também tradicionais, resultando em sobrecarga de trabalho para elas e conflitos familiares. Observamos em bibliografia recente como, em nossos dias, esse problema ainda persiste: “Na medida em que a crescente incursão das mulheres no trabalho remunerado não esteve acompanhada de uma participação equivalente dos homens na reprodução doméstica, multiplicou-se a carga de trabalho que pesa sobre elas.”¹⁶⁴

Imagem 18



165

¹⁶⁴ ARIZA, M.; OLIVEIRA, O. de. (coord). Imágenes de la familia en el cambio de siglo. Universo familiar y procesos contemporáneos. México: Universidad Nacional Autónoma de México – Unam/ Instituto de Investigaciones Sociales, 2004. Apud ARRIAGADA, Irma. Estructuras familiares, trabalho e bem-estar na América Latina. In: ARAÚJO, C. Novas conciliações... Op. Cit., 2007. Pg. 243.

¹⁶⁵ ISIS – Boletín Internacional. Itália/Suíça, nº 5, 1981. Pg. 23.

A imagem 19, reproduzida abaixo, foi publicada logo em seguida ao editorial do primeiro número do Nós Mulheres, em 1976, e explicita bem a situação da divisão (ou ausência de divisão) das tarefas no lar. Ela também legitima as reivindicações feministas a esse respeito, deixando clara a relação injusta entre o homem e a mulher dentro de casa onde, mesmo que ambos cheguem do trabalho no mesmo horário, as obrigações domésticas recaem unicamente sobre a mulher. Essas obrigações domésticas incluem, neste caso, além dos cuidados com a casa em geral, servir o homem que chegou “exausto” do trabalho.

É interessante observar como a charge faz entender que ambos cumprem a mesma jornada de trabalho no emprego, buscando ressaltar a relação desigual entre eles, assim como a dupla jornada de trabalho desempenhada pela mulher. Também na imagem 20, retirada do quinto número do Nós Mulheres de 1977, podemos observar o humor criticando a questão da divisão de tarefas no lar e da dupla jornada de trabalho feminina. Para as mulheres que cumprem essa dupla jornada, o tempo para se dedicar ao trabalho doméstico é menor, e elas precisam se organizar de forma a realizar o mesmo trabalho em, muitas vezes, um terço, um quarto do tempo que as donas de casa (que são apenas donas de casa) dispõem. Quer dizer, como Danda Prado¹⁶⁶ já colocara, ao escrever sobre o papel social de esposa, a mulher que queria ter um emprego precisava racionalizar seu tempo para conseguir cumprir a dupla jornada de trabalho, dentro e fora de casa. Isso representava um desgaste muito grande a essas mulheres, e como já observado nas fontes, a ajuda de outros membros da família, principalmente homens, era irrisória, quando não inexistente. A esse respeito, podemos observar depoimento de dona de casa uruguaia utilizado por Cristina Torres: “... Meu marido em casa não me ajuda em nada em nada...” Se queixa Elisa. “Ele não faz nem o próprio mate, se estou em casa, não faz um mate. (...) Ele chega do trabalho e se senta, então eu tenho que vir e colocar tudo na mesa.”¹⁶⁷

¹⁶⁶ PRADO, D. *Ser esposa...* Op. Cit., 1979. Pg. 145.

¹⁶⁷ TORRES, C. *El trabajo doméstico...* Op. Cit., 1988. Pg. 19. Minha tradução.

Imagem 19



168

Imagem 20



169

¹⁶⁸ Nós Mulheres, São Paulo, nº 1, junho de 1976. Pg. 02.

“ – Oi querida, foi tudo bem lá no serviço?

– Oi... Foi um dia duro...

– Bom chegar em casa... tou exausto!

– Eu também!

– Ahhh... Me faz aí uma limonada! E o jantar, vai demorar?

– Já vai já!

– Que qui tem de sobremesa? Traz o café! Tá fazendo a minha marmiteira de manhã? Capricha nela, a de hoje tava uma droga! Puxa vida, criatura, ainda não acabou de lavar a louça?! O mundo ta perdido! Olhai essas notícias... As mulheres tão com tudo, são umas folgadas e ainda vêm com esse tal de movimento feminista... Qual é? Afinal, o que mais que vocês querem da vida?”

Também a imagem 21, reproduzida abaixo e retirada do quinto número do Isis, de 1981, reflete a insatisfação feminina com a divisão das tarefas no lar, que se mostra como um reflexo ou parte integrante da divisão sexual do trabalho e da dupla moral sexual, alvos de crítica dos feminismos de Segunda Onda. Outra crítica central desses feminismos é à questão da dupla jornada, sobre a qual podemos encontrar muitas imagens, que a expõe como sendo uma injustiça fundamental resultante da desigualdade entre os sexos, ou da opressão do patriarcado sobre as mulheres.

Imagem 21



170

¹⁶⁹ Nós Mulheres. São Paulo, n° 5, junho/julho de 1977. Pg. 15.

“— Que coisa, Bia... Você chega do trabalho e ainda tem que dar duro, cuidando da casa... Acho um absurdo, tá sabendo? Olha, eu não agüento ver você assim, com tanto trabalho! Não agüento! Então eu vou dar uma voltinha até o boteco, pra me distrair! TCHAU!”

¹⁷⁰ ISIS – Boletim Internacional. Itália/Suíça, n° 5, 1981. Pg. 28

A imagem 22, abaixo, do número 7 do Mulherio, de 1982, é retirada de um artigo que fala sobre a inserção das mulheres no mercado de trabalho. Podemos então observar como, nas fontes, a questão do trabalho das mulheres surge articulando trabalho remunerado com trabalho doméstico gratuito, e como a dupla jornada de trabalho feminina traz conseqüências não apenas para o trabalho no lar, mas também para a inserção das mulheres no mercado de trabalho.

Imagem 22



171

A imagem 23, do número 10 do Mulherio, também de 1982, e reproduzida abaixo, vem nesse mesmo sentido, centrada no trabalho remunerado das mulheres, mas explicitando o trabalho doméstico como trabalho através da piada de bater o ponto em casa.

Imagem 23



172

Pensando ainda em termos de articulação entre trabalho remunerado e trabalho doméstico gratuito, Dominique Fougeyrollas-Schwebel comenta, baseada em pesquisa francesa dos anos 1985-1986, que a vida em casal influi de forma marcante na disponibilidade para o trabalho remunerado e nos afazeres domésticos. A pesquisa indica que homens casados executam menos trabalho doméstico que os solteiros, e que homens casados também disponibilizam mais tempo ao emprego. Apesar dos homens contribuírem um pouco mais no trabalho em casa nos dias de folga, é para as mulheres que o final de semana significa,

¹⁷² Mulherio, São Paulo, Ano 2, nº 10, novembro/dezembro de 1982. Pg. 22.

substancialmente, mais serviço em casa, e elas não passam efetivamente nenhum dia de folga sem fazer ao menos um pouco de trabalho doméstico¹⁷³. Apesar de ser o caso específico francês, as fontes nos levam a inferir que nos países estudados essas situações também deviam se repetir, principalmente no que se refere aos finais de semana como tempo dedicado ao trabalho doméstico. Dominique Fougeyrollas-Schwebel conclui, sobre a negação do trabalho profissional e da dupla jornada feminina, que “As coisas são feitas como se trabalho assalariado e trabalho doméstico não se referissem às mesmas pessoas.”¹⁷⁴

A esse respeito, Cristina Torres constata em 1988 o que já foi repetido aqui muitas vezes, que “Por um lado as mulheres contribuem aos ingressos monetários do núcleo familiar. Por outro, mantêm por razões econômicas, ideológicas, e culturais, sua responsabilidade no trabalho doméstico (...)”¹⁷⁵. Faz essa constatação baseada em pesquisa que mostrou que 56% das mulheres uruguaias, no final dos anos 1980, cumpriam dupla jornada¹⁷⁶, associando esse acúmulo de tarefas com as concepções tradicionais de mãe e esposa¹⁷⁷. Também traz uma contribuição interessante, baseada nas críticas marxistas ao trabalho feminino como barateador dos salários, deduzindo que, se o trabalho feminino barateia salários masculinos por não ser necessário comprar os serviços prestados gratuitamente pela dona de casa, ele também barateia os salários femininos, o que não seria totalmente negativo pois ofereceria às mulheres a possibilidade de concorrência com os homens no mercado de trabalho¹⁷⁸. Quer dizer, ela encara o barateamento dos salários femininos como uma vantagem às mulheres no mercado de trabalho, e não (ou não somente) como símbolo da subordinação das mulheres.

No número 37 do Mulherio, de 1988, há a divulgação de estudos suecos sobre a condição das mulheres, que afirmam a continuidade da dupla jornada e a desvalorização das funções tradicionalmente femininas como um problema enfrentado pelos movimentos feministas locais¹⁷⁹. Entretanto, não é apenas a dupla jornada que é acusada como fator de

¹⁷³ FOUGEYROLLAS-SCHWEBEL, Dominique. As relações sociais de sexo: novas pesquisas ou renovação da pesquisa? Revista Estudos Feministas. Ano 2, 2º sem., 1994. Número especial. Pg. 336-346.

¹⁷⁴ Idem.

¹⁷⁵ TORRES, C. El trabajo doméstico... Op. Cit., 1988. Pg. 22.

¹⁷⁶ Ibidem. Pg. 07.

¹⁷⁷ Ibidem. Pg. 11.

¹⁷⁸ Ibidem. Pg. 14.

¹⁷⁹ Mulherio. São Paulo, Ano 8, nº 37, fevereiro de 1988. Pg. 14.

sobretalho das mulheres. Mesmo mulheres que se dedicam apenas aos afazeres domésticos, segundo as fontes, são vítimas de longuíssimas jornadas de trabalho.

Discorrendo sobre as condições de trabalho da dona de casa, Maria Angeles Duran chama a atenção, primeiramente, à questão da jornada. Comenta que as jornadas variam, principalmente em função das solicitações dos demais membros da família e da qualidade e atenção oferecidas ao trabalho. Ambos aspectos seriam mediados pela definição social do que seria normal. Em seguida, oferece três possibilidades para as donas de casa lidarem com a acumulação de tarefas: ajuda humana e material; diminuição da quantidade e qualidade dos serviços prestados; e por último, usar o tempo de descanso ou tentar intensificar o ritmo de trabalho. Observa ainda como a redução na renda ou desemprego do esposo se traduz em mais trabalho no lar, além da busca da mulher por emprego fora, que via de regra, traz renda menor que a do esposo e dupla jornada de trabalho. No caso de desemprego, constata que a presença do esposo em casa não muda a distribuição de tarefas no lar, apenas onerando o trabalho da dona de casa.¹⁸⁰

Na defesa da idéia das mulheres como uma classe específica, discussão presente em teóricas da Segunda Onda Feminista, se argumenta que as mulheres fazem parte de uma classe muito mais oprimida do que a classe trabalhadora, por não possuírem sindicato ou qualquer organização trabalhista, e principalmente por não receberem um salário, por sua carga horária de trabalho ilimitada, e pela ausência de dias de descanso¹⁸¹. O Persona, em seu primeiro número, de 1974, traz uma matéria de 3 páginas: “*La Profesión: Ama de Casa*”¹⁸². Nela, começa-se discutindo o “emprego” de dona de casa, que possui carga horária muito maior que qualquer outro emprego, que apesar de ter cinco milhões de trabalhadoras na Argentina (e só há mulheres nesse emprego) não há nenhum sindicato ou organização trabalhista, e que além disso é um trabalho que não ajuda a desenvolver o intelecto. Há aí uma certa desvalorização do trabalho doméstico que não se encontra em outras fontes, que tentam mostrar que é um trabalho que não é “nato”, que é especializado e necessita de aprendizado, com o intuito de valorizá-lo. Os discursos encontrados no Nós Mulheres, por exemplo, vão muito mais nesse sentido, de dar visibilidade ao trabalho doméstico não simplesmente porque é um trabalho ruim e são as mulheres que o

¹⁸⁰ DURAN, M. Domesticidade... Op. Cit., 1983. Pg. 53-57.

¹⁸¹ Persona. Buenos Aires, ano 2, n° 5, 1975. Pg. 28-31.

¹⁸² Persona. Buenos Aires, ano 1, n° 1, outubro de 1974. Pg. 25-27.

fazem, mas porque é um trabalho importante e necessário para a sociedade, e que precisa ganhar mais atenção e ser reconhecido como trabalho.

Os periódicos feministas nos trazem discussões a respeito do trabalho doméstico como um trabalho “infinito”, que nunca acaba. No décimo primeiro número do Brasil Mulher, por exemplo, temos uma charge da Bia Sabiá¹⁸³ tratando do assunto, que pode ser observada na imagem 25. Charge muito semelhante, inclusive assinada pela mesma cartunista, Ciça, é encontrada no número 0, primeiro exemplar do Mulherio, reproduzida aqui na imagem 24.

Já o terceiro número do Persona, de 1974, possui uma matéria que ocupa três páginas, intitulada “...Vacaciones?”¹⁸⁴, a qual apresenta em sua primeira página a foto de uma mãe cuidando de um filho pequeno na praia. O texto faz uma diferenciação entre “sair de férias” e “ficar de férias”, e conta a história fictícia de quatro mulheres com condições financeiras familiares muito diferentes. As férias delas são muito distintas, mas nenhuma delas pôde de fato descansar, sempre tendo que cumprir com obrigações familiares, fossem estas cuidar dos filhos e da comida, ou então estar sempre bem arrumada e disposta para receber as visitas da família. A matéria anteriormente citada “A rainha do lar não tem cetro nem coroa...”, do Nós Mulheres, traz como primeiro tópico o título “Um trabalho que nunca acaba”, o qual discute as condições de trabalho da dona de casa e seu “serviço interminável”¹⁸⁵.

Imagem 24

Ciça



186

¹⁸³ Essas charges, sempre relacionadas com o trabalho doméstico, são comuns no Nós Mulheres, o qual publicou quatro delas em diferentes números.

¹⁸⁴ Persona. Buenos Aires, ano 1, n° 3, dezembro de 1974. Pg. 24-26.

¹⁸⁵ Nós Mulheres. São Paulo, n° 2, setembro/outubro de 1976. Pg. 08.

¹⁸⁶ Mulherio. São Paulo, Ano 1, n° 0, março/abril de 1981. Pg. 04.

Imagem 25



Cristina Torres observa em 1988 que aquilo que não é rotineiro e pesado não é considerado trabalho¹⁸⁸. Assim, atividades como tricotar, reparos de costura, fazer um bolo no final de semana, ajudar as crianças com as tarefas da escola, levar os filhos à praia, entre outras, são vistas como pertencentes à esfera de lazer das mulheres e dessa maneira invisibilizam sua extensa jornada de trabalho. Cristina Bruschini, no final dos anos 1990, observa que “(...) o trabalho doméstico ‘recorta por sobre a vida’, invadindo todos os outros espaços temporais, sobretudo o do lazer e do descanso” e que “(...) as tarefas domésticas, também nas camadas médias, se caracterizam pela simultaneidade, multiplicidade e

¹⁸⁷ Brasil Mulher. São Paulo, Ano 3, nº 11, 1978. Pg. 11.

– Ah, que jóia! Adoro domingos... Hoje vou pescar na represa...

– Eu não... Estou cansada. A fábrica essa semana estava uma dureza. Vou aproveitar pra ler um pouco... Ver televisão... Não fazer nada...

– Depois que você arrumar a casa?

– Não... Hoje é domingo... Cada um pode arrumar sua própria bagunça.

– E o almoço, quem faz? E o lanche?

– Cada um prepara o seu, uai...

– Arrumar minha bagunça, preparar meu lanche? Quer dizer que vou ter que trabalhar num domingo?”

¹⁸⁸ TORRES, C. El trabajo doméstico... Op. Cit., 1988. Pg. 20.

fragmentação e por consumir grande parte do tempo feminino.”¹⁸⁹ Por fim ela constata que tanto em países desenvolvidos como em desenvolvimento, as atividades remuneradas ocupam 34% do tempo das mulheres, enquanto o trabalho não pago, 66%¹⁹⁰! Entretanto, todo esse tempo dedicado ao trabalho é de inúmeras maneiras invisibilizado. E o intuito dos feminismos estudados era exatamente o contrário.

Mirta Henault comenta a contribuição dos feminismos dos anos 1960 para dar visibilidade ao trabalho doméstico, entendendo que esse foi um legado deixado para os feminismos dos anos seguintes

O trabalho doméstico foi chamado com frequência de “trabalho invisível” (conceito de Isabel Larguía), o que só se vê quando não se faz. Nos anos sessenta, as feministas impulsionaram ações para que as donas de casa fossem reconhecidas como trabalhadoras produtivas. (...) O feminismo dos anos sessenta desenhou os contornos de um espaço até então inomeado. Demonstrou que no espaço privado as mulheres trabalham e seu trabalho é produtivo apesar de sem salário. *O trabalho invisível das mulheres em casa é valorizado socialmente.*¹⁹¹

No vigésimo primeiro número do Mulherio, de 1985, podemos ver presente essa preocupação em dar visibilidade e valorizar o trabalho da dona de casa: “‘Você trabalha?’ Enquanto escolhe o feijão, vigiando o leite das mamadeiras e de olho no tempo para recolher a roupa estendida no varal, a conscienciosa dona de casa responde que não, não trabalha. Inadvertidamente, pode acrescentar: ‘Não dá tempo...’”¹⁹² Maria Otília Bochini, em resumo do capítulo sobre mulher e trabalho feito por Cristina Bruschini e Felícia Madeira para o livro “Mulher, sociedade e Estado no Brasil”, intitulado “O trabalho dignifica o homem. E a mulher, quem dignifica?”, cita

¹⁸⁹ BRUSCHINI, Cristina. Fazendo as perguntas certas: Como tornar visível a contribuição econômica das mulheres para a sociedade? In: ABRAMO, Laís; ABREU, Alice R. De Paiva (orgs.). *Gênero e trabalho na sociologia latino-americana*. São Paulo, Rio de Janeiro: ALAST, 1998. Pg. 292.

¹⁹⁰ *Ibidem*. Pg. 293.

¹⁹¹ HENAULT, M. *De la rueca...* Op. Cit., 2001. Pg. 44. Minha tradução. Grifos da autora.

¹⁹² Mulherio. São Paulo, Ano 5, nº 21, abril/maio/junho de 1985. Pg. 20.

Maria não trabalha. Ela só cuida da casa e das crianças. Ou seja, varre, encera, arruma as camas, vai à feira, faz todas as compras, prepara a comida, serve a comida, lava a louça do café da manhã, do almoço e do jantar, lava e passa a roupa, alimenta, lava, cuida e educa as crianças. Depois de tanto trabalho, Maria está cansada. Mas, como ela se ocupa do trabalho doméstico, todo mundo diz que ela não trabalha.¹⁹³

Ou seja, ao não se admitir todas essas tarefas que devem ser obrigatoriamente desempenhadas pelas donas de casa como trabalho, em sociedades que valorizam muito o trabalho, abre-se espaço para a desvalorização dessas mulheres e para idéias como a que acredita que a dona de casa não faz nada. Cristina Torres em 1988 apresenta um exemplo dessa idéia no depoimento de Laura:

...sem trabalhar durante uma semana, em alguns dias, limpa tudo e depois tem todo o resto da tarde, eu não entendo essas mulheres... é sacrificado trabalhar, mas não entendo essas mulheres que ficam sentadas tomando mate doce em casa e se queixam que não chegamos nelas...¹⁹⁴

Encontramos inúmeros artigos e reportagens, nas fontes consultadas, comentando a invisibilidade do trabalho doméstico feminino, esta se mostrando como uma questão correntemente citada quando o assunto era a crítica ao trabalho doméstico. Há também notícias sobre essa questão que não são referentes aos países do Cone Sul, mas que circularam em boletins feministas internacionais pela América Latina (incluindo, logicamente, o Cone Sul), como o *Isis* e o *Mujer Ilet*. Entre elas temos, ambas de 1982, “*El invisible trabajo hogareño*”¹⁹⁵, de Helena Salcedo, da Venezuela, e “*La incomprendida profesión de la mujer ‘ama de casa’*”¹⁹⁶, de Maria Guerra Tejada, do México, e que traz a interessante chamada “Do que está cansada se passou o dia todo em casa?”.

¹⁹³ *ISIS* – Boletim Internacional. Itália/Suíça, nº 11-12, outubro/dezembro de 1982. Pg. 10 e *Mulherio*. São Paulo, Ano 2, nº 7, maio/junho de 1982. Pg. 04.

¹⁹⁴ TORRES, C. *El trabajo doméstico...* Op. Cit., 1988. Pg. 20. Minha tradução.

¹⁹⁵ *Especial – Mujer Ilet*. Santiago do Chile, nº 5, 1982. Pg. 16.

¹⁹⁶ *Ibidem*. Pg. 17.

Cristina Torres aponta três pontos centrais que justificam e mantêm a invisibilidade do trabalho doméstico feminino: o modo como se dá o processo de capacitação desse trabalho, a falta de fronteiras entre o trabalho e o uso do tempo livre e de afetividade (ambos comentados anteriormente), e por último, a internalização da moral dominante.¹⁹⁷ O trabalho doméstico nas relações das famílias, segundo comenta Dominique Fougeyrollas-Schwebel em 1994, se apresenta através de uma hierarquia baseada na assimetria: “(...) se os homens estão, em sua maioria, dispensados do exercício do trabalho doméstico, as mulheres em compensação participam do trabalho profissional; o exercício de uma atividade profissional, para as mulheres, [por questões ideológicas,] não põe em causa de modo fundamental sua disponibilidade permanente a serviço da família.”¹⁹⁸

Danda Prado¹⁹⁹, escrevendo na década de 1970, pode ser citada como referência no esforço em dar visibilidade e reconhecimento ao trabalho doméstico. Ela explica que existe de fato uma aprendizagem dos afazeres domésticos, e que a realização das tarefas domésticas exige conhecimentos específicos. Quer dizer, ela busca a valorização do trabalho doméstico explicitando a complexidade do mesmo. Fala que o esforço que as mulheres despendem nesse trabalho é socialmente minimizado, ao ponto de tornar-se quase invisível. Mostra-se indignada perante tamanha desvalorização de um trabalho tão importante para toda a sociedade e, tentando explicitar como ele é realmente um trabalho oneroso, cita as conseqüências físicas sofridas por inúmeras mulheres devido ao trabalho em casa, assim como suicídios de esposas desgastadas pela estafa.

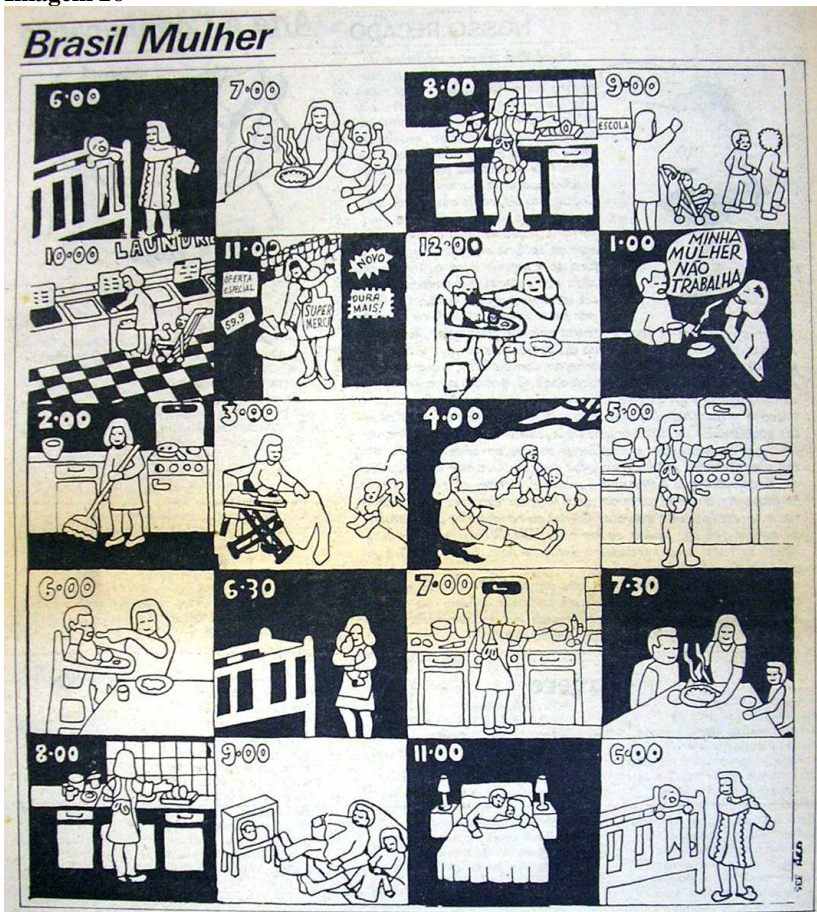
Na imagem 26, abaixo, podemos observar outra charge, essa retirada do oitavo número do Brasil Mulher, de 1977, que também surge com essa intenção, de trazer à tona o esforço diário de uma dona de casa, de uma mulher que, segundo seu esposo, “não trabalha”. Nessas charges podemos perceber como o trabalho doméstico é um alvo fácil para o humor. Por ser tão presente, consegue ser reproduzido em piadas que são automaticamente compreendidas, como se fosse um fator que unificasse as mulheres, por ser ao mesmo tempo tão comum a elas, e tão invisível, tão desconsiderado.

¹⁹⁷ TORRES, C. *El trabajo doméstico...* Op. Cit., 1988. Pg. 19.

¹⁹⁸ FOUGEYROLLAS-SCHWEBEL, D. *As relações sociais...* Op. Cit., 1994. Pg. 340.

¹⁹⁹ PRADO, D. *Ser esposa...* Op. Cit., 1979. Pg.115-120. Esse livro é inclusive comentado no Brasil Mulher, no nº 16 de 1979, na última página.

Imagem 26



200

No artigo “Tarefa caseira: sinônimo de inatividade?”, do Mulherio número 21, de 1985, afirma-se

(...) foi somente a partir de alguns estudos sobre a mulher, produzidos no contexto do movimento feminista europeu e norte-americano da primeira metade da década de 70,

²⁰⁰ Brasil Mulher. São Paulo, Ano 2, n° 8, 1977. Pg. 14.

que a questão do trabalho doméstico foi efetivamente colocada como problema teórico.

A maior parte desses trabalhos preocupava-se com a função desse trabalho para a produção social. Deles, e do debate que se seguiu, resultou o consenso sobre a importância do trabalho doméstico para a reprodução social, fato que até então, se não era negado, era ao menos omitido. Ficou também sua definição como trabalho, realizado gratuitamente no espaço privado das famílias, para os outros.²⁰¹

O artigo ainda fala da utilização da metodologia orçamento-tempo nas pesquisas estatísticas, discussão presente em nossos dias por ser essa uma metodologia considerada adequada para medir o trabalho doméstico, e que encontra resistência na estatística tradicional. Continua constatando que, se as trabalhadoras domésticas fossem consideradas ativas ao invés de inativas, no censo brasileiro de 1976, por exemplo, a porcentagem de mulheres ativas pularia de 28% para 75,5%! Isso apenas considerando o termo inatividade, porque novos recursos de pesquisa precisariam surgir para mensurar o trabalho doméstico das mulheres que também trabalham no mercado formal, uma vez que as estatísticas costumam separar as “trabalhadoras” das “donas de casa”. Esse ponto também é tocado por Maria Angeles Duran²⁰² e Cristina Torres, que defende que separar as mulheres entre ativas e não ativas acaba considerando apenas as não ativas como donas de casa, sendo que na maioria das vezes as ativas cumprem dupla jornada.²⁰³

A partir disso é importante citar as inúmeras críticas, presentes na produção impressa dos feminismos de Segunda Onda no Cone Sul, referente aos censos e estatísticas.

No mundo das estatísticas, trabalho doméstico não remunerado é confundido com inatividade – dessa forma, as cifras apresentadas pelos Censos Demográficos e Pesquisas Educacionais por Amostras de Domicílios (PNADs) indicam que, em 1980, apenas 26.9%

²⁰¹ Mulherio. São Paulo, Ano 5, nº 21, abril/maio/junho de 1985. Pg. 20.

²⁰² Maria Angeles Duran admite que mulheres que cumprem dupla jornada são também donas de casa, e nas estatísticas as contabiliza como tal. DURAN, M. Domesticidade... Op. Cit., 1983. Pg. 53-57.

²⁰³ TORRES, C. El trabajo doméstico... Op. Cit., 1988. Pg. 10.

das mulheres brasileiras de mais de 10 anos trabalhavam, eram economicamente ativas.

Quando alguns economistas americanos resolveram calcular em dinheiro o valor do trabalho doméstico realizado “de graça” pelas mulheres, o resultado foi surpreendente: o trabalho doméstico constituía, nos Estados Unidos, mais de 25% do Produto Nacional Bruto.²⁰⁴

Neuma Aguiar²⁰⁵, em meados dos anos 80, analisando o trabalho das mulheres na América Latina, comenta a invisibilidade do trabalho doméstico sendo reproduzida pelos censos. Ela enfatiza categoricamente os censos, pois através deles são feitas pesquisas e teorias, baseando-se em estatísticas que ignoram uma grande parcela do trabalho feminino. Essa preocupação perdura em nossos dias

Com efeito, para a maioria das pesquisas e estatísticas sobre o tema [trabalho], o trabalho familiar doméstico não é uma atividade economicamente relevante nem tem o *status* de “trabalho”. Não existem estatísticas oficiais periódicas para medir o trabalho familiar doméstico (esse trabalho oficialmente não existe), apesar das numerosas estatísticas oficiais periódicas que recolhem informação do trabalho de mercado (...). O que nos preocupa é o fato de esses dados estatísticos servirem de base para a elaboração e a implementação de programas sociais e políticas econômicas – políticas que, ao não considerarem o trabalho familiar doméstico na informação estatística, podem resultar muitas vezes inadequadas a seus objetivos, por não disporem de todas as informações sobre as atividades das pessoas.²⁰⁶

²⁰⁴ Mulherio. São Paulo, Ano 2, nº 7, maio/junho de 1982. Pg. 04

²⁰⁵ AGUIAR, Neuma. Um guia exploratório para a compreensão do trabalho feminino e Casa e modo de produção. In: AGUIAR, Neuma (org). Mulheres na força de trabalho na América Latina: análises qualitativas. Petrópolis: Vozes, 1984. Pg. 13-28; Pg. 247-273.

²⁰⁶ CARRASCO, Cristina. Por uma economia não androcêntrica: debates e propostas a partir da economia feminista. In: SILVEIRA, M. Trabalho doméstico... Op. Cit., 2008. Pg. 99.

Vários fatores são indicados por Neuma Aguiar para demonstrar de que maneira o trabalho feminino é considerado inatividade pelos censos. Por exemplo, na hora da entrevista, quando se chama o dono da casa para coletar as informações, ao invés do dono e da dona, geralmente o trabalho da mulher fica sub-representado. Ou, ao não se ter uma listagem, no questionário, de tipos de trabalho nos quais o trabalho doméstico ou emprego doméstico informal encontrem representações. Ou ainda, ao considerar produtivo apenas o trabalho que se transforma em uma remuneração monetária. Nesses casos, grande parte das mulheres são consideradas pelos censos como estando em condição inativa, mesmo que trabalhem o dia inteiro em diversas ocupações diferentes.

Cristina Bruschini aponta o livro A mulher na força de trabalho na América Latina, supracitado e organizado por Neuma Aguiar, como importante investida das teóricas feministas na tentativa de se reformular conceitos e analisar as metodologias predominantes de levantamento de dados, a fim de favorecer a visibilização da participação social das mulheres²⁰⁷. A autora vai comentando os problemas na elaboração das metodologias e na coleta dos dados, apontando que “(...) uma das maiores dificuldades ainda parece ser a persistência de preconceitos em relação aos papéis sociais das mulheres, que provoca vieses na coleta e no processamento dos dados”²⁰⁸. Entretanto, nesse texto especificamente, a autora apresenta maior preocupação com a sub-representação do trabalho a domicílio das mulheres, quer dizer, aquele que pode ser considerado produtivo, do que com a idéia do trabalho de reprodução ser computado pelos censos como inatividade.

Nas críticas às metodologias de coletas de dados dos censos, também é corrente a questão das mulheres no campo, que por trabalharem na horta ou em produções para consumo familiar, longe da produção entendida como produtiva (que é vendida no mercado), muitas vezes caem na inatividade estatística, por mais pesado que seja seu trabalho e por mais longas que sejam as jornadas²⁰⁹. De qualquer forma, é importante ressaltar que o ponto central das críticas aos censos está no caráter ideológico, reprodutor da tradicional dupla moral sexual,

²⁰⁷ BRUSCHINI, C. Fazendo as perguntas... Op. Cit., 1998. Pg. 279.

²⁰⁸ Ibidem. Pg. 285.

²⁰⁹ Essa discussão é encontrada repetidas vezes no Mulherio. Exemplos em Mulherio. São Paulo, Ano 6, nº 25, março/agosto de 1986, Pg. 10; e Mulherio. São Paulo, Ano 7, nº 32, setembro de 1987. Pg. 06.

presente na elaboração das metodologias, das questões em si, e nos próprios agentes que realizam as entrevistas.

1.5. Por que o trabalho doméstico não é considerado trabalho?

As donas de casa estão manifestando, em cartas ou em debates, palestras nos quais temos participado, uma grande angústia relativa à vida em caso de viuvez ou separação. Essa angústia é totalmente compreensível. A única trabalhadora que não tem a menor garantia quanto ao seu futuro é a dona de casa. Embora exerça funções as mais complexas e tenha sob sua responsabilidade tarefas consideradas de suma importância para o sistema, a dona de casa tem sido a mais relegada, a mais desprezada, a mais discriminada. É a única que não recebe salário, não tem férias, não tem 13º salário, fundo de garantia ou descanso semanal etc., etc.²¹⁰

A dona-de-casa (sic) maneja objetos cujo valor de uso transforma, depositando neles seu trabalho e aumentando seu valor. Seu trabalho de transformação material de bens é tão necessário que uma greve geral das donas-de-casa produziria um desabamento imediato de toda a economia. É um trabalho coletivamente necessário e não faz sentido catalogá-lo como produtivo ou improdutivo, sobretudo quando na linguagem comum se tende a equiparar o produtivo com o necessário ou com o útil. *Não existe nenhum trabalho tão necessário em nossa economia como o das donas-de-casa e nas condições atuais, a divisão das tarefas que elas fazem, entre os trabalhadores da economia exterior, requereria uma massa de trabalhadores três vezes maior do que o número atual de trabalhadoras nas economias domésticas.*²¹¹

²¹⁰ CARDOSO, Irede. Os problemas das donas de casa. Folha de São Paulo. São Paulo, 18 de abril de 1982. Pg. 60.

²¹¹ DURAN, M. Domesticidade... Op. Cit., 1983. Pg. 20-21. Grifos da autora.

Estudos e pesquisas realizados nos últimos anos no Brasil têm revelado que a mulher continua em grande medida a ser a trabalhadora mais marginalizada e mais mal remunerada, aquela que sofre toda sorte de discriminação no mercado de trabalho e que continua a não poder contar com o auxílio de equipamentos coletivos, de instituições sociais, sem que exista uma valorização social de sua contribuição para a produção doméstica e a reprodução da força de trabalho. Coube principalmente ao movimento feminista – o grande impulsionador de tais estudos e pesquisas – chamar a atenção para a significação econômica e política do trabalho doméstico para a sociedade e destacar a importância do papel desempenhado pela dona-de-casa. (sic)²¹²

Essas citações nos apresentam alguns dos exemplos, dentre tantos que as fontes consultadas oferecem, de discussões feministas a respeito da desvalorização e invisibilização do trabalho doméstico. Se os feminismos de Segunda Onda se caracterizaram por problematizar a divisão sexual do trabalho, dentro e fora dos lares, como uma questão fundamental da opressão feminina, e por destacar a necessidade de valorização social do trabalho doméstico gratuito desempenhado pelas mulheres, eles não o fizeram de forma unívoca. Na busca de reconhecimento social das tarefas das donas de casa como trabalho, alguns caminhos, às vezes dissonantes, foram tomados, tanto tentando explicar como surge essa divisão e desvalorização de tarefas, quanto no apontamento de possíveis soluções para o problema. Na imagem 27, abaixo, retirada do décimo número do Mulherio, de 1982, podemos ver uma charge que explicita a quantidade de trabalho desempenhado por uma dona de casa, ao mesmo tempo em que problematiza sua invisibilidade.

Também no boletim Nosotras de mulheres latino americanas em Paris, em seu número 25-26, de 1976, encontramos a questão. Neste, são divulgados temas denunciados no Tribunal Internacional dos Crimes Cometidos contra as Mulheres, que ocorreu em Bruxelas, de 04 a 08 de março de 1976. Entre as denúncias, vale destacar, há o item

²¹² TABAK, Fanny. A dona-de-casa no Brasil. In: DURAN, M. Domesticidade... Op. Cit., 1983. Pg. 67-68.

“discriminação no trabalho e não reconhecimento do trabalho doméstico.”²¹³

Uma das questões apresentadas a respeito da desvalorização e não reconhecimento do trabalho doméstico está ligada ao fato desse trabalho não se encaixar nos conceitos de trabalho regularmente utilizados. Cristina Bruschini, em pesquisa divulgada no Mulherio número 21, “Desvendando uma trama invisível”, afirma que

A realização desta pesquisa me permitiu ter um quadro amplo sobre o trabalho da mulher e chegar a algumas conclusões importantes. A primeira é relativa ao próprio conceito de trabalho, que precisa ser redefinido para que nele caibam trabalho doméstico, trabalho a domicílio e tudo aquilo que as pessoas fazem e contribui para a produção social. Não falo só de mulheres, mas também de velhos, jovens e até crianças. A pesquisa sobre mulher nos permite olhar para as estatísticas sabendo que elas revelam apenas um pedaço daquilo que as pessoas fazem.²¹⁴

É algo no sentido do que Cristina Carrasco afirma em nossos dias, que “(...) não se aceita que, além do trabalho de mercado, possam existir outros trabalhos com igual ou maior valorização social.”²¹⁵ Inclusive, segundo bibliografia consultada, essas questões continuam muito presentes. Avanços, por vezes tímidos, na divisão mais igualitária das tarefas nos lares entre os casais, podem ser percebidos, mas a desvalorização fundamental do trabalho doméstico e sua associação, ainda que simbólica, com as mulheres, perdura.

A produção de bens e serviços que tem lugar na esfera familiar, ou que se encaminha por meio do trabalho não remunerado, não tem visibilidade pública nem ao menos nos registros trabalhistas, razão pela qual tendeu a ser considerada como não-trabalho, segundo a clássica associação entre

²¹³ Nosotras. Paris, nº 25-26, 1976. Pg. 24.

²¹⁴ Mulherio. São Paulo, Ano 5, nº 21, abril/maio/junho de 1985. Pg. 20.

²¹⁵ CARRASCO, C. Por uma economia... Op. Cit., 2008. Pg. 99.

trabalho e emprego remunerado. Do mesmo modo, a divisão do trabalho por sexo, consolidada desde a industrialização, associa (mais no imaginário coletivo do que na realidade) a atividade masculina com a produção mercantil e a feminina com a atividade familiar doméstica. (...) Essa rígida distribuição de tarefas levou à ocultação da contribuição de uma parte significativa do trabalho realizado pelas mulheres para o bem-estar familiar e social.²¹⁶

Imagem 27



217

²¹⁶ ARRIAGADA, Irma. Estruturas familiares, trabalho e bem-estar na América Latina. In: ARAÚJO, C. *Novas conciliações...* Op. Cit., 2007. Pg. 243.

²¹⁷ *Mulherio*. São Paulo, Ano 2, nº 10, novembro/dezembro de 1982. Pg. 07. "Olha, querida... Depois que você acabar de lavar os pratos, arrumar a cozinha, aprontar as crianças pra escola, varrer a casa, passar roupa, fazer feira e esquentar um café, queria te falar dos meus planos de arrumar um emprego procê ajudar na casa..."

Cristina Torres comenta em 1988 que, ao se analisar o trabalho doméstico, a questão não é se ele é trabalho no sentido de “atividade do homem sobre a natureza para satisfazer suas necessidades”, porque nessa definição ele se enquadra muito bem. O problema seria aquilo que o trabalho doméstico não é: ele não tem ciclos de acumulação, não estabelece relações salarizadas e seus produtos não têm preço no mercado.²¹⁸ A partir disso a autora apresenta dois problemas centrais na desvalorização e invisibilidade do trabalho doméstico: a dificuldade para medição desse trabalho em termos estatísticos (comentada no item anterior), e a subestimação de índole cultural que recai sobre o trabalho doméstico.

Considerando a invisibilidade do trabalho doméstico como construída, os feminismos de Segunda Onda colocam em primeiro plano a visibilidade – como podemos observar em alguns exemplos supracitados –, para então questionar por que essa é uma ocupação quase que exclusivamente feminina. Mas o que, além dos censos, contribuiria para tal invisibilidade? Em Persona podemos encontrar uma resposta

(...) Vivemos em uma sociedade regida pela produção de mercadorias, que são fabricadas com o fim de serem vendidas e compradas. Isso produz dinheiro, que é o capital, indispensável para poder fabricar, vender e comprar. “O capitalismo é a primeira sociedade da história humana em que a maior parte da produção é produção de mercadorias”. As mulheres em suas casas realizam uma quantidade de coisas que não se vendem e que não se compram, mas que estão destinadas a serem consumidas pela família, portanto esse trabalho não produz dinheiro, é uma produção sem valor. É uma flagrante contradição e um problema crucial que isso ocorra em uma sociedade cujo valor dominante é o dinheiro. (...)²¹⁹

E o artigo segue falando dos censos, e de como as mulheres são consideradas inativas ou improdutivas por não participarem diretamente do ingresso de renda na família. Ou seja, como colocado recentemente por Irma Arriagada, “A falta de valoração monetária do trabalho

²¹⁸ TORRES, C. El trabajo doméstico... Op. Cit., 1988. Pg. 03.

²¹⁹ Trecho do artigo “La Profesión: Ama de Casa”, do primeiro número do Persona. Minha tradução.

doméstico não remunerado impede de avaliar a real contribuição econômica das mulheres (...).”²²⁰

Isso nos traz uma discussão que está presente nas fontes observadas, que é a do trabalho doméstico como trabalho produtor ou apenas reprodutor da força de trabalho. O Brujas, em artigo intitulado “*El feminismo como ideologia y como practica politica*”, de 1984, afirma

(...) A respeito do trabalho doméstico, existem numerosos estudos feministas, que – com algumas divergências teóricas acerca do caráter desta produção – concordam em afirmar que se trata de um trabalho produtivo realizado gratuitamente pelas mulheres no seio da família e cujo caráter de trabalho se faz “oculto” por uma visão naturalista que o considera uma tarefa “natural” das mulheres.-

Economistas do Terceiro Mundo e feministas descobriram que a acumulação capitalista resultante da mais-valia (aquela extraída exclusivamente do trabalho mercantil) se alimenta também na acumulação permanente de base, ou seja, aquela baseada na exploração do trabalho doméstico não mercantil realizado pelas mulheres no lar, trabalho que permite a produção e reprodução da força de trabalho do marido e filhos a menor custo.-

Por fim, todos esses estudos colocam em evidência que a produção doméstica é uma categoria econômica e não uma fatalidade biológica. (...)”²²¹

Uma carta enviada ao Nós Mulheres e publicada em seu primeiro número, em 1976, também nos traz essa questão

Ao meu ver, o grande, o básico problema feminino, é a desvalorização do trabalho doméstico – causada pelo advento do mercantilismo, e a valorização social com base na remuneração

²²⁰ ARRIAGADA, I. Estruturas familiares... Op. Cit., 2007. Pg. 244.

²²¹ Brujas. Buenos Aires, Ano 2, nº 6, 1984. Pg. 10-11. Minha tradução, os grifos não.

financeira do trabalho. É a economia do mercado e a sua mentalidade corruptora que provocaram a degradação do papel doméstico, socialmente tão importante como o da produção de alimentos.

Ninguém vai me convencer que limpar as unhas de um executivo numa barbearia seja mais importante que mudar as fraldas de um filho em casa. Nem que seja mais útil, ou mais necessário. O trabalho, porém, não vale por seu produto, e sim por seu preço. Essa é a primeira distorção mercantilista, totalmente absorvida e levada a seus últimos extremos pelo capitalismo. (...)²²²

Mirta Henault afirma, em nossa década, que “Nem a economia clássica, nem o marxismo científico estimaram como produtivo o trabalho da mulher em casa”.²²³ Para Fatiha Hakiki-Talahite, em trabalho publicado no final dos anos 1980, a questão era outra. Refletindo sobre o que chama de “processo de trabalho doméstico” (conceito que não envolveria apenas o trabalho em si, mas suas imbricações sociais, culturais e históricas) e as tentativas de valorá-lo economicamente, a autora argumenta

É importante precisar que, mesmo como teoria da *medida do valor*, a Economia Política não pode integrar o trabalho doméstico, pelo fato que ela supõe a troca mercantil. Igualmente, as tentativas de construir uma teoria do trabalho doméstico fundada no reconhecimento dos produtos deste último como *valor* situam-se, à primeira vista, de maneira instável em relação ao campo no qual elas pretendem se inscrever, qualquer que seja, aliás, a definição de valor que adotem (...).²²⁴

Quer dizer, dentro da teoria econômica e do conceito de valor desta, o trabalho doméstico feminino não teria espaço. Ele não poderia ser considerado produtivo porque a noção de trabalho produtivo da economia não se aplica a ele. Entretanto, a economista Maria Angeles Duran critica o pressuposto de que o trabalho doméstico, por ser

²²² Trecho da carta de Tânia Jamardo Faillacce, de Porto Alegre - RS, extraída do Jornal *Nós Mulheres*. São Paulo, nº 1, junho de 1976. Pg. 18.

²²³ HENAUT, M. *De la ruca...* Op. Cit., 2001. Pg. 52. Minha tradução.

²²⁴ HAKIKI-TALAHITE, Fatiha. Por uma problemática do processo de trabalho doméstico. In: KARTCHEVSKY-BULPORT, A. *O sexo do...* Op. Cit., 1986. Pg. 97. Destaques da autora.

improdutivo, não teria valor.²²⁵ A autora, ao afirmar que trabalho doméstico é trabalho, busca afirmar que negar o caráter de trabalho do trabalho doméstico seria apresentá-lo como natural. Quer dizer, parece que deixa de ser trabalho porque é realizado na família, mas isso seria mais uma característica especial e, esse trabalho, de tão comum e numeroso, deveria ser considerado a regra, não a exceção. A diferença central em comparação com os demais trabalhos seria o fato de eles serem relativamente livres, intercambiáveis e contratados.²²⁶ Conforme a própria autora, em 1983

(...) por ser um trabalho de manutenção que se destrói quando se produz, mal permite visualizar sua acumulação e, como tal, perceber sua contribuição para a criação de riqueza e, menos ainda, ser trocado pelo resultado de outros trabalhos em outras unidades econômicas. Não é possível a troca, a objetivação por dinheiro, e nem sequer a permuta.²²⁷

A partir disso, Cristina Carrasco argumenta recentemente que “Explicitar, nos esquemas econômicos, o trabalho familiar doméstico como trabalho necessário é uma questão de justiça, mas também de sensatez e rigor, caso se pretenda analisar e interpretar a realidade.”²²⁸ O fato do conceito econômico de valor, nas sociedades estudadas, ser interpretado também como valor social, leva as feministas, a partir dos anos 1960 e 1970, a questionar as bases da economia clássica nas quais se alicerçam o conceito.

(...) a própria definição das fronteiras da economia (neoclássica e outras) – que considera apenas a economia de mercado – é estreita e excludente e não permite a análise do trabalho não remunerado, atividade básica para a sustentabilidade da vida humana e para a reprodução da força de trabalho de mercado. (...) A cegueira analítica decorrente desse enfoque não deixa que os *homo economicus* sejam vistos como seres completamente dependentes das

²²⁵ DURAN, M. Domesticidade... Op. Cit., 1983. Pg. 12.

²²⁶ Ibidem. Pg. 17-18.

²²⁷ Ibidem. Pg. 25.

²²⁸ CARRASCO, C. Por uma economia... Op. Cit., 2008. Pg. 96.

mulheres em tudo o que se refere às atividades de cuidados, sem as quais eles nem sequer existiriam.²²⁹

Essa observação de Cristina Carrasco é recente, mas dialoga diretamente com Maria Angeles Duran, que 25 anos antes escreve que “Muitos homens passam a vida inteira sem perceber que a base econômica de sua família seja mais sua esposa do que eles mesmos.”²³⁰ Esse tipo de constatação pode nos levar a pensar que o debate, de alguma forma, se estagnou nesses últimos anos, ou talvez seja um debate que não se difundiu o suficiente para se desenvolver por outros caminhos. Ou, simplesmente, pode ser uma questão que se mantém viva por não ter encontrado resoluções concretas, até porque as transformações nunca são lineares e homogêneas, e o que pode ser considerado novo e tradicional convive e interage o tempo inteiro na história. De qualquer forma, são questões colocadas pela Segunda Onda Feminista que permanecem na pauta de reivindicações dos feminismos na atualidade.

Um dos pontos elencados nesse debate é o que defende que o trabalho doméstico é desvalorizado porque é observado através de uma perspectiva masculina. Em Mirta Henault, em 2001, encontramos uma crítica no que se refere às análises a respeito da desvalorização do trabalho doméstico. A autora sustenta que os problemas referentes à individualidade das mulheres estão ligados ao olhar masculino, androcêntrico, que se dá sobre suas atividades.

O trabalho doméstico é, sem dúvida, o trabalho “natural” da mulher. Repetitivo, monótono, sem fim. Não criativo, segundo o conceito de criatividade dos homens. Não produtivo, de acordo com a relação patriarcal de produção-dinheiro. O trabalho, enorme trabalho de cuidar da espécie apenas merece uma menção de “boa dona de casa”. Não é rentável nem produz dividendos.²³¹

Fatiha Hakiki-Talahite, ao criticar a exclusão do trabalho doméstico nas teorias econômicas, comenta que essa exclusão realizada

²²⁹ *Ibidem*. Pg. 92.

²³⁰ DURAN, M. *Domesticidade...* Op. Cit., 1983. Pg. 15.

²³¹ HENAUT, M. *De la rueca...* Op. Cit., 2001. Pg. 24. Minha tradução.

pelos economistas clássicos nos séculos XVII e XVIII até pode ser justificada, mas que atualmente (na época de sua publicação, meados dos anos 1980) seria difícil negar a existência do trabalho doméstico como “fenômeno amplo e sistemático, que merece ser inscrito estruturalmente no estudo da economia contemporânea”²³². Entretanto, relata como essa exclusão continua presente na

(...) categoria de *indivíduo*, de *homo-economicus*, que sob a aparência de um ser genérico, possui, em realidade, todas as características – masculinas – de um bom pai de família. (...) Nesse universo, a mulher não existe enquanto *indivíduo*; a sociedade é considerada como uma coleção de indivíduos-homens que têm necessidades, recursos, um lugar na divisão do trabalho, uma renda e ... uma família, isto é, obviamente, mulher e filhos...²³³

Quer dizer, a autora critica também a questão do masculino como universal, que promove a exclusão das mulheres na medida em que elas nunca poderão se enquadrar na norma. Nesse caso, a norma, o padrão de normalidade, do que seria saudável e positivo, é ditado pelas teorias econômicas, e é masculino.

Outra das discussões que giram em torno da análise econômica do trabalho doméstico é a respeito do barateamento dos salários que esse trabalho gratuito das mulheres proporcionaria. Quer dizer, se as mulheres não desempenhassem esses serviços em casa, as famílias seriam obrigadas a pagar por eles, o que exigiria maiores salários. Jesus Albarracín²³⁴ explica bem essa relação em nossos dias, onde coloca que, apesar de não ser regulado pela lei do valor, o trabalho doméstico não independe dessa lei, e também se encontra intimamente relacionado com a mais-valia. Ou seja, se o trabalho doméstico não fosse feito gratuitamente, os/as trabalhadores/as precisariam de um salário maior para sua subsistência, para poder pagar por esse tipo de serviço. O autor ainda coloca que, com a incorporação de mulheres no trabalho assalariado, mantendo as responsabilidades do trabalho doméstico, ao capitalista surge a oportunidade de reduzir os salários, uma vez que o

²³² HAKIKI-TALAHITE, F. Por uma problemática... Op. Cit., 1986. Pg. 98. Grifos da autora.

²³³ Idem. Destaques da autora.

²³⁴ ALBARRACÍN, Jesus. O trabalho doméstico e a lei do valor. In: FARIA, N. O trabalho das mulheres... Op. Cit., 1999. Pg. 43-61.

salário masculino não precisa mais sustentar a casa toda, pois tem o da mulher para “ajudar”. Assim, o autor relaciona trabalho doméstico, trabalho assalariado e mais-valia, e admite que o trabalho doméstico, apesar de estar fora dos circuitos de mercado, é de grande serventia para o funcionamento deles.

Vale ressaltar certa ambigüidade que parece estar presente no discurso de Jesus Albarracín. Ao mesmo tempo em que este admite a “serventia” do trabalho doméstico, parece culpar a entrada das mulheres no mercado de trabalho pela baixa de salários e, ainda, não considerar a função reprodutora da força de trabalho que as atividades domésticas representam. Entretanto, Jesus Albarracín traz uma questão que foi importante ponto de discussão nos feminismos de Segunda Onda, e que abriu brecha para outras discussões nesse sentido. Cristina Torres por exemplo, sobre a questão do barateamento de salários, admitiu que o trabalho das mulheres fora de casa poderia baratear alguns salários, como por exemplo do operariado, no que se refere à concorrência ou disponibilidade para emprego de meia jornada. Entretanto, simultaneamente, essa saída das mulheres de casa poderia aumentar o preço de prestações de serviço necessárias devido a sua ausência, e que se valorizam conforme aumenta a demanda.²³⁵ Quer dizer, ao mesmo tempo em que barateava alguns salários, encarecia outros.

Outro ponto subjacente a esse debate é o das mulheres como exército de reserva de mão-de-obra para o capitalismo. O tópico *Um bom disfarce do desemprego*, do artigo “Dona de casa: qual o reino desta rainha?”²³⁶, publicado no segundo número do Nós Mulheres, em 1976, levanta, ainda que implicitamente, o papel de reserva de mão-de-obra que as donas de casa representam. Heleieth Saffioti, em Emprego Doméstico e Capitalismo²³⁷, de 1978, observa a maneira como o modo de produção capitalista coexiste com formas não capitalistas de trabalho (como seria o caso do trabalho doméstico não remunerado). Assim, em momentos de expansão do capitalismo, a força de trabalho se deslocaria para suas atividades, retornando às atividades não capitalistas em um momento de retração do mesmo. A produção capitalista não teria interesse em eliminar essas formas não capitalistas de trabalho, uma vez que esse excedente de mão-de-obra representaria um exército de reserva. A existência desse exército seria imprescindível para que a exploração capitalista do trabalho conseguisse manter sua lógica funcionando, e aí

²³⁵ TORRES, C. El trabajo doméstico... Op. Cit., 1988. Pg. 04.

²³⁶ Nós Mulheres. São Paulo, nº 2, setembro/outubro de 1976. Pg. 08-09.

²³⁷ SAFFIOTI, H. Emprego Doméstico... Op. Cit., 1978. Pg. 183-197.

se encontraria outra razão para que não se tivesse interesse em eliminar o trabalho gratuito desempenhado pelas mulheres dentro da lógica capitalista.

Sobre essa questão, um depoimento reproduzido pelo Nós Mulheres, no artigo supracitado, se faz pertinente: a entrevistada gostaria de ter trabalhado quando teve oportunidade, mas precisou ficar cuidando das filhas. Agora elas cresceram, ela ainda gostaria de ir trabalhar, mas então percebeu que é de fato uma desempregada. Faz parte do exército de reserva. Porém, vale atentar para o fato de que Heleieth Saffioti faz sua análise não considerando o papel reprodutor de mão-de-obra capitalista do trabalho doméstico, como o fazem trabalhos anteriormente aqui citados. Caso ela o fizesse, a divisão entre formas de trabalho capitalistas e não-capitalistas não poderia ser sugerida com tanta segurança, uma vez que a atenção estaria voltada para a relação entre essas formas de trabalho, e não para a separação entre elas.

Fatiha Hakiki-Talahite entende o processo de trabalho doméstico como separado e oposto ao processo de trabalho do capital, ao mesmo tempo em que é unido a ele, pois são dois momentos de um único e mesmo movimento e um não poderia existir sem o outro. Quer dizer, não se poderia imaginar nem uma sociedade capitalista total, sem o trabalho doméstico gratuito, nem que o processo de trabalho doméstico fosse inteiramente subordinado às necessidades do capital²³⁸. Já Cristina Torres, em escrito quase contemporâneo ao de Fatiha Hakiki-Talahite, apresentando um debate teórico a respeito do trabalho doméstico que buscava encaixá-lo na idéia de um modo de produção peculiar ou então de uma atividade subordinada ao capitalismo, buscou observar esse trabalho como um conjunto de relações articuladas com o modo de produção capitalista, quer dizer, como um trabalho paralelo porém subsidiário do capitalismo²³⁹. A autora também comenta rapidamente a questão da mão-de-obra de reserva, constatando que era comum as mulheres uruguaias deixarem seus trabalhos fora de casa quando se tornavam mães, retornando, quando possível, apenas após as crianças já estarem maiores²⁴⁰.

No editorial do Isis número 11-12, de 1982, afirma-se sobre a questão que “Esta ideologia ou cultura de opressão da mulher proporcionou socialmente uma força de trabalho barata, paciente e facilmente manejável, que pode ser desprezada ou utilizada segundo os

²³⁸ HAKIKI-TALAHITE, F. Por uma problemática... Op. Cit., 1986. Pg. 109.

²³⁹ TORRES, C. El trabajo doméstico... Op. Cit., 1988. Pg. 04.

²⁴⁰ Ibidem. Pg. 22.

vaiens da economia e das ânsias de lucro dos empresários.”²⁴¹ Já no boletim Nosotras de mulheres latino americanas em Paris, em seu sétimo número de 1974, há uma matéria que se refere ao Brasil, intitulada “As verdadeiras razões do incentivo à mão de obra feminina no Brasil”²⁴², que critica o incentivo do trabalho de mercado das mulheres encabeçado pelo governo. No artigo, primeiramente se apontam como *slogans* ideológicos, ou falsas razões para esse incentivo, a emancipação da mulher através da independência econômica e a realização individual. Então são listados interesses das empresas privadas e do governo, com o intuito de denunciar as péssimas condições de emprego oferecidas às mulheres.

É necessário aos Estados e às empresas privadas:

- 1) que a mulher seja mantida na condição permanente de dona-de-casa para realizar sua dupla função social:
 - A) como reprodutora da mão-de-obra (na qual reside a força econômica do país) e;
 - B) como força produtora gratuita da infraestrutura familiar (manutenção física, psíquica e moral, além de ideológica) do marido e dos filhos – na qual repousa a certeza da continuidade do Sistema.
- 2) Mantêr uma mão-de-obra de reserva a qual se possa recorrer de imediato nas crises, compensando assim um desequilíbrio momentâneo;
- 3) que a mulher preencha os emprêgos de infraestrutura, desprezados ou pouco aceitos pelos homens. (...) (sic)²⁴³

Na década de 1970, a questão da subordinação das mulheres de forma mais geral começa a ser discutida de um ponto de vista econômico, onde a teoria marxista se sobressai, principalmente apoiada pela presença de feministas socialistas. Margareth Benston²⁴⁴ foi apontada como pioneira em observar a opressão das mulheres como uma opressão econômica. Com o trabalho doméstico em discussão, não é de

²⁴¹ Editorial. ISIS – Boletim Internacional. Itália/Suíça, nº 11-12, outubro/dezembro de 1982. Pg. 04. Minha tradução.

²⁴² Nosotras. Paris, Ano 1, nº 7, 1974. Pg 11.

²⁴³ Idem.

²⁴⁴ BENSTON, Margareth. A political economy of womens’ liberations. Monthly Review, vol. 21, 4, september 1969. Apud FARIAS, Z. Domesticidade... Op. Cit., 1983. Pg. 87.

se estranhar o surgimento de tal posição, considerando o momento, no qual teorias marxistas tomam força juntamente com as soluções economicistas.

Dentre os nomes que surgem discutindo o trabalho doméstico sob um viés econômico, ganha destaque Cristine Dupont²⁴⁵, que considera as mulheres a classe oprimida de um sistema que não o capitalista, mas o familiar²⁴⁶ (ou patriarcal). E essa opressão é agravada pelo fato de que as mulheres não mudam de emprego, nem recebem por seu trabalho. Assim, a exploração da força de trabalho gratuita feminina se dá dentro do casamento, e essa opressão comum a todas as mulheres faz com que elas pertençam a uma classe diferente da dos seus maridos. Também ganha destaque Mariarosa Dalla Costa, explicitando que além de produzir valores de uso (como coloca Cristine Dupont), o trabalho doméstico também é uma função essencial na produção da mais-valia (teoria utilizada por Jesus Albarraçín). Suas teorias serviram de apoio para as primeiras campanhas pelos salários para donas de casa²⁴⁷, considerando que estas produzem uma “mercadoria” para o capital, que seria seu marido e seus filhos, ou seja, a força de trabalho²⁴⁸. Essas teorias foram contestadas por diferentes análises econômicas e, em especial a questão sobre o trabalho doméstico ser produtivo, improdutivo, ou reprodutivo, se mantém em discussão e até hoje não chegou a um consenso²⁴⁹ total, apesar da idéia de trabalho doméstico como trabalho de reprodução ser a mais corrente.

E é com base nessa noção, do trabalho doméstico como atividade de reprodução social, que se indica mais um âmbito no qual se construiu a desigualdade entre homens e mulheres: a subordinação social, cultural e histórica da reprodução à produção. Refletindo a esse respeito em nossa década, Mirta Henault busca uma inversão desses valores de desigualdade.

²⁴⁵ DUPONT, Cristine. O inimigo principal. In: Liberação da mulher: ano zero. Belo Horizonte: Interlivros, 1978. Apud FARIAS, Z. Domesticidade... Op. Cit., 1983. Pg. 88-89.

²⁴⁶ Referência que defende posição semelhante pode ser encontrada na página 28 do 5º número do Persona, no artigo intitulado “Las mujeres – una casta”, o qual afirma: “Se é certo que a relação com a produção é o que determina a posição social dos indivíduos, não haverá nenhuma dificuldade em aceitar que “mulher” indique uma situação social precisa, na qual cada mulher compartilha a mesma relação fundamental de produção, ou seja, o trabalho doméstico.”

²⁴⁷ Nós Mulheres. São Paulo, nº 2, setembro/outubro de 1976. Pg. 15.

²⁴⁸ COSTA, Mariarosa Dalla. Las mujeres y la subversión de la comunidad. In: El poder de la mujer y la subversión de la comunidad. México: Siglo Vientiuno, 1975. Apud FARIAS, Z. Domesticidade... Op. Cit., 1983. Pg. 90.

²⁴⁹ HENAULT, M. De la rueca... Op. Cit., 2001. Pg. 46.

Considerar a reprodução da força de trabalho, o papel do trabalhador no processo produtivo e as mulheres como exército industrial de reserva, levaram à conclusão de conceder à reprodução humana a mesma importância conceitual que à organização da produção assalariada (contribuição do feminismo nessa reconceitualização). (...) Também poderíamos dizer que os trabalhos para o mercado são subsidiários em relação aos trabalhos de reprodução e com mais razão dependentes destes últimos.²⁵⁰

Danièle Combes e Monique Haicault comentam, em meados dos anos 1980, a contradição no fato da reprodução estar subordinada à produção, e não o contrário. Esse seria um fato anterior ao capitalismo que se apoiaria em outra subordinação, a das mulheres aos homens, sobre a qual repousaria a divisão sexual do trabalho.

(...) enquanto o bom senso ou a utopia recomendaria que a primeira fosse submetida à segunda como o meio ao fim, e que os seres humanos produzissem bens para subsistir e se perpetuar, que organizassem essa produção em função da reprodução, é o inverso que se produz historicamente e são as modalidades da produção que determinaram e determinam ainda as modalidades da reprodução.

O surgimento e o desenvolvimento de um modo de produção que transforma o próprio ser humano numa mercadoria apenas confirmam (e simbolizam) a subordinação da reprodução à produção, fato anterior ao capitalismo e capaz de sobreviver a ele.²⁵¹

As autoras ainda se preocupam em apontar que a divisão sexual do trabalho não é total, não é encontrada de forma “pura” nas sociedades, mas existe e é marcada. Da mesma forma, reforçam a idéia de que o trabalho doméstico não existe em função do capitalismo, que não é uma necessidade deste nem está presente apenas nele, citando que a subordinação da reprodução à produção e todos os fatores imbricados

²⁵⁰ Idem. Minha tradução.

²⁵¹ COMBES, Daniele, HAICAULT, Monique. Produção e reprodução. Relações sociais de sexos e de classes. In: KARTCHEVSKY-BULPORT, A. O sexo do... Op. Cit., 1986. Pg. 25

nesta estão presentes em formações sociais e modos de produção muito variados. Essa insistência é justificada como contraponto às análises correntes na época, que consideravam “o capitalismo como fundamento único da realidade social atual e, particularmente, como origem do trabalho doméstico e da organização da reprodução, entendida como uma necessidade específica e, além do mais, tardia do modo de produção capitalista”²⁵².

Entretanto, alegam que isso não quer dizer que o advento do capitalismo não venha a transformar a produção e a reprodução. “E a história do capitalismo será igualmente, e desde o início, a história de uma nova organização da reprodução.”²⁵³ Nesse sentido, apontam que é a partir do advento do capitalismo que a reprodução passa a ser uma questão estatal²⁵⁴, uma vez que há a preocupação pública com a geração e manutenção da força de trabalho. Mas vale colocar aqui, de forma mais clara, o posicionamento teórico das autoras – Danièle Combes e Monique Haicault – nesse campo. Ao mesmo tempo em que admitem a relação da produção com a reprodução, defendendo inclusive uma análise conjunta dessas esferas a partir das relações entre as classes e das relações entre os sexos, elas criticam veemente e repetidamente uma espécie de reducionismo, calcado na tradição marxista, o qual analisaria a família apenas como local de consumo e de reprodução da força de trabalho, ou seja, como um simples instrumento a servir o modo de produção capitalista. Quer dizer, ainda que sua teoria esteja também calcada na teoria marxista, há uma crítica interna presente, preocupada com as relações sociais²⁵⁵, buscando assim entender a família como esfera e como força em jogo na luta de classes e dos sexos.

Podemos encontrar essas preocupações também em Fatiha Hakiki-Talahite. Ela comenta como muitos autores tentaram elaborar uma “economia da família”, buscando acabar com esse reducionismo da família como unidade de consumo apenas, e como a partir desses estudos, as fronteiras entre trabalho/lazer, produção/consumo,

²⁵² KERGOAT, D. Em defesa de... Op. Cit., 1986. Pg. 83.

²⁵³ COMBES, D. Produção e reprodução... Op. Cit., 1986. Pg. 27.

²⁵⁴ Também em Fatiha Hakiki-Talahite encontramos a noção de que a família moderna, tal como a conhecemos, é uma criação recente, normalizada pelo Estado (ou pelos estados). HAKIKI-TALAHITE, F. Por uma problemática... Op. Cit., 1986. Pg. 95.

²⁵⁵ A idéia de relações sociais discutida em todo o livro de onde o texto citado foi retirado, implica contradição, antagonismo, luta, recusa... Talvez uma solução teórica para escapar de reducionismos propostos por um marxismo mais “duro”, para não dizer ortodoxo, já que não considero o termo apropriado. “Em resumo, o que é importante na noção de relação social – definida pelo antagonismo entre grupos sociais – é a *dinâmica* que ela reintroduz (...)”. KERGOAT, D. Em defesa de... Op. Cit., 1986. Pg. 82.

atividade/inatividade, etc. se deslocam²⁵⁶. Ela critica as correntes que interpretam o trabalho doméstico como produtivo por produzir força de trabalho. Acredita que essas correntes tendem a simplificar um processo complexo, ao considerar a força de trabalho um produto igual a qualquer outra mercadoria no mercado, e propõe se pensar em termos não de produtos apenas, mas do trabalho doméstico através da linguagem, da cultura, do imaginário, do corpo e da sexualidade das mulheres, entre outros fatores²⁵⁷. Entretanto, a autora não está, também ela, negando totalmente teorias e conceitos marxistas. Ela utiliza a noção de “expropriação das mulheres” para explicar o processo de exclusão que estas sofrem a partir do assalariamento, quando seu trabalho é totalmente separado do trabalho produtivo²⁵⁸.

Danielle Chabaud e Dominique Fougeyrollas-Schwebel, dialogando com as autoras supracitadas, não negam a família como espaço de reprodução da força de trabalho, mas buscam nuançar a questão a partir do espaço social de onde se parte para observá-la

Para o modo de produção capitalista, trata-se de assegurar a reprodução das forças de trabalho sobre as quais ele repousa. Para os trabalhadores, a família pode ser vivida como um lugar de autonomia preservado da vida de trabalho, um lugar de resistência contra a exploração do trabalho industrial.²⁵⁹

Diferente da noção de “expropriação das mulheres” de Fatiha Hakiki-Talahite, Cristina Torres quase no mesmo período fala da apropriação do trabalho da dona de casa, constatando que este não se daria por um empresário concreto, uma vez que essa trabalhadora não tem um patrão, mas ocorreria através do sistema em seu conjunto, uma vez que o trabalho da mulher em casa excederia as necessidades da sua própria reprodução, convertendo-se em trabalho subsidiário não pago pelo capital, transferido ao capital através dos filhos que constituem a força de trabalho²⁶⁰. A autora também lembra que a carga de trabalho das donas de casa pode variar segundo a extensão da família, mas também por questões de classe. Por exemplo, ela observou como os

²⁵⁶ HAKIKI-TALAHITE, F. Por uma problemática... Op. Cit., 1986. Pg. 98-99.

²⁵⁷ *Ibidem*. Pg. 111.

²⁵⁸ *Ibidem*. Pg. 110-111.

²⁵⁹ CHABAUD, D. Sobre a autonomia... Op. Cit., 1986. Pg. 113-114.

²⁶⁰ TORRES, C. El trabajo doméstico... Op. Cit., 1988. Pg. 02.

custos altos das prestações de serviço e os baixos salários oferecidos no mercado tenderiam a manter as mulheres de baixa renda, principalmente as que são mães, em casa, uma vez que a elas não compensaria sair para trabalhar, situação diferente da encarada por mulheres das camadas médias e altas²⁶¹.

Nesse sentido, podemos observar como as discussões dos feminismos estudados estão dialogando constantemente com discussões marxistas, e como as questões das mulheres estão, nessas publicações, imbricadas com as questões de classe. Danièle Kergoat comenta, em 1986, a necessidade de não hierarquizar as relações sociais, ao considerar as relações entre classes mais importantes que as entre os sexos, ou vice-versa. Ela parte da idéia de que não há um *front* principal, ou inimigo principal²⁶². É provável que essa questão apresentada por Danièle Kergoat não seja apenas um problema teórico, mas uma proposição de diálogo, de caminho comum, entre movimentos de esquerda e feministas, como comentando aqui anteriormente. Também podemos reconhecer uma crítica colocada pela autora, quando usa o termo “inimigo principal”, a grupos e teóricas feministas que, em crítica ao marxismo e à idéia de que o capitalismo seria o inimigo principal, colocam o patriarcado como tal.

Danièle Kergoat, assim, propõe uma análise conjunta, mas observa como na prática seria difícil conciliar as questões de classes e de sexos, e como as dicotomias se reproduziam também nas pesquisas. Então, busca como solução para se analisar as questões das relações entre os sexos, a retomada teórica, com adaptações e reelaborações, dos conceitos marxistas, por entender que são “(...) conceitos que foram forjados para explicar a luta de dominados contra dominadores (...)”²⁶³. Por essa ou por outras razões, ao menos nas publicações aqui observadas, podemos encontrar elaborações no sentido da proposta de Danièle Kergoat, inclusive publicadas antes que ela mesma fizesse a sugestão.

²⁶¹ *Ibidem*. Pg. 12.

²⁶² KERGOAT, D. Em defesa de... Op. Cit., 1986. Pg. 83.

²⁶³ *Ibidem*. Pg. 93.

2. Segunda Parte – A problematização do emprego doméstico

Lembrando o empregador e guardadas suas características, temos alguém que espera da empregada eficiência; traduzindo: fim dos problemas domésticos relativos não só ao que é material mas também ao que se refere à relação entre as pessoas do grupo familiar. A dona de casa delega à empregada o que normalmente lhe está sendo penoso, impossível de conciliar com seus afazeres. Há uma idealização da empregada, idealização essa que, quando não respondida, atinge reações de menosprezo até a repulsa total.

A situação descrita é fácil de entender quando ainda perdura em nossa sociedade a idéia de que a mulher, independente da atividade profissional que desenvolva, tem toda a responsabilidade relativa ao bom andamento da vida familiar, da educação dos filhos à organização da casa e o bom atendimento ao marido. Em termos organizacionais, esse esquema está furadíssimo. E quem pode ser “tábua de salvação” para evitar o afogamento? Uma boa empregada... aquela que irá dividir com a “patroa” as exigências, os dissabores, a carga, o pesadelo existencial da grande maioria das famílias modernas.

Surge aqui uma figura interessante. A diarista – esta espertamente não se deixa enlaçar pelo o que a psicologia chamaria de aspectos transferenciais. (...)²⁶⁴

A citação utilizada aqui como epígrafe desperta sem dúvida nenhuma reflexão. Não bastasse seu conteúdo, puro e simples, que parece ser certo ao buscar os problemas do emprego doméstico remunerado no trabalho doméstico gratuito, temos ainda informações sobre a fonte da citação, que vem nos lembrar que a desvalorização do emprego doméstico não é simplesmente um problema das empregadas domésticas, ou destas e das feministas. Em uma pesquisa na *internet*, procurando outro livro, encontrei Empregadas e patroas: uma relação de

²⁶⁴ LOVIZARO, Marta. Algumas profissionais e suas personalidades. In: GOFMAN, Rosane e GASS, Eny Léa. Empregadas e patroas: uma relação de amor. Rio de Janeiro: Imago, 1998. Pg. 78-79.

amor. O título, preciso admitir, me despertou alguma desconfiança, pensei que encontraria um discurso muito calcado no paternalismo e na idéia da empregada “como da família”, mas então pensei que poderia ser um contraponto interessante e resolvi comprar.

A pequena obra surgiu da iniciativa de uma atriz da Rede Globo de Televisão, Rosane Gofman, que ao interpretar a empregada da protagonista na telenovela Por Amor, que foi ao ar entre 1997-8, acabou de alguma forma se sensibilizando com a questão a ponto de publicar um livro. Este traz depoimentos de patroas (a maioria famosas, envolvidas com o mundo artístico), de empregadas, de uma psicóloga (da qual retiro o trecho supracitado), uma pequena cartilha de direitos apresentada pelo então Delegado Regional do Trabalho do Rio de Janeiro, e depoimentos próprios da atriz, tanto a respeito de sua atuação na novela como de sua relação com as empregadas com quem conviveu durante a vida, desde criança. Há, inclusive, quase no final do livro, um item chamado *Gostaria que este livro servisse para algumas coisas*, o qual cita quais são as intenções da publicação. Nem a autora, nem nenhum depoimento do livro, evidenciam qualquer preocupação abertamente feminista, ou em qualquer sentido profundamente transformadora. Entretanto, ao mesmo tempo, percebe-se grande empenho em divulgar a sindicalização da categoria, assim como sua profissionalização, ainda que em muitos depoimentos transpareça um profundo paternalismo, o qual acaba colocando as relações patroa/patrão empregada muito mais ligadas a uma idéia colonial de criadagem do que a uma concepção de profissão contemporânea propriamente dita.

Apesar de uma posição que podemos avaliar como ambígua, paradoxal ou contraditória, observando o livro em seu contexto, e considerando que não se trata de uma produção de grupo politicamente marcado, como é o caso das publicações de grupos feministas, é preciso admitir sua contribuição, e é possível inferir sobre uma relação deste com os feminismos das décadas anteriores, ou ao menos como estes últimos colaboraram para a formação de uma configuração onde um livro desses faz sentido. Mas o utilizo aqui principalmente porque avalio que o trecho citado dá uma boa introdução às discussões dos feminismos de Segunda Onda no Cone Sul a respeito do emprego doméstico.

Os feminismos, em suas problematizações sobre a divisão sexual do trabalho e a separação de esferas pública e privada como masculina e feminina, respectivamente, questionaram tanto os papéis domésticos desempenhados pelas mulheres nos lares quanto a sua inserção, ou sub-inserção, no mercado de trabalho. Até nossos dias as discussões levantadas por esses feminismos persistem, e a questão do emprego

doméstico feminino (a qual intercala os problemas relacionados às mulheres e o trabalho como um todo, juntamente com questões relacionadas à associação historicamente construída entre mulheres e domesticidade; ou seja, não apenas problematizando o emprego doméstico, mas também o trabalho doméstico gratuito²⁶⁵) continua sendo ponto de discussão e bandeira de luta de organizações feministas.²⁶⁶

Retornando à epígrafe, faz-se pertinente observar como uma reprodução da desvalorização do trabalho doméstico, por parte das patroas e sobre suas próprias responsabilidades, se reflete de forma ainda mais negativa no trabalho da empregada, que precisa lidar com “esse problema que nem é seu”. A transferência de responsabilidades, também observada por Marta Lovizaro, que dá o depoimento citado, é aspecto observado por estudos feministas²⁶⁷ e parece ser central em toda essa problematização. Apesar das fontes não trazerem a questão nesses termos, nos artigos publicados sobre as relações entre empregadas e patroas, pode-se observar com muita clareza essa questão.

Os periódicos analisados, referentes aos seis países do Cone Sul²⁶⁸, ao discutirem o emprego doméstico feminino, o fazem a partir das seguintes questões centrais:

- 1) *A legislação existente a respeito desse tipo de emprego*, a qual oferecia pouquíssima proteção às empregadas domésticas;
- 2) *as condições de trabalho e histórias de vida* das empregadas domésticas, o que inclui o tratamento que recebiam onde trabalhavam, os problemas com falta de privacidade e vida pessoal, assim como os problemas com o trabalho em si e;
- 3) *as relações entre empregadas e patroas*.

²⁶⁵ Ainda que o trabalho da dona de casa e o da empregada doméstica consista na execução de praticamente as mesmas tarefas, as relações envolvidas em uma ou outra ocupação são muito distintas, inclusive no que se refere às relações entre as patroas e suas empregadas. Nesse sentido, para diferenciar o trabalho gratuito da dona de casa do trabalho remunerado da empregada doméstica uso os termos trabalho doméstico e emprego doméstico, respectivamente, como comentado anteriormente. Empresto a terminologia de HENAUT, M. *De la...* Op. Cit., 2001. Pg. 9.

²⁶⁶ Como apenas um exemplo, podemos citar o boletim da Organização Não Governamental feminista CFMEA – Centro Feminista de Estudos e Assessoria, [Trabalho Doméstico tem Valor](http://www.cfmea.org.br/publicacoes/boletins.asp). Este pode ser acessado pelo endereço eletrônico <http://www.cfmea.org.br/publicacoes/boletins.asp> Acesso em 30/04/2009.

²⁶⁷ COSTA, S. [Proteção social](#)... Op. Cit., 2002.

²⁶⁸ Vale lembrar que se utilizam aqui fontes de todos os países do Cone Sul, mas seu número e características variam muito de país para país. Seu ponto comum é que são fontes impressas, escritas e imagéticas, oriundas de publicações feministas ou de movimentos de mulheres, mas principalmente feministas.

Meu intento, portanto, é utilizar esses três itens como norteadores da discussão, apresentando as fontes conforme os problemas que elas levantam, e não divididas por país ou periódico. Entretanto, creio que um *item 4* ainda se faz necessário. Apesar de não ser ponto levantado diretamente pelos periódicos feministas, uma questão que surge a partir de sua leitura é a divisão entre trabalho produtivo, improdutivo e reprodutivo, muito problematizada em função do trabalho doméstico gratuito, mas não citada diretamente no caso do emprego doméstico. Dessa forma, apresento o item 4) *Emprego doméstico: produção ou reprodução?*, o qual buscará algum diálogo teórico com a questão do trabalho produtivo e reprodutivo, pensando especificamente no emprego doméstico feminino.

É importante ressaltar que o emprego doméstico é muito menos discutido na maior parte das fontes²⁶⁹ do que o trabalho doméstico, e geralmente se encontra em seções temáticas sobre trabalho, enquanto o trabalho doméstico se encontra inserido em discussões mais amplas sobre a opressão das mulheres, sobre seu confinamento na esfera privada ou sobre a ordem patriarcal²⁷⁰. Ou seja, o fato de ser ou não remunerado separa claramente esses dois tipos de trabalho nas fontes, ainda que relações possam ser estabelecidas. Essa observação se faz relevante se pensarmos que as críticas encontradas nas fontes a respeito de um trabalho só ser considerado trabalho se produzir renda²⁷¹, por vezes se torna paradoxal quando de certa forma essa idéia é reproduzida pelas próprias fontes ao separarem o emprego doméstico do trabalho doméstico, geralmente colocando apenas o emprego doméstico nas seções sobre trabalho.

²⁶⁹ A principal exceção é o boletim Mujer Ilet, muito mais voltado ao emprego doméstico nos números consultados. Pode-se citar o Brasil Mulher também, por apresentar número maior de matérias ou notas sobre o emprego doméstico do que sobre o trabalho doméstico. Como contraponto marcante, temos o Mulherio, no qual as publicações sobre o emprego doméstico atingem somente pouco mais de 1/5 das sobre trabalho doméstico.

²⁷⁰ A idéia de uma ordem ou sistema patriarcal, que legitimaria e manteria a opressão das mulheres, foi muito corrente nos feminismos de Segunda Onda, como comentado anteriormente. Apesar de no Brasil esse conceito ter perdido força, ele ainda é encontrado e, em outros países da América Latina parece ser mais corrente.

²⁷¹ Por exemplo em La Profesión: Ama de Casa. Persona. Buenos Aires, Ano 1, nº 1, outubro de 1974. Pg. 25-27.

2.1. As leis

O intuito nesse item não é de forma alguma elencar toda legislação existente a respeito do emprego doméstico, nos seis países do Cone Sul, nos vinte anos do recorte da minha pesquisa. Sem desconsiderar a importância que tal levantamento de dados representaria, venho aqui dialogar com as publicações observadas, na tentativa de historicizá-las. O objetivo é perceber como as fontes trazem essas leis, e como reagem à ausência delas, quando buscam explicitar e/ou explicar a situação precária de emprego à qual as empregadas eram submetidas. A ausência de proteção jurídica foi entendida pelos feminismos aqui observados como agente de manutenção dessa situação, e de legitimação da exploração intensa nesse tipo de trabalho.

Um aspecto geral que pode ser citado, nos seis países, é uma espécie de transição entre uma situação sem nenhuma legislação específica para outra, na qual há legislação específica sobre o emprego doméstico, e essa garante menos direitos à categoria das/os empregadas/os²⁷² do que a qualquer outra. Quer dizer, o “desenvolvimento” da questão, se podemos chamar assim, resulta na garantia de alguns direitos a essas trabalhadoras, o que não existira anteriormente e pode ser encarado como um avanço, mas simultaneamente demarca o lugar subalterno que a profissão ocupa, uma vez que regras gerais às/aos demais trabalharas/es urbanas/os não se aplicam à categoria.

Alguns dos direitos adquiridos por essas trabalhadoras eram comuns no Cone Sul, como 24 horas semanais de descanso. A carga horária não era fixa, apenas o tempo de descanso o era em alguns casos, como na Argentina e no Chile, num mínimo de 10 horas²⁷³ diárias. Ou seja, a jornada diária, legalmente, poderia chegar a 14 horas! E o próprio fato de se especificar o tempo de descanso e não o de trabalho já parece

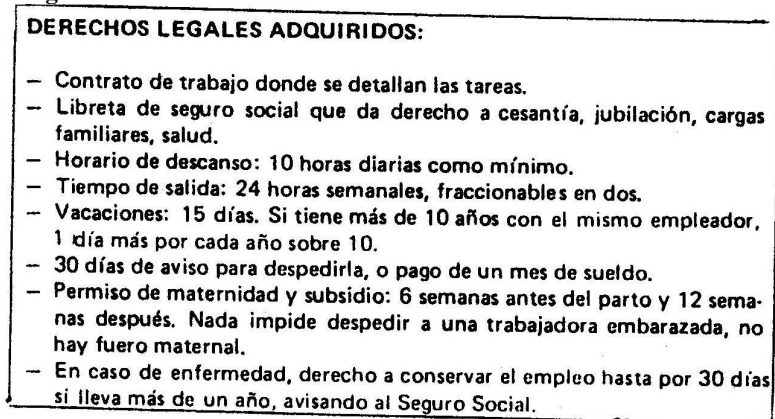
²⁷² No caso das leis, os problemas referentes ao emprego doméstico não afetam só as mulheres, uma vez que motoristas particulares, “caseiros”, mordomos e jardineiros, por exemplo, podem ter seu trabalho inserido no que se conceitua, juridicamente, como emprego doméstico. Entretanto, referir-me-ei a essa categoria, muitas vezes, falando sobre empregadas domésticas, não só porque é o foco das fontes e do meu olhar sobre elas, mas também porque as próprias fontes, assim como pesquisas mais recentes nos diferentes países do Cone Sul, trazem dados que apontam que cerca de 90% dessa força de trabalho é feminina. Exemplo em Especial – Mujer Ilet. Santiago do Chile, nº 13, setembro de 1984. Pg. 04.

²⁷³ TODARO, Rosalba. El trabajo doméstico ¿Tarea de mujeres? Representou o *Círculo de Estudios de La Mujer* em encontro sobre trabalho doméstico assalariado em 31 de agosto de 1981, em Santiago do Chile. ISIS – Boletín Internacional. Itália/Suíça, nº 11-12, outubro/dezembro de 1982. Pg. 16-17.

legitimar a exploração exacerbada nesse tipo de emprego. Horas extras ou noturnas não eram pagas, assim como extra por trabalhar em domingos ou feriados.

Podemos observar abaixo, na imagem 28, os direitos das trabalhadoras domésticas no Chile, em 1981, segundo publicação do *Circulo de Estudios de La Mujer*. No caso argentino, ao menos em 1980, os direitos eram muito semelhantes, e citam-se também os direitos que essas trabalhadoras *não* tinham: contrato de trabalho, proteção em caso de acidentes, salário família, jornada fixa, horas extras e licença maternidade²⁷⁴. Vale citar, entretanto, que as fontes trazem que na Argentina existia um Conselho do Trabalho Doméstico, filiado ao Ministério do Trabalho, o que parece ser caso único no Cone Sul no período.

Imagem 28



275

No Brasil, Heleieth Saffioti²⁷⁶, pesquisando em meados dos anos 1970, nos traz a informação de que, diferente dos casos argentino e chileno, nem o tempo de descanso era especificado pela lei. Segundo ela, a ausência de especificidades na legislação, assim como a dificuldade de inspeção do trabalho nas residências – que faz abrir caminho para a contratação informal –, acabavam agindo em conjunto

²⁷⁴ GOGNA, Mónica. El servicio doméstico en Buenos Aires: características de empleo y relación laboral. Extrato de tese. *Especial – Mujer Ilet*. Santiago do Chile, n° 13, setembro de 1984. Pg. 03.

²⁷⁵ GÁLVEZ, Thelma; TODARO, Rosalba. Trabajadoras de casa particular (extracto). *Especial – Mujer Ilet*. Santiago do Chile, n° 13, setembro de 1984. Pg. 16-17.

²⁷⁶ SAFFIOTI, H. *Emprego doméstico...* Op. Cit., 1978. Pg. 43-106.

no sentido de fazer com que mesmo direitos adquiridos por essas/es trabalhadoras/es – como a previdência social, no caso do Brasil – fossem ignorados e a exploração de seu trabalho se desse de forma ainda mais intensa. Essa dificuldade de inspeção é comum nos países estudados, e é citada em diferentes periódicos. Como contraponto, vale mencionar a *Ley Adela Zamudio*, apresentada pela deputada Amália Decker e aprovada na Bolívia em 11 de outubro 1983, que garantiu à categoria sindicalização regulamentada e inclusão no regime trabalhista do país, com direito a seguro contra acidentes, licença saúde, salário mínimo (ainda que com porcentagem de desconto por habitação e alimentação), licença maternidade e outros. Porém, o recorte da lei publicado²⁷⁷ não se refere à jornada de trabalho e, como citado em outro artigo comentando a lei, meses após a aprovação se observa que a lei não era seguida²⁷⁸.

Aproveitando a deixa para falar da Bolívia, é preciso colocar que as informações que obtive através das fontes consultadas sobre o emprego doméstico no país foram todas encontradas em um número especial do boletim *Mujer Ilet* sobre emprego doméstico, de 1984. São nove recortes²⁷⁹ sobre o tema na Bolívia, sendo sete deles sobre a *Ley Adela Zamudio*, supracitada. O oitavo recorte é sobre um documento redigido e assinado por empregadas domésticas organizadas reivindicando direito de sindicalização, e o último, publicado em jornal mexicano, é uma denúncia da situação das empregadas domésticas bolivianas, em sua maioria indígenas das duas etnias mais discriminadas. Neste último artigo, comenta-se também sobre a *Ley Adela Zamudio*, como sua aprovação causou reação das classes conservadoras e como a lei “não pegou”, como diríamos no Brasil. É importante citar essas informações sobre a Bolívia, pois, por não encontrar muito material falando do emprego doméstico no país, vejo que essa lei foi muito importante para que a situação das domésticas bolivianas ganhasse visibilidade, virasse notícia. Nesse sentido também, aproveito para ressaltar a importância do poder judiciário como espaço de poder e de disputas, e como a repercussão dessas disputas está presente também em outros espaços de poder, como é o caso da imprensa, tanto a chamada alternativa, de caráter militante, como também a grande imprensa corporativa.

²⁷⁷ Especial – *Mujer Ilet*. Santiago do Chile, nº 13, setembro de 1984. Pg. 06.

²⁷⁸ Domésticas bolivianas víctimas de la explotación legalizada. *Especial – Mujer Ilet*, Santiago do Chile, nº 13, setembro de 1984. Pg. 25.

²⁷⁹ Estes são encontrados nas páginas 05-07 e 25 do boletim.

Esse desfecho da aprovação da lei na Bolívia nos ajuda a refletir, por outro lado, sobre todas as relações envolvidas quando tratamos do emprego doméstico. Sem desmerecer a importância vital de leis que protejam e regulamentem o trabalho da categoria, o surgimento de leis sem uma resposta positiva da sociedade civil a elas não pode resultar em melhoras significativas nas condições de emprego. Precisamos lembrar que essa mesma sociedade é empregadora, e que por mais que os governos invistam em fiscalização (o que é difícil acontecer de forma intensa, pensando na América Latina), é muito complicado controlar o que acontece no privado, na casa das pessoas, principalmente se é algo aceito como normal, e não só por quem emprega, mas também por quem trabalha.

Jurema Brites²⁸⁰, a partir de pesquisa realizada no Espírito Santo nos anos 1990, constata que, apesar de todas as desvantagens que esse tipo de emprego apresenta, ele também oferece muitas vantagens, a partir de relações informais dentro de algo que poderíamos chamar de paternalismo. No caso, Jurema acompanhou empregadas domésticas que tinham suas próprias casas e famílias e, convivendo com esse núcleo familiar (era mais de uma família, em diferentes casas, mas dividindo o mesmo terreno), percebeu que o que as pessoas que ali viviam recebiam de salário não pagaria todas as suas despesas, principalmente com alimentação. O que chama sua atenção é o fato de que a janta era feita geralmente em uma casa, e as pessoas de diversas casas do núcleo passavam ali para jantar. Como só os dois adultos daquela casa, um deles (o esposo) sem emprego fixo, pagariam por toda aquela comida? É quando ela começa a reparar nas ajudas extras que as empregadas recebiam nas casas onde trabalhavam, o que em realidades como a estudada, na qual circulava muito pouco dinheiro, fazia uma grande diferença. Essas ajudas não se resumiam a comida. Recebiam-se doações de roupas, às vezes móveis, e muitas vezes ajuda em reformas ou construções, como presente de fim de ano ou em outras oportunidades.

Não é somente devido às vantagens que a informalidade pode oferecer que, em muitas situações, as empregadas domésticas se posicionam contra o regimento de leis sobre seu serviço. No Brasil Mulher nº 16, de 1976, em matéria intitulada “As domésticas e a

²⁸⁰ BRITES, Jurema. Serviço doméstico, desigualdade, gênero e cidadania. In: WOLFF, Cristina Scheibe; FÁVERI, Marlene de; RAMOS, Tânia Regina Oliveira (orgs). Leituras em rede: Gênero e preconceito. Florianópolis: Mulheres, 2007. Pg. 281-306.

CLT”²⁸¹, questiona-se uma proposta de regulamentação mais detalhada do emprego doméstico, uma vez que esta possibilitaria o desconto de até 60% do salário referente à moradia e alimentação. Os desgostos com a proposta eram grandes porque, mesmo instituindo salário mínimo, ela não regulamentava a jornada de trabalho, e o desconto permitido não era bem visto, pois muitas empregadas alegavam que o quarto onde dormiam não era delas, era um quarto “guarda-tudo” da casa no qual elas também dormiam, e que se fosse um quarto pago elas teriam liberdade para convidar quem quisessem para visitá-las nele etc. Sobre a alimentação, no geral, pareciam concordar em negociar um valor de desconto que considerassem mais justo. Na verdade essa discussão seria a respeito de uma sub-inserção do emprego doméstico na CLT (Consolidação das Leis Trabalhistas), porque o regimento proposto difere daquele que se aplicava às demais categorias. Ou seja, as domésticas não passariam a ser exatamente “CLTistas”, pois seus direitos e deveres seriam diferenciados.

Nesse contexto, havia a defesa de alguns advogados de que seria mais fácil fazer pressão para modificar um regimento que se aplicasse apenas ao serviço doméstico, do que modificar a CLT toda, que à época era vista como ultrapassada²⁸². Em contrapartida, havia a busca da inclusão das empregadas domésticas na CLT, mesmo essa apresentando problemas, porque a partir daí seria possível se unir com outras categorias e lutar pelas modificações em conjunto. O Brasil Mulher não traz essa questão muito desenvolvida nessa matéria²⁸³, mas a luta pela inclusão na CLT significaria também um importante passo no caminho de um reconhecimento de que o emprego doméstico é um trabalho como os demais. Claro que somente o aspecto jurídico não acabaria com o estigma do emprego doméstico, mas sem dúvida nenhuma o judiciário é um espaço de poder muito estruturado em nossas sociedades, que poderia inclusive servir como base de argumento para transformações sócio-culturais.

Como exemplo das dificuldades em se conquistar leis que amparassem melhor essas trabalhadoras, temos também uma pequena matéria encontrada no primeiro número do periódico paulistano Mulherio, intitulada “Domésticas: as máquinas que servem o lar”, de 1981, na qual os problemas com a ausência de leis específicas se

²⁸¹ Brasil Mulher. São Paulo, Ano 4, n° 16, setembro de 1979. Pg. 03.

²⁸² Vale lembrar que a CLT é de 1943.

²⁸³ Mas em outra matéria, de página inteira, o Brasil Mulher discute exatamente essa questão: “Domésticas: ‘Queremos ser vistas como trabalhadoras’” e “Nosso dia é o 1° de maio” em Brasil Mulher. São Paulo, Ano 2, n° 8, agosto de 1976. Pg. 08.

intercalam com outros problemas observados no emprego doméstico. Ao divulgar o IV Congresso Nacional de Empregadas Domésticas, realizado em Porto Alegre, a matéria começa relatando suas reivindicações, e em seguida descreve as condições de trabalho e a privação de direitos básicos às quais eram submetidas essas mulheres. A pauta de reivindicações acordada ao final do encontro foi: jornada de oito horas de trabalho, salário mínimo profissional, 13º salário, aviso prévio, FGTS, salário família, prevenção de acidentes de trabalho e férias de 30 dias. Ou seja, reivindicavam direitos legalmente adquiridos por outras categorias há muito tempo (como comentado anos antes no Brasil Mulher). Na nota “Doméstica não é escrava”, do número 20 do Mulherio, de 1985, cita-se a questão da legislação

As leis e os legisladores são muito mal vistos – e com toda razão – pelas empregadas domésticas.

“Antes das eleições eles sempre nos procuram e fazem grandes promessas, depois... resta o silêncio”, diz Valéria Veiga, antiga Presidenta da Associação de São Paulo.²⁸⁴

Em artigo intitulado *Empregadas domésticas fazem reivindicações*, do Mulherio nº 35, sete anos após o primeiro número do Mulherio levantar a questão, a pauta de exigências continua a mesma: os mesmos direitos que trabalhadores/as “CLTistas”. É importante citar que o Mulherio também buscou divulgar publicações que tratassem da questão, como a cartilha argentina *La mujer y la ley*²⁸⁵.

O número 5 do periódico paraguaio Enfoques de Mujer, de 1987, comentando resultados de oficinas organizadas no encontro *Taller de Mujeres*, nos chama a atenção, nos resultados da oficina *Mujer y Trabajo*²⁸⁶, para a falta de amparo legal às empregadas domésticas, e para o caráter verbal de sua contratação, o que personalizava muito as relações de trabalho e não possibilitava a garantia de qualquer direito.

²⁸⁴ Mulherio. São Paulo, Ano 5, nº 20, janeiro/fevereiro/março de 1985. Pg. 15.

²⁸⁵ Mulherio. São Paulo, Ano 7, nº 28, março/abril de 1987. Pg. 22. Também divulgam-se publicações argentinas sobre a questão no Mulherio. São Paulo, Ano 7, nº 30, julho de 1987. Pg. 21. Do Brasil divulga-se a coletânea de artigos “Colcha de retalhos”, no Mulherio. São Paulo, Ano 2, nº 8, julho/agosto de 1982. Pg. 23, e uma pesquisa sobre as relações entre empregadas e patroas no Mulherio. São Paulo, Ano 6, nº 25, março/agosto de 1986. Pg. 20, assim como uma cartilha de direitos das empregadas domésticas no Mulherio. São Paulo, Ano 6, nº 26, setembro/novembro de 1986. Pg. 21.

²⁸⁶ Enfoques de Mujer. Assunção, Ano 2, nº 5, dezembro de 1987. Pg. 44.

Em publicação da Organização Internacional do Trabalho (OIT) reproduzida abaixo, de 2005²⁸⁷, portanto muito recente, temos uma tabela muito interessante, que nos mostra como o problema persiste no Paraguai. O que ganha destaque na tabela é a comparação entre as regras gerais de regime de trabalho no país, e as regras para o serviço doméstico, diferenciadas e desprivilegiadas. Quer dizer, a categoria ainda sofre, em termos legais, com a discriminação. Reproduzo aqui ao menos a tabela referente à trabalhadora doméstica adulta (a publicação traz uma grande preocupação com o trabalho infantil e, após essa tabela, segue uma com as regras para as trabalhadoras abaixo de 18 anos), por enxergar na tabela e em sua comparação uma espécie de espelho das condições legais de trabalho e da desvalorização da categoria não só no Paraguai, mas no Cone Sul como um todo.

No Uruguai, o fascículo de uma série sobre mulher e trabalho, de 1988, em número sobre as trabalhadoras do serviço doméstico²⁸⁸, nos mostra situação semelhante.

O desamparo legal ao qual estão expostas as empregadas domésticas – principalmente pelo desconhecimento dos direitos que possuem e dos recursos legais aos quais podem recorrer, assim como pela negativa dos patrões em cumprir as obrigações legais correspondentes –, faz com que sua situação seja extremamente precária em muitos casos.²⁸⁹

Na época, estimava-se que as empregadas domésticas não inscritas no seguro social, em Montevidéu, atingissem uma porcentagem de 71% do total, sendo que deste total, cerca de 54% não tiravam férias, e 39% não recebiam décimo terceiro salário²⁹⁰.

²⁸⁷ BAREIRO, L. *Necesarias, invisibles...* Op. Cit., 2005.

²⁸⁸ ROSTAGNOL, Susana. *Las trabajadoras en el servicio doméstico. Mujer y trabajo* n° 4. Montevideo: CIEDUR, 1988.

²⁸⁹ *Ibidem*. Pg.18. Minha tradução.

²⁹⁰ *Idem*.

Imagen 29

Condiciones Legales del Trabajo Doméstico en Paraguay - Para Adultas

36

	Regla General	Trabajadora doméstica adulta (18 años en adelante)
Contrato por escrito	Obligatorio	No es obligatorio
Inscripción ante la Autoridad Administrativa del Trabajo	Obligatoria	No es obligatoria
Salario Mínimo Legal	Obligatorio el salario mínimo legal Guaraníes: 1.089.102	Obligatorio, mínimo del 40% del salario mínimo legal en efectivo Guaraníes: 435.640
Bonificación familiar	5% sobre el salario	No es obligatorio
Aguinaldo	Obligatorio	Obligatorio
Jornada máxima	8 horas	12 horas
Descanso diario	10 horas	12 horas de descanso absoluto, 10 para el sueño.
Descanso semanal	Son días de descanso obligatorio los domingos y feriados.	No tienen derecho al descanso semanal obligatorio ni días feriados.
Vacaciones	Hasta 5 años de antigüedad: 12 días Más de 5 y hasta 10 años: 18 días Más de 10 años: 30 días	Hasta 5 años de antigüedad: 12 días Más de 5 y hasta 10 años: 18 días Más de 10 años: 30 días
Horas extras	Se pagan por regla las horas extraordinarias, nocturnas y por días feriados, en base a una regla prescripta.	Se exceptúa el pago de horas extras.
Preaviso	Durante el primer año: 30 días Más de un año y hasta 5: 45 días Más de 5 y hasta 10 años: 60 días Más de 10 años de antigüedad: 90 días	Durante el primer año: 7 días Más de un año de antigüedad: 15 días

necesarias, invisibles, discriminadas

37

	Regla General	Trabajadora doméstica adulta (18 años en adelante)
Estabilidad Laboral	Se adquiere estabilidad laboral por antigüedad de 10 años de trabajo continuo al servicio del mismo empleador. En caso de despido después de los 10 años, se aplica la regla de la doble indemnización o reintegro.	No adquieren estabilidad laboral. No tienen derecho a la doble indemnización por despido luego de 10 años, ni derecho al reintegro.
Seguridad Social	Cubiertos contra todos los riesgos, todos los trabajadores del país, de uno u otro sexo, cualquiera sea la edad.	Cubiertas en los riesgos de accidente, enfermedad y maternidad, las trabajadoras domésticas que trabajen en Asunción.
Protecciones por causa de maternidad	Atención médica pre y post natal para las aseguradas. Protección contra el despido. Reposo por maternidad con cargo a la seguridad social. Descansos para lactancia.	Rigen las mismas protecciones.
Jubilación	Se reconoce la jubilación ordinaria, por invalidez por enfermedad común e invalidez por accidente del trabajo o enfermedad profesional, de acuerdo a reglas prescriptas.	No tienen derecho.
Inspección del Trabajo	Amplias facultades para la inspección.	Inspección restringida por la inviolabilidad del domicilio.

necesarias, invisibles, discriminadas

Observar as legislações que regulamentavam o emprego doméstico é importante quando queremos observar o tipo de exploração ao qual essas trabalhadoras eram submetidas de forma mais geral. A carência de leis não só agia como uma ausência de freios à exploração exercida por quem contratava esse tipo de trabalho, como também pode ser entendida como um reflexo da profunda desvalorização deste nos diferentes países. São presentes nas fontes as lutas das associações e sindicatos de empregadas domésticas, que sempre traziam em suas pautas reivindicatórias a questão do amparo legal. Então, não se pode afirmar que a questão ganhou pouco destaque por se tratar de uma categoria pouco politizada, ou que não fazia as devidas exigências (apesar de enfrentar sim muita dificuldade devido ao isolamento das trabalhadoras). Havia – e há ainda hoje – outras questões e outros interesses envolvidos. Ainda que as fontes não ofereçam informações sobre essas leis em todos os países de forma homogênea, elas oferecem, através da denúncia e problematização da condição das empregadas domésticas, uma noção de que o problema era semelhante, nesses anos, em todo Cone Sul.

2.2. Las “dueñas” de la casa ajena – condições de trabalho e histórias de vida

Cozinheiras, arrumadeiras, lavadeiras, diaristas, elas representam 32% da força de trabalho feminina. Que não têm limites no horário de trabalho, dormem num quarto de despejo, cortadas de seu meio social, sem entretanto pertencer àquele no qual vivem durante 6 dias por semana, e ganhando um salário arbitrário. Em São Paulo, elas são 300 mil; no Rio, 200 mil. Quantas serão pelo resto do Brasil? Qual a sua história?²⁹¹

Porque as pessoas acham que está bem, acham que está ali, está trabalhando, está bem. Acho que nem sempre é assim, né?²⁹²

²⁹¹ *Nós Mulheres*. São Paulo, nº 1, junho de 1976. Pg. 07.

²⁹² Depoimento de empregada doméstica, retirado de AZEREDO, Sandra Maria da Mata. Relações entre empregadas e patroas: reflexões sobre o feminismo em países multiraciais. In: COSTA, Albertina de Oliveira; BRUSCHINI, Cristina (orgs). *Rebeldia e submissão*. Estudos sobre condição feminina. São Paulo: Vértice / Revista dos Tribunais / Fundação Carlos Chagas, 1989. Pg. 216.

O artigo intitulado *Na casa dos outros*, do qual retiro a chamada reproduzida acima, foi extraído do primeiro número do jornal Nós Mulheres, de 1976, e aponta, através do depoimento de uma empregada doméstica, de sua história de vida, grande parte, ou quem sabe os mais centrais problemas das empregadas domésticas à época da publicação. A chamada da matéria, além de levantar as questões gerais da categoria, tenta também personificar essas trabalhadoras. São mulheres que têm uma família, uma vida pessoal, necessidades e aspirações e, devido à sua condição financeira, precisaram abrir mão de questões pessoais para garantir sua sobrevivência. Dessa forma, o periódico tenta mostrar que são mulheres, como todas as outras, essas que prestam um serviço tão importante e desvalorizado pela sociedade: o serviço doméstico.

Outro exemplo que pode ser dado no intuito de personificar a trabalhadora doméstica é a charge “Um dia na vida de Júlia”²⁹³, encontrada no nono número do Brasil Mulher, de 1977. Apesar da faxineira Júlia, descrita na charge, trabalhar em uma empresa e não em uma casa, e apesar também do texto frisar muito o fato de que ela precisa deixar os filhos pequenos sozinhos durante o dia (sem questionar que a criação dos filhos não seria responsabilidade só dela, mas também do pai), a dupla jornada de trabalho doméstico de Júlia chama muita atenção, assim como sua sujeição às horas extras, seu baixo salário e a desvalorização de seu trabalho como um todo. A descrição do dia a dia de empregadas domésticas, expondo suas condições e relações de trabalho, assim como depoimentos que falam não só do dia a dia, mas também de histórias de vida, das famílias deixadas para trás, das sujeições e privações, estão fortemente presentes nas publicações observadas. Podemos constatar uma preocupação em enfatizar os problemas referentes ao emprego doméstico como questões de classe, mas não apenas, e que carregam consigo alguns dos aspectos talvez mais agudos de subordinação das mulheres. Nesse sentido, essas descrições buscam sensibilizar para questões que vão além de números, seja do valor do salário ou do tempo da jornada de trabalho. Seria uma tentativa talvez de despertar empatia para a situação dessas mulheres, de fazer com que as/os leitoras/es dos periódicos se colocassem em seu lugar, o que hoje chamaríamos de “buscar o olhar do outro”, entendendo que esse seria um passo indispensável para um maior reconhecimento da sociedade em geral da importância do emprego doméstico.

²⁹³ Brasil Mulher. São Paulo, Ano 2, nº 9, outubro de 1977. Pg. 15.

No artigo chileno intitulado *Las 'dueñas' de la casa ajena*²⁹⁴, originalmente publicado no periódico *Yo, Mujer* nº 196 em 31 de julho de 1984, parte-se da história pessoal de uma mulher, Yolanda Cayuqueo, que veio do interior para a capital Santiago em busca de um bom emprego, mas só conseguiu trabalhar como empregada doméstica. Ao contar sua história, utilizando-se também de outro depoimento, a matéria vai levantando alguns dos principais problemas relacionados à profissão. Dentre estes problemas, podem-se citar três eixos centrais para o presente item desta segunda parte da dissertação:

a) *O tratamento designado às domésticas*, as quais, apesar de viverem dentro das casas com as famílias, não eram parte delas, dormindo em quartos de depósito e sem ventilação, muitas vezes sem ter permissão para sentar-se à mesa com a família nas refeições, ou mesmo sem poder comer o mesmo tipo de comida que a família comia. “Muitas de nós somos relegadas ao último canto da casa, temos que suportar maus tratos, injustiças trabalhistas e até ciúmes: pois geralmente as patroas não gostam que seus filhos afeiçoem-se por nós”²⁹⁵, comenta Silvia González, empregada doméstica. Nesse sentido citam-se ainda

b) *Os problemas com falta de privacidade e vida pessoal*: a saudade da sua família com a qual não pode mais conviver, seu círculo social reduzido e controlado e a falta de espaço para afetividade. Comentam-se também

c) *Os problemas com o trabalho em si*: a falta de especificidade sobre qual trabalho exatamente será executado, as cobranças por perfeição, a monotonia do trabalho repetitivo que ainda assim exige muita responsabilidade, em troca de um salário que é em média mais baixo do que o de qualquer outra categoria (apesar de que, nos diferentes países do Cone Sul, dados apontam que as empregadas da época correspondiam à categoria mais numerosa do país, e sem dúvida nenhuma a maior concentração do trabalho feminino).

A partir desses eixos, intercalando-os e dialogando com denúncias e histórias de vida apresentadas pelas fontes, busco aqui analisar como os feminismos do Cone Sul problematizaram o emprego doméstico no recorte da pesquisa. Como citado anteriormente, muitos depoimentos de empregadas eram utilizados para expor o tipo de exploração e humilhação que sofriam. Um trecho de um exemplo uruguaio, publicado em 1984, pode-nos ser ilustrativo, para começarmos pela questão do

²⁹⁴ Las “dueñas” de la casa ajena. *Especial – Mujer Illet*. Santiago do Chile, nº 13, setembro de 1984. Pg. 14.

²⁹⁵ Idem. Minha Tradução.

tratamento designado às domésticas. Quando questionada sobre sua situação na nova casa em que trabalhava, Mirtha responde

(...) Melhor do que na anterior, porque aquilo sim foi bravo. Era uma senhora terrível comigo. Sempre encontrava algo de mau e me fazia fazer de novo, o que fosse, uma limpeza, uma comida, o que fosse... Me fazia a vida impossível. Era uma maníaca com tudo e com todos. (...) ²⁹⁶

Na continuação do depoimento, Mirtha explica como a antiga patroa a obrigava a fazer frituras do lado de fora da casa, no frio que fizesse, sempre calçando apenas alpargatas para não arranhar o piso, e sempre pedindo que fizesse as frituras à noite, quando o frio era mais intenso.

A pesquisa de Zaíra Ary Farias, publicada em 1983 e citada no Especial – Mujer Ilet como referência bibliográfica sobre trabalho doméstico, em um recorte retirado do periódico feminista brasileiro Agora é que são elas ²⁹⁷, também traz esse tipo de depoimento

... eu acho assim humilhação, trabalho demais, esse tipo assim de sofrimento, sabe? Sem ter direito de sair, sem ter direito de falar com ninguém. (...) Que a empregada não tem direito de falar com ninguém, não tem direito de sair, trabalha que nem burro e ganha pouco. E isso é uma humilhação, gente. Eu acho que todo mundo tem o direito de viver melhor, trabalhar menos... ²⁹⁸

Esses depoimentos sobre as condições de trabalho e o dia-a-dia das empregadas domésticas são encontrados também no Mulherio, e os problemas relatados são muito semelhantes.

Costumamos ouvir que a doméstica faz parte da família onde trabalha, mas continua o desprezo e a discriminação, de que são sinais o pequeno quarto da empregada, a exigência de utilizarmos

²⁹⁶ Vida de una doméstica. Especial – Mujer Ilet. Santiago do Chile, nº 13, setembro de 1984. Pg. 35. Minha tradução.

²⁹⁷ Vidas paralelas. Feministas e patroas, o que fazer? Especial – Mujer Ilet. Santiago do Chile, nº 13, setembro de 1984. Pg. 13.

²⁹⁸ FARIAS, Z. Domesticidade... Op. Cit., 1983. Pg. 115-116.

apenas o elevador de serviço, comida diferenciada e apelidos humilhantes, além do contato constante com a sujeira.²⁹⁹

A empregada doméstica ainda é considerada como escrava. Trabalha de 12 a 15 horas diárias sem direitos regulamentados por lei.³⁰⁰

Há um boletim muito interessante produzido no Uruguai pelo CIEDUR (Centro Interdisciplinar de Estudos sobre o Desenvolvimento, Uruguai), citado aqui anteriormente, chamado Uruguay Hoy, que no final dos anos 1980 publicou uma série intitulada Mujer y Trabajo. O número 4 dessa série, que tem como autora a antropóloga feminista Susana Rostagnol, chama-se Las trabajadoras en el servicio doméstico³⁰¹. Esse boletim é muito útil à discussão aqui realizada. Ainda que não seja uma produção direta de um grupo feminista, a pesquisa que ele apresenta traz, de uma forma muito organizada, todas as questões elencadas pelos feminismos do Cone Sul nos anos anteriores, muitas vezes inclusive cobrindo algumas lacunas, apesar da limitação de se tratar apenas do Uruguai. Através de entrevistas em três cidades diferentes do país, a autora nos traz depoimentos das empregadas, que são interessantes porque, ao mesmo tempo em que confirmam as denúncias feitas pelos periódicos feministas, a respeito da exploração e exclusão a qual eram submetidas as domésticas, também traz depoimentos que, apesar de não amenizarem a questão, nos ajudam a observá-la por outros parâmetros.

Um ponto muito interessante, e central aqui, é o fato da autora interpretar a relação das empregadas com suas patroas como uma “via de mão dupla”, uma relação de co-dependência. Pensar dessa maneira ajuda a explicar relações paternalistas, ao mesmo tempo em que ameniza a vitimização dessas trabalhadoras. A autora inclusive ressalta alguns aspectos como as boas relações com ex-patroas³⁰² que ajudam ambos os lados, formando uma rede de comunicação e troca de favores.

Segundo o boletim, era característica marcante das empregadas que dormiam no serviço não ficar muito tempo no mesmo emprego, o que mostra não somente que a demanda por esse tipo de trabalho era maior que a oferta (elas não tinham muito problema para encontrar outro

²⁹⁹ Mulherio. São Paulo, Ano 5, nº 21, abr/mai/jun de 1985. Pg. 22.

³⁰⁰ Mulherio. São Paulo, Ano 5, nº 20, jan/fev de 1985. Pg. 15.

³⁰¹ ROSTAGNOL, S. Las trabajadoras... Op. Cit., 1988. Pg. 21-33.

³⁰² As relações entre empregadas e patroas serão tratadas com maior atenção no próximo item.

emprego), mas também que, mesmo não engajadas em associações ou sindicatos, as empregadas tinham suas estratégias para melhorar as condições de trabalho. A vontade de aumentar os salários ou os maus tratos no trabalho são as principais razões apontadas para o que a autora chama de *movilidad laboral*. Citam-se muitos casos em que se recebe menos, mas prefere-se trabalhar em uma casa onde seriam bem tratadas. Ou seja, o tratamento designado a elas no trabalho muitas vezes se mostra mais importante que questões salariais, ou que questões referentes às atividades desempenhadas por si só, o que é um ponto interessante para reflexão, podendo nos levar a refletir sobre questões como assédio moral e paternalismo no emprego, mas também sobre a carência afetiva de muitas dessas trabalhadoras.

Em nota boliviana publicada em 1984, *No nos respetan como personas humanas*³⁰³, a autora, Lucila Mejía de Morales, secretária executiva da Federação Nacional de Mulheres Campesinas da Bolívia “Bartolina Sisa”, toca num importante ponto ao reivindicar atenção à já citada *Ley Adela Zamudio*: “Nós como mulheres campesinas nos preocupamos com a situação da empregada doméstica, porque a maioria delas vem do campo para trabalhar. (...)”³⁰⁴ Em todo o Cone Sul, a relação do êxodo para a área urbana com o emprego doméstico aparece de maneira bem marcada. As diferenças percebidas entre os países estão relacionadas, principalmente, à etnia ou raça das populações que migram para trabalhar. As desigualdades étnicas e raciais pareciam encontrar no emprego doméstico, em todo o Cone Sul, um espaço para aparecer na forma de contrastes. É na interação com uma família estranha, com valores distintos dos seus, e numa situação subalterna, que essas mulheres migrantes³⁰⁵, que buscavam seu sustento no emprego doméstico, se encontravam. Essa questão surge para

³⁰³ Especial – *Mujer Ilet*, Santiago do Chile, nº 13, setembro de 1984. Pg. 05.

³⁰⁴ Idem. Minha tradução.

³⁰⁵ Há um texto muito interessante, de Christine Jacquet, em que ela observa as características das empregadas domésticas de Fortaleza vindas do interior do Ceará. Na pesquisa realizada, observa-se que a ida para o meio urbano é muito mais uma busca de liberdade e de “mudar de vida”, do que uma fuga da miséria ou tentativa de ajudar a família. Apesar da pesquisa ser relativamente recente, ainda de nossa década, é importante observar como ela foge das idéias clássicas de estruturas obrigando populações a se deslocarem, à migração, relacionando a questão com a estrutura sim, mas muito também com anseios pessoais. No geral é observado que o “mercado matrimonial” da capital teria mais a oferecer para as moças que o do interior, que além de diminuto é muito controlado pelo grupo familiar, que controla também o trabalho e o consumo da família de forma geral, assim como o “ir e vir” das moças, o que seria apontado por elas como causa central para saírem do campo. JACQUET, Christine. *Urbanização e emprego doméstico*. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. São Paulo: vol. 18, nº 52, fevereiro de 2003, ANPOCS.

pensarmos os problemas pessoais que essas trabalhadoras enfrentavam, principalmente as que dormiam no emprego.

Magdalena León teve um recorte de sua tese, *El servicio doméstico: trabajo de la mayoría de las mujeres em América Latina*, publicado no Especial – Mujer Ilet sobre emprego doméstico, de 1984. Nesse recorte há um subtítulo, *Servicio doméstico y dicotomia campo-cuidad*, no qual se observa o fenômeno do êxodo rural, principalmente de mulheres jovens e em países com processo de industrialização acelerado, em que o trabalho das jovens das famílias nas cidades, como empregadas domésticas, torna-se estratégia de sobrevivência para toda a família, pois muitas vezes essas jovens enviam parte ou todo o dinheiro que ganham para seus familiares no campo³⁰⁶. É marcante o fato de que, para os padrões do campo, os baixos salários das empregadas constituíam uma soma significativa, mesmo para uma família inteira. Um ponto muito pertinente para minhas observações aqui é a descrição de Magdalena León sobre o processo pelo qual passava essa mão de obra constituída por jovens camponesas, quando absorvida pelo trabalho doméstico na cidade.

A jovem mulher migrante, que se emprega no serviço doméstico, abandona seu lar para entrar em um “lar” substituto onde predomina a relação de trabalho, com fortes marcas de servidão e ausência quase absoluta de laços afetivos. A empregada doméstica começa a exercer um trabalho que, se bem remunerado, está altamente desvalorizado na sociedade. No processo de socialização que se dá uma vez integrada ao mercado urbano, o escasso valor do seu trabalho se torna equivalente ao de sua pessoa, chegando em muitos casos à negociação de si mesma.

Por outro lado, o lar substituto a isola de relações mais amplas e, em certa medida, a separa

³⁰⁶ As fontes trazem informações de que a relação entre migração e emprego doméstico não é exclusividade da América Latina. Em resenha do livro “Eu, a doméstica”, de Maria Arondo, o boletim Nosotras de Paris (Ano 2, nº 16-17-18, pg. 15) descreve a autobiografia da autora. Nesta consta sua trajetória da Espanha para a França motivada pela miséria, as precárias condições de trabalho que encontrou – longuíssimas jornadas, trabalho pesado e não especificado – e as dificuldades na convivência com a intimidade de uma família que não era a sua, de costumes distintos. Maria Arondo se envolve com a Juventude Operária Cristã (JOC), o que segundo o periódico resultaria em sua politização e olhar crítico sobre a própria condição, assim como a das demais empregadas domésticas. Nosotras. Paris, Ano 2, nº 16-17-18, abr/mai/jun de 1976. Pg. 15

da sociedade de consumo ao solucionar suas necessidades básicas e reduzir seu mundo social ao da família empregadora. Tal desvalorização social e isolamento, levam a empregada doméstica a um processo rápido e contraditório de transculturação no qual ela adquire os valores da classe social de seus empregadores, sem perder totalmente seus próprios valores de origem.³⁰⁷

A situação de isolamento à qual eram submetidas as empregadas *puertas adentro*, como refere-se a chilena Rosalba Todaro³⁰⁸, em 1982, àquelas que moravam na casa onde trabalhavam, tem relação com o afastamento de sua própria família e de seu círculo social, e com o tratamento que elas recebiam na casa onde trabalhavam. Em relatório levantado pela Associação das Empregadas do Rio, apresentado no IV Congresso Nacional da categoria, em 1981, encontramos informações partindo dos depoimentos das associadas. Sobre a menor trabalhadora, tema mais recorrente nos anos 1980, relata-se

Afastadas do seu meio natural e familiar, sem possibilidades de estudar como esperavam, são mais expostas que os adultos aos riscos da grande cidade: o desrespeito que sofrem nas famílias onde trabalham, com agressão moral e até física, a humilhação e a desconsideração da profissão; o choque das grandes desigualdades, ao verem a riqueza e o luxo das casas onde trabalham, os conflitos de valores morais e religiosos; a violência, o desespero, a prostituição.³⁰⁹

O trabalho de Susana Rostagnol, de 1988 e acima citado, chama a atenção para a busca, por parte dessas trabalhadoras, do “tratamento familiar”. Ou seja, bons seriam os patrões que as tratam como da família, que não marcam diferenças³¹⁰. Talvez essa postura tenha sido um desafio para as organizações de domésticas, que buscavam a profissionalização das empregadas, para conseguir concretizar formas de trabalho mais impessoais, nas quais a garantia de contratos e direitos

³⁰⁷ LEÓN, Magdalena. El servicio doméstico: trabajo de la mayoría de las mujeres en América Latina (extrato). *Especial – Mujer Ilet*. Santiago do Chile, nº 13, setembro de 1984. Pg. 08. Minha tradução.

³⁰⁸ TODARO, R. *El trabajo...* Op. Cit., 1982.

³⁰⁹ *Mulherio*. São Paulo, Ano I, nº 0, mar/abr de 1981. Pg. 02.

³¹⁰ ROSTAGNOL, S. *Las trabajadoras...* Op. Cit., 1988. Pg. 28.

fosse facilitada. Susana Rostagnol associa a falta de privacidade das domésticas com a falta de privacidade das donas de casa, mas eu penso que o isolamento das donas de casa pode ser relacionado também com o isolamento das domésticas. Claro que tanto em uma das relações quanto na outra, as donas de casa ainda saem em “vantagem”, se comparado com as empregadas *puertas adentro*, mas é uma relação que penso ser importante, porque nos remete aos problemas da desvalorização do trabalho doméstico de forma geral, do isolamento nos lares e da falta de compreensão dos membros da família de que a casa é também um espaço de trabalho.

Ainda sobre a questão da ausência de privacidade, Susana Rostagnol faz observações interessantes sobre os quartos das empregadas, na maioria das vezes espaços precários, sem luz ou ventilação adequadas, “guarda-tudo” da família. Ela observou que as empregadas, ao darem suas entrevistas, preferiam o espaço da cozinha, e que muitas vezes se identificavam mais com a cozinha do que com seu próprio quarto. Outras publicações também discutem a questão do quarto de empregada, como o Diário de Notícias, de onde se tirou o depoimento abaixo

Não agüento mais dormir no meio de jornais velhos, tábuas de passar roupa e garrafas vazias. A gente não pode nem respirar direito num quartinho desses, sem uma janela que preste. Andar então nem se fala. Entro no meu quarto e caio diretamente na cama. As roupas eu tenho que pendurar com pregos, atrás da porta.³¹¹

Susana Rostagnol aproveita a deixa para discutir a questão da identidade. Os pequenos quartos das empregadas não lhes permitiam acumular objetos, e compreendendo os objetos que juntamos no decorrer de nossas vidas como constituintes de nossas identidades, enxerga-se nesse sentido uma espécie de anulação da identidade dessas mulheres³¹², a qual ocorreria também através de outros fatores, como o reduzido círculo social.

³¹¹ As dependências incompletas de empregada. Diário de notícias. Rio de Janeiro, 12 de junho de 1973. Pg. 13. Apud SILVA, Suéli Bulhões da; TEIXEIRA, Sonia Beatriz Sodré. Um estudo junto à empregada doméstica do curso supletivo do Colégio Santo Inácio. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social), PUC RJ, 1973. Pg. 12.

³¹² ROSTAGNOL, S. Las trabajadoras... Op. Cit., 1988. Pg. 29.

A questão do círculo social, para a autora, é inclusive utilizada pelas famílias como estratégia para ter a empregada mais tempo disponível. Ela cita que nesse sentido, trabalhadoras migrantes³¹³ seriam mais requisitadas, por terem medo de sair muito de casa na cidade e conseqüentemente acabarem trabalhando mais³¹⁴. Quer dizer, se ela não tivesse para onde ir em seu dia livre, e ficasse em casa, acabaria fazendo um cafezinho ou cuidando das crianças caso precisassem sair. Um trabalho de conclusão de curso, defendido na PUC do Rio de Janeiro em 1973, sob o título Um estudo junto à empregada doméstica do curso supletivo do Colégio Santo Inácio que, apesar de alvo de inúmeras críticas, traz depoimentos muito interessantes, apresenta um depoimento nesse sentido: “Nós domésticas quando chegamos de nossas cidades, em geral não costumamos sair aos domingos, porque não conhecemos ninguém e por falta de experiência em fazer por si mesma o ambiente de lazer em horas de folga.”³¹⁵ Sobre a questão da privacidade, muito ligada ao problema do quarto, relatam-se casos extremos em que os pais colocavam a criança para dormir com a babá³¹⁶.

A partir desses casos acabei fazendo relações com uma conversa que tive no final de 2008, no verão, voltando de São Paulo em uma viagem de ônibus. Sentei ao lado da Patrícia, uma jovem que “trabalhava em casa de família”, segundo suas próprias palavras. Ela estava naquele momento trabalhando em uma casa para a qual foi indicada em São Paulo, porque queria fazer um curso de enfermagem lá³¹⁷, mas era carioca e trabalhou por muitos anos – ainda que fosse muito jovem – no Rio de Janeiro, geralmente em bairros como Leblon e Copacabana. Ela dormia nas casas em que trabalhava, e como estávamos conversando sobre a violência no Rio ela relatou o caso de uma menina que só dormia de mãos dadas com ela. Então ela fazia uma cama no chão, do lado da cama da menina, e quando ouviam barulhos de tiro, que segundo ela eram relativamente freqüentes, ela puxava a menina de cima da cama e a abraçava para protegê-la. Esse relato me marcou muito, porque Patrícia era muito bonita e extrovertida, e fiquei na época imaginando como ela lidava com algumas das questões de privacidade,

³¹³ A presença marcante de migrantes nesse tipo de emprego também é citada por SILVA, S. Um estudo... Op. Cit., 1973. Pg. 21.

³¹⁴ ROSTAGNOL, S. Las trabajadoras... Op. Cit., 1988. Pg. 24.

³¹⁵ SILVA, S. Um estudo... Op. Cit., 1973. Pg. 10.

³¹⁶ Idem.

³¹⁷ Um estudo junto à empregada doméstica do curso supletivo do Colégio Santo Inácio cita que a profissão de enfermeira era aspiração de grande número das alunas, constatando que a procura por cursos profissionais de auxiliar de enfermagem era grande.

dormindo todas as noites com a menina para ela se sentir protegida. Fiquei imaginando também se “dormir de mãos dadas com a minha filha” estaria acordado nas tarefas que Patrícia deveria desempenhar em troca de seu salário, quando foi contratada.

Ela relatou também um caso em que o patrão dela era violento com a esposa, e que em certo momento iria “sobrar pra ela” e então ela foi embora, apesar de gostar muito das crianças e saber que sentiriam sua falta, porque os pais eram muito ausentes. Esse relato me despertou um problema que as fontes quase não trazem, mas que devia e ainda deve aparecer com alguma frequência às empregadas domésticas, que é o de presenciar, e quem sabe por vezes participar, das brigas e de atos de violência doméstica, em famílias que não são suas. Nessas situações as ambigüidades de se viver em um lar que não é seu devem tornar-se ainda mais complexas. Tanto o trabalho quanto o emprego doméstico são questões com as quais convivemos em nosso dia a dia e, quando paramos para observar, comparando com relatos do passado como os dos periódicos analisados, podemos perceber sem dificuldades muitas permanências, ainda que por vezes com nova “roupagem”.

Uma outra questão que a longa conversa com Patrícia me despertou, é a falta de especificidade, de descrição de tarefas a serem realizadas, na hora em que se contrata(va) uma empregada. As fontes trazem essa questão, articulada com outros problemas que essas trabalhadoras encontravam em seu serviço. O jornal goiano Mariação, por exemplo, em matéria sobre violência no trabalho de 1981, articula através de uma entrevista com uma empregada doméstica, Maria Jailda, o choque das diferenças de padrão de vida, com a disponibilidade quase que irrestrita aos patrões, que resultava em jornadas de trabalho sem fim e nenhum respeito à privacidade da trabalhadora³¹⁸. A questão da jornada é muito marcante, e é reclamação geral em muitas das publicações sobre a situação das empregadas domésticas. A esse respeito Susana Rostagnol afirma: “(...) Neste trabalho ‘se compra’ a disponibilidade de uma pessoa e todo seu tempo, mais que um serviço.”³¹⁹

Outro ponto importante a ser considerado quando se pensa em serviço doméstico, é o esforço físico que esse tipo de trabalho demanda. Sem dúvida nenhuma é um problema também do trabalho doméstico³²⁰,

³¹⁸ Mariação, Goiânia, nº 1, 1981. Pg. 05.

³¹⁹ ROSTAGNOL, S. Las trabajadoras... Op. Cit., 1988. Pg. 21.

³²⁰ Danda Prado inclusive relata os resultados danosos à saúde de donas de casa devido ao trabalho doméstico, em PRADO, D. Ser Esposa... Op. Cit., 1979.

mas no serviço doméstico ele pode ser acentuado no caso de faxineiras diaristas, que são contratadas para realizar apenas os serviços mais pesados, ou em relatos como a de Elsa, que trabalhava limpando uma escola e, aos 50 anos, considerava o trabalho pesado demais para ela continuar, ainda que não se considerasse velha ou incapaz³²¹. Entretanto, o trabalho pesado, o esforço físico, segundo relatos das fontes, não parecia incomodar tanto as trabalhadoras quanto a falta de proteção legal, os horários sempre flexíveis (ainda que fosse comum combinar uma jornada de cerca de oito horas quando entravam no emprego, logo esta era desrespeitada), com a remuneração sempre fixa (a ponto de trocarem de emprego para poderem aumentar o salário), a imprecisão de tarefas a serem desempenhadas³²², e o tratamento que recebiam nas casas, descrito anteriormente. Os periódicos feministas, assim como a bibliografia, tendem a relacionar o mau tratamento que as trabalhadoras recebiam com o estigma social da profissão.

A pesquisa de Heleieth Saffioti, publicada em 1978 e supracitada, mostra alguns aspectos mais ou menos comuns da maior parte das empregadas domésticas. O baixo ou nulo nível de escolarização era um deles. Era comum que as empregadas com maiores níveis de instrução estivessem à procura de outro tipo de ocupação que, mesmo que correspondesse a uma remuneração menos significativa, acabava sendo uma profissão mais prestigiada³²³, como o trabalho de balconista ou algum trabalho manual em indústria, o que nos faz pensar no estigma social do emprego doméstico.

Susana Rostagnol também nos traz a informação de que “Para muitas mulheres, este é o primeiro emprego, e o consideram provisório. Ou seja, esperam mudar para um melhor emprego, ou esperam formar seu próprio lar para fazer o mesmo trabalho, mas em suas casas”³²⁴. Heleieth Saffioti observou inclusive como a grande maioria dessas trabalhadoras tinham uma visão tradicional de seu papel social e da divisão sexual do trabalho – identificada pela autora como a mística feminina (referência à obra de Betty Friedan³²⁵). Grande parte delas, principalmente as mais jovens, esperavam que assim que se casassem

³²¹ ROSTAGNOL, S. *Las trabajadoras...* Op. Cit., 1988. Pg. 21.

³²² *Ibidem*; SAFFIOTI, H. *Emprego doméstico...* Op. Cit., 1978; FARIAS, Z. *Domesticidade...* Op. Cit., 1983.

³²³ Referência semelhante pode ser encontrada em ROSTAGNOL, S. *Las trabajadoras...* Op. Cit., 1988. Pg. 32, quando se diz que “Todas as empregadas domésticas entrevistadas querem que seus filhos estudem. No caso das filhas, querem que estudem para que não tenham que trabalhar como empregadas domésticas.” Minha tradução.

³²⁴ ROSTAGNOL, S. *Las trabajadoras...* Op. Cit., 1988. Pg. 23. Minha tradução.

³²⁵ FRIEDAN, B. *A Mística...* Op. Cit., 1971.

poderiam deixar de ser empregadas domésticas para se dedicar exclusivamente ao cuidado do próprio lar. Entre as casadas esse tipo de ascensão social normalmente já teria sido desmistificado, uma vez que estas percebiam que com o casamento surgia a dupla jornada de trabalho (no caso das que não moravam anteriormente no emprego, a dupla jornada já existente se intensificava)³²⁶ e a necessidade de se ter uma ocupação remunerada permanecia. Também no Mulherio, vemos essa posição das trabalhadoras, essa vontade de mudar de emprego, como pode ser observado na legenda da imagem 30, de 1985.

Imagem 30



Se pudessem, as empregadas escolheriam outra profissão.

327

A partir dessa questão da desvalorização social, do estigma que essa profissão representava, de sua ligação com tradições servis de nossa cultura, vale trazer aqui duas notas publicadas no Mulherio, que levantam diferentes âmbitos, ou conseqüências, dessa desvalorização. Uma delas, da página 17 do número 16 do periódico, é intitulada “Dusek e as domésticas”, e fala da revolta das empregadas domésticas, inclusive com depoimento da Associação de São Paulo, por entenderem serem comparadas com prostitutas em letra de música do artista³²⁸.

³²⁶ Las empleadas domésticas también tienen doble jornada. In: ROSTAGNOL, S. Las trabajadoras... Op. Cit., 1988. Pg. 32.

³²⁷ Mulherio. São Paulo, ano 5, nº 21, 1985. Pg. 22. “Se pudessem, as empregadas escolheriam outra profissão.”

³²⁸ Há um vídeo da música, de 2006, em <http://www.youtube.com/watch?v=yewSaX0rxGw> Acesso em 04/08/2009. Reproduzo aqui a letra de “Doméstica”:
Foi trabalhar/ Recomendada pra dois gringos / Logo assim / Que chegou do interior / Era um casal / Tipo metido a granfino / Mas o salário / Era tipo, um horror...

Outra, da página 21 do número 9, relata a ação do grupo feminista SOS Mulher na cidade do Rio de Janeiro, que protestou em frente a uma delegacia, pois uma empregada doméstica, agredida pelo ex-marido de sua patroa, caiu da janela do terceiro andar do prédio, e além do culpado, um homem rico e poderoso, não ser intimado, a vítima ainda estava sendo coagida no hospital.

São notas relatando situações muito diferentes, mas que nos trazem reflexões a respeito do estigma da profissão. No primeiro caso, no continuar da nota, sua autora, Cynthia Sarti, problematiza a preocupação de diferenciação das domésticas com as prostitutas. É como se essas fossem as duas opções óbvias de sobrevivência para as mulheres pobres, mas as domésticas, apesar da marca de desvalorização do seu trabalho, ainda estariam *acima* das prostitutas, por serem trabalhadoras, por não viverem *no pecado*. Quer dizer, em uma situação de vida sem escolhas (porque a maior parte das empregadas domésticas admite que trocaria de profissão, se pudesse), elas ainda escolheram o correto, o mais difícil, o “trabalho”. Na nota, a autora identifica a letra da música mais como uma denúncia de uma situação que está explícita em todos os lugares, do que um ataque ou agressão à categoria. Um ponto que não foi questionado na publicação é o de que as prostitutas

A tal da madame, tinha mania / Esquisitona de bater / E baixava a porrada / Quando a coisa tava errada / Não queria nem saber...

Doméstica! / Ela era / Doméstica! / Sem carteira assinada

Só caía em cilada / Era empregada / Doméstica!...

Nunca notou / A quantidade de giletas / Não reparou / A mesa espelhada no salão / Não perguntou / O quê que era um papelote / Baixou "os home" / Ela entrou no camburão...

Na delegacia / Sua patroa americana ameaçou: / "Lembra que eu sou / Uma milionária, / Eu fungava, de gripada / Não seja otária, por favor"...

Doméstica! / Traficante disfarçada / De doméstica / Era manchete nos jornais / O casal lhe deu prá trás / Sujando brabo pra doméstica...

No presídio aprendeu / Com as companheiras / A se dar bem / A descolar, como ninguém / Ficou famosa / No ambiente carcerário / Como a mulata / Que nasceu pra ser alguém...

Pois não é que a / Doméstica! / Conseguiu uma prisão, doméstica / Saiu por bom comportamento / Mas jurou nesse momento / Vingar a raça das domésticas...

Então alguém / Lhe aconselhou logo de cara / "Dá um passeio / Vê se arranja um barão" /

Porque melhor / Que o interior ou que uma cela / É ter turista e faturar / No calçadão...

Até que um dia / Um BMW prateado buzinou / Era um louro alemão / Que lhe abriu a porta do carro / E lhe tacou um bofetão...

Doméstica! / Virou uma baronesa / Doméstica! / Mesmo com as taras do barão / Segurou a situação / Levando uma vida doméstica....

Realizada em sua mansão / Em Stutgard / Ouvindo Mozart e Beethoven de montão / Com um pivete / Mulatinho pela casa / Que era herdeiro / De olho azul como o barão...

Precisou de uma babá / Botou um anúncio / Bilíngüe no jornal / Seu mordomo abriu a porta / Uma loira meio brega / Uma yankee de quintal...

Doméstica! / Era a americana, de doméstica / A nêga deu uma gargalhada / Disse: / "Agora tô vingada / Tu vai ser minha / Doméstica"! ...

também têm uma profissão, de que também trabalham e que o preconceito e os problemas de sua profissão são problemas sociais, que dizem respeito a todas as pessoas.

Já a segunda nota envolve questões de classe e poder, que estão também muito ligadas à desvalorização do emprego doméstico. A não aceitação, por parte do Estado, de que tenham os mesmos direitos que trabalhadores CLTistas, as relações paternalistas, o morar na casa da família, *ser como se fosse da família* (mas não o é!), não ter seu próprio espaço... Tudo isso contribui para uma grande identificação com o trabalho servil de criadagem, de escravas/os domésticas/os ou servas/os arrendatárias/os do passado.

Como na questão da falta de legislação específica, que influi com muita força no valor do salário, as diferenças salariais entre trabalhadoras domésticas e trabalhadores³²⁹ domésticos (que representam uma porcentagem baixíssima da categoria, mas existem³³⁰) são um ponto para nossa reflexão. Pesquisa mostra que no Brasil os trabalhadores domésticos, nos anos 1990, ganhavam mais do que as trabalhadoras³³¹, principalmente por ocuparem funções melhor remuneradas, como a de motorista ou a de jardineiro. Dados semelhantes são encontrados em Rosalba Todaro³³² a respeito do Chile em 1982. O fato dessas funções, quando “masculinas”, serem melhor remuneradas, reflete a desvalorização do trabalho tradicionalmente feminino, e reforça a idéia de que as mulheres já *nascem* sabendo os afazeres domésticos (e portanto é algo naturalizado³³³), enquanto que o

³²⁹ Ruth Milkman, Ellen Reese e Benita Roth colocam que “Historicamente, e em alguns países da África e da Ásia contemporâneas, também se encontram muitos homens exercendo essa ocupação”. Entretanto, no mundo ocidental contemporâneo, a atribuição tanto do trabalho quanto do emprego doméstico como função feminina é fator muito marcante, sobre o qual até então não encontrei grandes controvérsias. MILKMAN, Ruth; REESE, Ellen; ROTH, Benita. A macrosociologia do trabalho doméstico remunerado. Revista Latinoamericana de Estudios del Trabajo. Gênero, Tecnologia e Trabalho. São Paulo: Ano 4, nº 7, 1998, Alast. Pg. 143-167.

³³⁰ Cristina Bruschini e Maria Rosa Lombardi indicam que em 1970 a quase totalidade de pessoas trabalhando no emprego doméstico era de mulheres, número que com o tempo diminuiu, mas não a níveis considerados muito significativos. Em 1997 as mulheres ainda representavam 93% da categoria no Brasil. BRUSCHINI, Cristina; LOMBARDI, Maria Rosa. A dupla face do trabalho feminino no Brasil: o emprego doméstico e as novas ocupações. Informe PED Mulher. Porto Alegre: Ano 9, Edição Especial, março de 2000. Pg. 31.

³³¹ MELO, Hildete Pereira; PESSANHA, Márcia Chamarelli; PARREIRAS, Luís Eduardo. Da cozinha para o mercado – a evolução dos rendimentos dos trabalhadores domésticos nos anos 90. Revista Gênero. Niterói: v. 2, nº 2, 2002. Pg. 50.

³³² TODARO, R. El trabajo... Op. Cit., 1982. Pg. 16.

³³³ Como referência recente comentando a naturalização de certas funções sociais aceitas como femininas, temos HENAUT, M. De la rueca... Op. Cit., 2001. Pg. 23-24.

trabalho de jardinagem ou o de motorista são vistos como uma profissão, o que exige aprendizado, especialização.

Todas essas questões, muito complicadas porque muitas vezes pessoais, muito mais permeadas por subjetividades do que as questões que envolvem trabalhadoras e trabalhadores de grandes empresas ou indústrias³³⁴, encaminham a discussão para as relações entre as empregadas e suas patroas, que em grande medida são as personagens que estruturavam e estruturam as relações trabalhistas no serviço doméstico.

2.3. Relações entre empregadas e patroas

“As empregadas domésticas geralmente estão entre as mulheres consideradas mais pobres do país. Possuem educação mínima, grande parte delas é migrante e sua cultura e etnia são aviltadas.”³³⁵ As observações gerais de Jurema Brites sobre as empregadas domésticas no Brasil parecem ser comuns ao Cone Sul, à América Latina e a diversos outros lugares do mundo. O interessante é que esses dados são geralmente expostos como algo externo, uma fatalidade inevitável, em um tipo de emprego com o qual as pessoas em geral convivem e são protagonistas todos os dias, seja dentro de suas casas ou nas de outras pessoas. Muito já foi escrito aqui sobre as relações entre empregadas e patroas, porque elas permeiam o emprego doméstico como um todo. As condições de trabalho, o dia-a-dia, a desvalorização, e mesmo as questões legislativas, que podem parecer mais distantes, são resultado dessa interação complexa e ambígua entre essas mulheres.

Muitos termos diferenciados são utilizados para explicar essas relações, conforme se observa as mesmas. *Complementaridade, troca, acordo mútuo, co-dependência*; ou *dominação, exploração, coerção, subordinação*. Fica realmente complicado tentar observar essas relações, nas fontes que utilizo e penso que em qualquer outra fonte, tentando pender somente para a idéia de co-dependência por exemplo, ou somente para a idéia de dominação. Todos esses aspectos se mostram presentes em grande parte dessas relações, e relações que já podem ser complexas em profissões mais “formais”, por assim dizer, são agravadas no emprego doméstico pela idéia de que “(...) não há relacionamento

³³⁴ TODARO, R. *El trabajo...* Op. Cit., 1982. Pg. 16-17.

³³⁵ BRITES, J. *Serviço doméstico...* Op. Cit., 2007. Pg. 282.

profissional entre empregada e patroa mas sim um relacionamento pessoal baseado em favores concedidos por ambas as partes.”³³⁶

Apesar do intuito dos feminismos de Segunda Onda em unir todas as mulheres por serem vítimas de uma subordinação comum, tanto os relatos das fontes como os de pesquisas mais recentes não mostram um “nós” nos depoimentos, seja de empregadas ou de patroas. O que aparece muito é o “ela”, ou o plural “elas”, que nos faz pensar o sentido de distanciamento, a alteridade nessas relações. E o fato de serem relações de gênero, intra-gênero, nas quais as relações de poder são muito marcadas, e também permeadas por questões de classe, raça e/ou etnia, de forma às vezes caricata pelos contrastes tão marcantes, pode nos ajudar a pensar essas relações, já complicadas pela intimidade e pela desprofissionalização. Quando observam-se as divisões das tarefas familiares, às quais de uma forma ou de outra a empregada participa, a questão da geração também fica muito marcada.

Ruth Milkman, Ellen Resse e Benita Roth, em 1998, chamam a atenção para a quantidade de estudos, nos Estados Unidos, que observam os “(...) modos como as interações entre empregadoras e empregadas são mediadas pelas desigualdades raciais, étnicas e de cidadania entre mulheres”³³⁷. Entretanto, acreditam que as questões de classe, no passado tão exaltadas, estejam sendo, nos últimos anos, quase sempre negligenciadas, dificultando análises consistentes em sociedades em que as marcas de classe vêm se aprofundando. A proposta das autoras foi observar por que a associação entre extinção do emprego doméstico e “modernização”, quer dizer, a defesa da idéia de que quanto mais desenvolvido o capitalismo, menor a taxa de emprego doméstico (até que este se extinguisse), o que elas chamam de “paradigma da teoria da modernização”, não se aplicava observando diferentes localidades, dentro dos EUA e fora, mesmo tomando como parâmetro de comparação nações ou regiões com o mesmo nível de desenvolvimento.

A partir dessa observação, e buscando dados de diferentes regiões, as pesquisadoras encontraram um fator presente em todas as localidades em que havia emprego doméstico em números significativos, ou que este estivesse em plena expansão: a distribuição de renda. Quer dizer, não seria o desenvolvimento ou a “modernização” que extinguiriam o emprego doméstico, e sim uma distribuição de renda equilibrada. O emprego doméstico só se torna viável em sociedades em que existem pessoas que tenham uma renda alta o suficiente para poder,

³³⁶ SILVA, S. Um estudo... Op. Cit., 1973. Pg. 32.

³³⁷ MILKMAN, R. A *macrossociologia*... Op. Cit., 1998. Pg. 144.

mesmo em condições precárias, “sustentar” outra pessoa para que ela execute os serviços domésticos em seu lar, sem penalizar muito a renda familiar total. Da mesma forma, a pessoa que executa o serviço no geral o faz por falta de outras opções, ou seja, a oferta de emprego e os problemas econômicos fazem com que se submetam ao emprego doméstico, apesar de sua desvalorização. Apenas localidades com ruins ou péssimas distribuições de renda e, portanto, com desigualdades econômicas marcantes, poderiam reproduzir tais fatores³³⁸. Dessa forma as autoras buscam enfatizar a importância do quesito classe para a manutenção e/ou expansão do emprego doméstico.

Suely Kofes, escrevendo no final dos anos 1980, em sua tese que foi publicada em 2001, também questiona o “paradigma da teoria da modernização”

Os pressupostos teóricos (baseados em modelos históricos particulares) sobre o processo de modernização e/ou de emancipação, levavam muitos a considerar que, quanto maior a presença de mulheres no setor “serviços domésticos”, mais estaria retardado o desenvolvimento tecnológico e industrial, bem como o horizonte político de relações igualitárias.

Ora, o desenvolvimento tecnológico e a profissionalização das mulheres podem ser processos simultâneos à manutenção (ou crescimento) da população feminina nos serviços domésticos (...)³³⁹

Além desses questionamentos, eu levantaria mais um, diretamente em resposta a uma proposição de Rosalba Todaro³⁴⁰, de 1982. Ela comenta a existência de um medo de desemprego devido a esse declínio do serviço doméstico que ocorreria com o desenvolvimento capitalista. Apesar de citar esse fato, sem defendê-lo, mas também sem refutá-lo, ela não parece perceber que um declínio do serviço doméstico pode ocorrer quando existem outros empregos disponíveis, que são preferíveis por não carregarem o estigma do emprego doméstico.

³³⁸ Como exemplo prático da associação feita, temos o senso de 1990 da Suécia, conhecida por sua excelente distribuição de renda, que registrou apenas duas domésticas empregadas em casas de família em todo o país! Ibidem. Pg. 154.

³³⁹ KOFES, Suely. Mulher, mulheres: identidade, diferença e desigualdade na relação entre patroas e empregadas domésticas. Campinas: Unicamp, 2001. Pg. 24.

³⁴⁰ TODARO, R. El trabajo... Op. Cit., 1982. Pg. 17.

Inúmeros depoimentos trazem essa questão, que seria preferível qualquer outro emprego, mas que as empregadas mantêm-se no emprego doméstico devido à falta de opções ou oportunidades. Ou seja, nessa lógica de desenvolvimento extinguindo o emprego doméstico, isso ocorreria por parte da mão-de-obra que se deslocaria para outros setores mais valorizados, e não por parte de empregadoras/es que contratariam menos e causariam desemprego conforme o capitalismo se desenvolvesse (essa última hipótese, aliás, não faz muito sentido). Nessa observação, também não se leva em conta que, apesar de grande parte dos depoimentos das trabalhadoras reproduzir a desvalorização do emprego doméstico ou colocá-lo como opção temporária, há alguns casos em que se escolhe sim essa profissão, contrariando as estatísticas e, conforme a hipótese, as tendências desenvolvimentistas.

Sobre as questões raciais, principalmente no Brasil, e étnicas, nos demais países do Cone Sul, os comentários mais explícitos das fontes parecem estar em artigos acadêmicos. Nos depoimentos essas questões se perdem um pouco em relatos mais gerais de exploração e humilhações.

Se toda relação empregador-empregado é por definição desigual, a relação patroa-doméstica – com suas seculares convenções de conduta, sua histórica associação com a escravidão no mundo inteiro, sua extraordinária acumulação de características feudais, e a tradição de a empregada ser não só de classe inferior como também uma mulher de origem rural, proveniente de um grupo étnico desprezado – oferece-nos um exemplo “puro” e extremo de uma relação de dominação no espaço do lar.³⁴¹

Apesar de que a idéia de dominação, em uma relação tão complexa e co-dependente como a das empregadas e suas empregadoras, possa e deva ser questionada, essa citação traz muitas

³⁴¹ ROLLINS, J. *Between women: domestics and their employers*. Filadélfia: Temple University Press, 1985. Pg. 08-09. Apud MILKMAN, R. *A macrossociologia...* Op. Cit., 1998. Gostaria de fazer uma pequena crítica à idéia de herança das sociedades escravocratas, que aparece também em outras autoras. Entendo que esse é um fator presente nas relações raciais, mas penso que se esquece um pouco de observar como o racismo e o preconceito étnico em geral se reinventam constantemente, não sendo um dado sócio-cultural transplantado do passado. Quer dizer, antes de pensar que o problema dessas relações esteja no passado, acho importante atentar para os meios que fazem com que tais preconceitos sejam renovados, se recriando, se mantendo atuais e estratificando as sociedades contemporâneas.

questões que se mostram presentes nas fontes, nos depoimentos e relatos sobre a vida e as condições de trabalho das empregadas domésticas. Nesse ponto é preciso pensar as ausências, como, por exemplo, nas publicações de feminismos que se declaram mais militantes, em contraponto a publicações de feminismos mais acadêmicos, para podermos entender melhor a distribuição dessas questões nas fontes. Em publicações mais militantes, mais panfletárias, são as questões de classe que marcam a condição da empregada doméstica. Seriam mulheres duplamente exploradas, duplamente subordinadas, porque mulheres e porque empobrecidas. Seu caminho deveria ser o de lutar contra a opressão das mulheres e pela libertação da classe trabalhadora. Em publicações mais acadêmicas, por outro lado, se observam as questões raciais, étnicas, as questões que envolvem a migração e as subjetividades que resultam de determinantes materiais, como a questão do quarto de empregada. Partindo disso, outro ponto percebido foi que em publicações acadêmicas, do Chile ou da Argentina, as questões étnicas, os problemas da migração e uma relação mais profunda entre trabalho doméstico e emprego doméstico são tratadas com mais propriedade que no Brasil, onde o emprego doméstico vinha sendo tratado majoritariamente como uma questão trabalhista, como um problema de falta de regulamentação, apesar de observações como esta, de Suely Kofes: “(...) durante a pesquisa, defrontei-me com uma associação forte entre a domesticidade, trabalho doméstico e escravidão, e entre a empregada doméstica – e apenas a empregada – e a negritude.”³⁴²

Nesse sentido, Sandra Maria da Mata Azeredo, em 1989, comenta

(...) a dificuldade de lidar com a questão da interseção de gênero e raça, a qual me parece fundamental para se entender as possibilidades do feminismo em sociedades multiraciais como o Brasil e os Estados Unidos. Esta interseção se expressa de forma exemplar nas relações entre empregadas e patroas, na medida em que as duas mulheres, responsáveis pelo serviço doméstico devido ao seu gênero, lidam com este serviço de forma diferente devido à posição que lhes é atribuída por sua raça. Estudos realizados sobre estas relações podem, portanto, lançar luz sobre a questão da diferença entre mulheres para o

³⁴² KOFES, S. Mulher, mulheres... Op. Cit., 2001. Pg. 21.

feminismo contemporâneo, especialmente porque tais estudos podem mostrar como raça é um fator de separação entre mulheres, seja nos Estados Unidos, onde há efetivamente segregação, seja no Brasil, onde existe o apelo à miscigenação³⁴³

O conceito de transversalidade, que segundo Elisabeth Souza-Lobo diz respeito aos cruzamentos que as trajetórias e as práticas feministas fazem com outros movimentos políticos³⁴⁴, pode ser encarado como uma lacuna, uma falta, apontada como um problema por estudiosas do tema. Se não era o caso de uma lacuna geral, porque a questão das mulheres ora ou outra era articulada com questões de classe ou raciais, era sem dúvida uma dificuldade se fazer interseções utilizando mais de duas categorias. Quer dizer, nos estudos observados trabalhava-se com mulheres (às vezes mulher) e classe, ou com mulheres e raça etc.

As questões étnicas e raciais, as diferenças culturais (que nessas relações sempre desqualificam a herança cultural das empregadas, não a das patroas), que são aspectos utilizados na segmentação da sociedade de forma hierárquica, estão presentes nas formas de diferenciação impostas às empregadas domésticas. O uniforme é citado como um ponto marcante de diferenciação. Ele funcionaria como identificador, teria a função clara de deixar explícito o papel que aquela pessoa desempenha na casa. Muitas das trabalhadoras reclamavam dos uniformes, principalmente quando precisavam sair de casa com eles. Na maior parte dos relatos, o fato de ser empregada doméstica não era motivo de orgulho, e sair de uniforme as obrigava, além de assumir a atividade que desempenhavam, se submeter às conseqüências do estigma da profissão na esfera pública. As defesas do uniforme vêm no sentido da higiene ou profissionalização, assim como a vantagem para a empregada que estaria “economizando roupa”. Mas há o depoimento de uma empregada que defende o uniforme, e que mostra que a questão pode ir além. Segundo ela, o uniforme seria importante para diferenciação sim, principalmente se a empregada fosse branca, como a patroa. Se a empregada fosse negra seria necessário, mas não tanto, mas se ela fosse branca, poderia ser confundida com a dona da casa ou uma filha, o que não seria certo, porque seu lugar deveria ficar claro.

³⁴³ AZEREDO, S. *Relações entre...* Op. Cit., 1989. Pg. 199.

³⁴⁴ SOUZA-LOBO, Elisabeth. *A classe operária tem dois sexos: trabalho, dominação e resistência*. São Paulo: Brasiliense / SMC, 1991. Pg. 267.

O uso do uniforme representa um estigma social de desprestígio, e é sentido desta forma pelas empregadas domésticas que não se permitem usá-lo, pois ele denuncia uma ocupação que não é aceita.³⁴⁵

‘Economizar roupa’, o argumento mais utilizado, por patroas e empregadas para o uso do uniforme, não parece ser mesmo o que fundamenta tal uso. O uniforme é, sim, fator de diferenciação. E exigir que a empregada o use, marca esta como diferente da patroa, porém isto é disfarçado num discurso ambivalente que apela para vantagens para a empregada (...) O uniforme é uma forma de controle da diferença, do impuro e, se retornamos ao discurso da empregada que defende o uso do uniforme, esta diferença está associada a uma diferença de raça. Esta mesma idéia de impureza é trazida para justificar a exigência do uso do elevador de serviço pela empregada.³⁴⁶

Como comentado acima, a obrigatoriedade da utilização do elevador de serviço é citada como outro fator de diferenciação. Nesse sentido, Sandra Maria da Mata Azeredo, escrevendo em 1989, também cita discursos de patroas amenizando a questão, dizendo que elas mesmas utilizavam o elevador de serviço quando carregavam compras, por exemplo. Mas a idéia de segregação, física e muito marcada, ligada ao elevador de serviço, é inquestionável. Ponto também apontado como de diferenciação, ou marca de subordinação das empregadas domésticas, é o costume geral de chamar a patroa de senhora³⁴⁷ (o que hoje talvez não seja mais tão comum).

O que se observa(va), de forma geral, nas relações entre empregadas e patroas é um jogo de identificações e diferenciações. Por mais que os artifícios de diferenciação sejam inúmeros e muito eficientes (e específicos conforme a cultura regional ou mesmo os costumes de cada família), as identificações entre essas mulheres, responsáveis pelos afazeres domésticos, estão sempre presentes, às vezes ao ponto de tomar feições de complementaridade entre uma e

³⁴⁵ SILVA, S. Um estudo... Op. Cit., 1973. Pg. 44.

³⁴⁶ AZEREDO, S. Relações entre... Op. Cit., 1989. Pg. 215.

³⁴⁷ Ibidem. Pg. 206 e ROSTAGNOL, S. Las trabajadoras... Op. Cit., 1988. Pg. 23.

outra, como se a empregada doméstica fosse uma extensão da dona de casa³⁴⁸.

(...) Ainda quando sempre denunciando as diferenciações, todas as empregadas mostraram algum nível de identificação com suas patroas, o que as colocava em uma situação de ligação estreita com elas. Quase todas as empregadas se referiram a suas patroas como amigas e como se sentindo tratadas como pessoas da família por elas.³⁴⁹

Nesse sentido de identificação, é interessante citar novamente Rosalba Todaro³⁵⁰, em 1982, quando aponta como o bom desempenho da empregada era encarado como bom desempenho da patroa, porque a última continuava sendo a responsável pelo bom andamento da casa, a responsável pela administração doméstica. Então a relação com a empregada, desde a escolha na hora da contratação até a garantia de que o serviço fosse bem desempenhado, seria responsabilidade da dona de casa. Buscando também as identificações, Susana Rostagnol lembra, em 1988, que se tratavam de duas mulheres de classes sociais diferentes, mas não necessariamente antagônicas, e que ambas compartilhariam a subordinação de gênero³⁵¹. Mas nesse jogo em que a esfera do trabalho se confundia com a afetiva, conflitos também eram constantes e inevitáveis. A relação das empregadas com as crianças da casa, filhas da patroa, é citada como fator de conflito, causador de ciúmes por parte das empregadoras. Em muitos casos as patroas não gostavam que as empregadas ou babás tivessem relações muito próximas com as crianças³⁵², o que seria uma exigência complicada considerando a intimidade que esse tipo de trabalho pressupõe.

E a questão da intimidade, por vezes citada, pode ser apontada como o principal complicador de toda essa relação, ou como um catalisador das possibilidades de exploração exacerbada do trabalho das empregadas.

³⁴⁸ Essa idéia de “extensão da dona de casa” também pode ser encarada como um reforço na perda da identidade dessas mulheres trabalhadoras. Se é possível discutir questões de identidade das donas de casa, que vivem para as suas famílias e não para si mesmas, quais discussões as vidas de mulheres que vivem para as famílias de outras pessoas podem suscitar?

³⁴⁹ AZEREDO, S. *Relações entre...* Op. Cit., 1989. Pg. 216.

³⁵⁰ TODARO, R. *El trabajo...* Op. Cit., 1982.

³⁵¹ ROSTAGNOL, S. *Las trabajadoras...* Op. Cit., 1988. Pg. 23.

³⁵² TODARO, R. *El trabajo...* Op. Cit., 1982.

O que torna o trabalho doméstico, como ocupação, mais explorador do que outras atividades comparáveis é justamente o elemento que o singulariza: a relação pessoal entre patroa e empregada. O que poderia ser visto como base de um vínculo de trabalho mais humano, menos alienante, dá margem a um nível de exploração psicológica desconhecido em outras ocupações.³⁵³

Também sobre a questão da intimidade, Sandra Maria da Mata Azeredo, em 1989, observa a postura de empregadoras a respeito do décimo terceiro salário das empregadas, criticando estudos sobre o tema que não estivessem dando a devida atenção às questões íntimas e paternalistas, e chamando a atenção para os significados que os gestos cotidianos de empregadas e patroas podem ter se observados de forma conjunta e num plano mais geral.

(...) Chamar o décimo terceiro salário de “uns trocados”, ou de “presente”, ou de “surpresa” não pode ser considerado como uma discrepância, que é fonte de dificuldade do estudo, mas sim como uma discrepância que faz sentido na forma como se estabelecem relações no sistema social em que ela ocorre.³⁵⁴

No intuito de observar aspectos mais gerais, de observar o macro, mesmo que partindo do micro, ou seja, de entrevistas específicas, Suely Kofes conclui que a relação entre empregadas e patroas (e as famílias empregadoras) “(...) revela como ela concentra sobremaneira alguns dos sentidos do tipo de dominação (...) que marcam as relações de desigualdade na sociedade brasileira.”³⁵⁵ É algo semelhante à idéia de Jurema Brites de que o serviço doméstico poderia ser uma espécie de “termômetro” das estruturas das relações de classe no Brasil³⁵⁶, ainda que possamos admitir que esse “termômetro” possa ser utilizado para observar outras relações também, como as raciais.

³⁵³ MILKMAN, R. *A macrossociologia...* Op. Cit., 1998. Pg. 156.

³⁵⁴ AZEREDO, S. *Relações entre...* Op. Cit., 1989. Pg. 205.

³⁵⁵ KOFES, S. *Mulher, mulheres...* Op. Cit., 2001. Pg. 28.

³⁵⁶ BRITES, J. *Serviço doméstico...* Op. Cit., 2007. Pg. 282.

Zaíra Ary Farias, na década de 1980, chama a atenção para a importância que a discussão sobre o emprego doméstico ganha na década de 1970, a qual com certeza não morre nessa década. Devido às péssimas condições de trabalho e aos baixos salários, muitas trabalhadoras preferiam trabalhar nas fábricas (por mais que nestas as condições e os salários estivessem longe de ser ideais), e o emprego doméstico vinha ganhando cada vez mais características de emprego temporário, ou então era aceito apenas em último caso³⁵⁷. Nessas condições, preocupações com a extinção e o encarecimento desse tipo de emprego, tomando como exemplo os países desenvolvidos, ganham espaço, como acima já comentado, e é uma questão comumente encontrada nos depoimentos das patroas, na pesquisa realizada pela autora.

Outro ponto que Zaíra Ary Farias levanta para demonstrar a crescente preocupação social com o emprego doméstico, que se refletia principalmente nas patroas e nas suas relações com suas empregadas, é o surgimento de um curso profissionalizante para empregadas domésticas do governo, o qual seria estendido através da rede escolar do MOBREAL³⁵⁸ (Movimento Brasileiro de Alfabetização).

O objetivo desse curso seria “(...) integrar social e economicamente a empregada doméstica no mercado de trabalho brasileiro, de acordo com as necessidades desse mercado.”³⁵⁹ Da parte do material do aluno, a autora retira algumas afirmações

Profissão é uma atividade ou ocupação especializada através da qual uma pessoa *se realiza* e pode manter economicamente a si e aos seus dependentes.(...) O trabalho das donas de casa, lixeiros, médicos, professores, artistas e demais profissionais *permite uma vida melhor*, trazendo o progresso e o desenvolvimento. (...) Se todos fossem médicos, seria necessário que alguns

³⁵⁷ Essa característica é também citada por SAFFIOTI, H. Emprego doméstico... Op. Cit., 1978.

³⁵⁸ O Movimento Brasileiro de Alfabetização, mais conhecido por sua sigla MOBREAL, foi um projeto mantido pelo Governo Federal durante o regime militar. Criado pela Lei número 5.379, de 15 de dezembro de 1967, este propunha a alfabetização funcional de jovens e adultos, visando "conduzir a pessoa humana (sic) a adquirir técnicas de leitura, escrita e cálculo como meio de integrá-la a sua comunidade, permitindo melhores condições de vida". No entanto, o MOBREAL se limitou a alfabetizar de maneira funcional, não oferecendo uma formação mais abrangente, que capacitasse ao verdadeiro exercício da cidadania. Durante anos, jovens e adultos freqüentaram as aulas do MOBREAL, sem atingir um nível aceitável de alfabetização. Texto disponível em <http://pt.wikipedia.org/wiki/MOBRAL>. Acesso em 24/09/2007.

³⁵⁹ FARIAS, Z. Domesticidade... Op. Cit., 1983. Pg. 17

resolvessem recolher o lixo das ruas... (...) E as profissões igualam os homens, na medida em que todos realizam um trabalho para *o bem comum*.³⁶⁰

Assim, podemos perceber como o discurso desenvolvimentista³⁶¹ vem se preocupar com a categoria das empregadas domésticas, e como a tentativa de amenizar (ao menos ao olhar das empregadas) o estigma social que esse trabalho representa se torna importante. Parece ser uma tentativa das classes favorecidas em fazer estas trabalhadoras “entenderem qual é o seu lugar”, de uma maneira que pode ser encarada como paternalista. O paternalismo³⁶², aliás, é característica presente nas relações entre patroas e empregadas, mas este, segundo alguns dos depoimentos, não parece amenizar ou camuflar com eficiência o trabalho pesado, as longuíssimas jornadas, a violência implícita e explícita, as humilhações e a falta de liberdade pessoal, em especial para as trabalhadoras domésticas que viviam nas casas onde trabalhavam³⁶³. Estas relatam inúmeras dificuldades por morar nas casas dos outros, desde violências verbais e não verbais, até fome e enclausuramento³⁶⁴. Partindo das empregadoras, são listadas inúmeras vantagens nesse tipo de emprego: “elas não ficam sozinhas, têm uma *família*; têm quem as leve ao médico quando ficam doentes; *comem o que a gente come*; com

³⁶⁰ Idem. Grifos da autora.

³⁶¹ Suely Kofes observa em apostilas de cursos destinados às empregadas domésticas, preocupações com a corporalidade, num sentido que ela interpreta como o de retirar a feminilidade do corpo da empregada, sendo que essa característica seria reservada à patroa. Assim, unhas curtas, cabelos presos, roupas sem decote e a proibição do uso de perfume, que se mostram como recomendações higienistas ou profissionalizantes, seriam também formas de reservar o “direito à feminilidade” (ao menos num sentido mais marcado) à patroa. KOFES, S. *Mulher, mulheres...* Op. Cit., 2001. Pg. 35.

³⁶² Sônia Beatriz Sodré Teixeira e Sueli Bulhões da Silva, ao explicar a necessidade de padrões não usarem do paternalismo para com as empregadas, para que a valorização geral do emprego doméstico seja possível, definem a atitude paternalista como a “de se sentir responsável pelo bem-estar da empregada doméstica, em troca de submissão e obediência”. SILVA, S. *Um estudo...* Op. Cit., 1973. Pg. 45-46. Já segundo Suely Kofes, o paternalismo se caracteriza “como tendo de próprio a falta de fronteira clara, no pólo forte da relação, entre autoridade social e vontade pessoal, esta última sendo um conjunto mais ou menos contraditória de desejos inadmissíveis, de cegueira e de justificações infundadas; nela a situação do inferior ganharia outra dimensão. Pois a integração social deste se faria pela subordinação direta às confusões afetivas - que fazem autoridade e seria ingratidão não respeitar - da parte superior. (...) Alguma coisa do gênero, talvez, do que é hoje a situação da empregada doméstica.” SCHWARTZ, Roberto. *Ao vencedor as batatas*. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1981. Pg. 103 Apud KOFES, S. *Mulher, mulheres...* Op. Cit., 2001. Pg. 27-28.

³⁶³ Existem relatos mais recentes, de trabalhadoras que não moravam nas casas onde trabalhavam, que admitem o paternalismo como uma vantagem desse tipo de emprego, que faria valer a pena as desvantagens. BRITES, J. *Serviço doméstico...* Op. Cit., 2007. Pg. 283.

³⁶⁴ FARIAS, Z. *Domesticidade...* Op. Cit., 1983. Pg. 28-34.

o que elas ganham, *como pagariam para morar?*”³⁶⁵ Falam como se o salário e as condições de trabalho das empregadas fossem definidos por fatores externos, e não por elas, as contratantes.

Os preconceitos de classe são presentes, e mais agudos em algumas donas de casa: “...para você ver como são as empregadas hoje (...) elas são todas desse jeito, ninguém pode confiar, são umas ladras.”³⁶⁶ E o comportamento marcadamente submisso se mostra como uma exigência óbvia, a pessoas “nessa condição”: “Prefiro um tipo que não existe mais: é a *empregada humilde* (...) como eu fui acostumada na casa dos meus pais no interior. Eu também já tive boas empregadas, mas, sempre assim... hoje elas são petulantes, rebeldes, tudo que a gente faz elas querem fazer também...”³⁶⁷ Entretanto, pode-se observar que as queixas não são de forma alguma unilaterais

Eu acho muito importante ´vez a senhora mesma com essa pesquisa tá sabendo muitas coisas que a empregada passa, né? (...) porque tem muitas patroas que aproveita muito d´uma empregada... que trabalha de 6 da manhã às 10 da noite, né? (...) é umas que não tem consciência, ela aproveita bastante... até esgotar aquela empregada, não dá nem pra ela e nem pra outra (patroa). (sic)

... eu acho assim humilhação, trabalho demais, esse tipo assim de sofrimento, sabe? Sem ter direito de sair, sem ter direito de falar com ninguém. (...) Que a empregada não tem direito de falar com ninguém, não tem direito de sair, trabalha que nem burro e ganha pouco. E isso é uma humilhação, gente. Eu acho que todo mundo tem o direito de viver melhor, trabalhar menos...³⁶⁸

O artigo “Procura-se uma esposa”, de 1977, do Nós Mulheres, tem um pequeno trecho que vale ser citado aqui, para observarmos um fator indispensável à existência do emprego doméstico: “(...) É claro que cabe à minha esposa procurar alguém que cuide das crianças enquanto ela está no trabalho (...)”³⁶⁹. Aí se levanta uma questão não tratada pelo

³⁶⁵ Ibidem. Pg. 59. Grifos da autora.

³⁶⁶ Ibidem. Pg. 115.

³⁶⁷ Ibidem. Pg. 114.

³⁶⁸ Ibidem. Pg. 115-116.

³⁶⁹ Nós Mulheres. São Paulo, nº 4, março/abril de 1977. Pg. 05.

artigo “Na casa dos outros”, também do Nós Mulheres e supracitado, que centra a empregada doméstica como protagonista, pouco falando sobre sua empregadora. O fato é que, como comentado de forma sucinta anteriormente aqui, se as mulheres saem de casa para trabalhar ou estudar, é responsabilidade delas, e só delas, garantir que sejam substituídas em seu trabalho em casa. E elas são substituídas, via de regra, por outras mulheres, de classes sociais inferiores. Essa distinção de classe entre as mulheres – o que não exclui as obrigações domésticas de uma ou de outra, só onera o trabalho das mais pobres – é abordada pelo Nós Mulheres em seu primeiro editorial: “(...) Mas, entre as próprias donas de casa, persistem diferenças. Existem aquelas que não são obrigadas a passar o dia inteiro fazendo o trabalho de casa porque têm dinheiro para contratar alguém que faça este serviço por elas. (...)”³⁷⁰. Zaíra Ary Farias, em 1983, nos traz depoimentos coletados entre as patroas das empregadas domésticas, que chamam a atenção tanto para a desvalorização desse tipo de trabalho quanto para o peso da responsabilidade que este exerce sobre elas

Ser dona de casa cansa, todo dia a mesma coisa, *não produz* nada.

O serviço doméstico é uma rotina que não satisfaz e bitola muito a vida da mulher... a *mulher que trabalha* tem horizontes mais largos.

Esse negócio de ficar trabalhando só dentro de casa, além de ser *cansativo*... é tão *desvalorizado*... tenho vergonha de dizer que não trabalho.

Uma mulher que se ligar só com problemas de dentro de casa, *satura*, não é uma boa, não. Devia ter pelo menos um expediente fora. Eu, pelo menos, tenho muita vontade, ainda não fiz porque não arranjei e porque não encontrei uma boa pessoa para tomar conta de minha casa, que se responsabilize, se eu encontrasse eu saía, tenho muita vontade mesmo.³⁷¹

Nos depoimentos, podemos ver como mulheres responsáveis pelo trabalho doméstico não só reconhecem sua desvalorização, como a

³⁷⁰ Editorial Nós Mulheres. São Paulo, nº 1, junho de 1976. Pg. 01.

³⁷¹ FARIAS, Z. Domesticidade... Op. Cit., 1983. Pg. 84. Grifos da autora.

reproduzem: *é cansativo, vergonhoso, satura, bitola, não produz nada, não é trabalho*. E no último depoimento em especial podemos perceber o peso da responsabilidade do lar sobre a mulher que, mesmo querendo sair do ambiente doméstico, não pode fazê-lo por não encontrar uma *pessoa boa* para substituí-la³⁷².

O que ocorre, nesses casos, é uma transferência das responsabilidades domésticas de uma mulher à outra, sendo que a primeira, a dona da casa, nunca perde a responsabilidade da supervisão, a obrigação de fazer com que as redes de substituição de seu trabalho sejam infalíveis. É exatamente disso que trata Suely Gomes Costa³⁷³, escrevendo em 2002, quando define essa transferência de responsabilidades através do conceito de *maternidade transferida*. Ela comenta: “Para o exercício de atividades fora do espaço doméstico, é trivial que as mulheres precisem delegar tarefas da administração de suas casas a outras mulheres.”³⁷⁴ Ela explica que essa transferência se faz necessária devido à ausência de sistemas sociais protecionistas de apoio, que substituam as obrigações domésticas da mulher e possibilitem suas *saídas de casa*. Um exemplo concreto desse tipo de sistema são as creches, ou lavanderias e restaurantes populares. O fato é que essa solução através da transferência de responsabilidades têm efeitos marcantes na vida das mulheres, empregadas e empregadoras; com efeitos mais nefastos nas vidas das primeiras. Exemplo no comentário de Jurema Brites, retirado de publicação recente

(...) A organização doméstica e familiar das patroas, assim como as possibilidades de promoção e prestígio social delas enquanto mulheres e de sua família como um todo, apóiam-se na divisão de tarefas com *outra mulher* (em geral fora de sua parentela) que possui outros parâmetros de composição e representação familiar, de relação homem / mulher, mãe / filhos que acabam por ajustar-se complementarmente às primeiras, mas de forma estratificada, pois as empregadas, além de não possuírem as mesmas chances de promoção social para si e seu grupo, possuem padrões

³⁷² “Significativamente, para a maioria das patroas (e empregadas), o que melhor caracteriza uma boa empregada é ser ‘de confiança’.” AZEREDO, S. *Relações entre...* Op. Cit., 1989. Pg. 217.

³⁷³ COSTA, S. *Proteção social...* Op. Cit., 2002. Pg. 301-309.

³⁷⁴ Idem.

familiares constantemente criticados e vilipendiados pela ideologia dominante das classes médias e repercutem nos órgãos de controle social como a escola, o sistema jurídico e médico.³⁷⁵

Suely Gomes Costa também fala sobre a forma como essa transferência de responsabilidades “atualiza desigualdades seculares nos acessos das mulheres a direitos sociais”. Zaíra Ary Farias já levantara essa discussão anos antes, e ainda acrescenta que o emprego doméstico provoca uma espécie de “estabilidade na pobreza”, uma vez que a ascensão social das mulheres envolvidas nesse tipo de emprego é praticamente nula, devido às características do emprego e seus baixos salários (à época de sua pesquisa os salários de empregadas domésticas variavam entre 50 e 60% do salário mínimo vigente). Assim sendo, as próprias reivindicações feministas de sair da esfera privada, do ambiente doméstico, e ingressar no mercado de trabalho, são limitadas a certas classes específicas. Para a maior parte das mulheres que trabalha fora, o que se apresenta é uma dupla jornada de trabalho que, no caso das domésticas – e babás, lavadeiras, passadeiras, diaristas etc. – se restringe aos afazeres domésticos, em suas casas e nas casas das/os outras/os.

Podemos pensar então nas extensas críticas feitas a uma das mais importantes bandeiras de luta dos feminismos de Segunda Onda, que seria a inserção das mulheres no mercado de trabalho. Quais mulheres ainda não estavam inseridas no mercado de trabalho? Quais profissões eram ocupadas por essas “novas” trabalhadoras? Essa inserção ocorria através de transformações profundas nas “relações entre os sexos”, utilizando um termo de seu tempo, ou através da exploração do trabalho de outras mulheres? Segundo Suely Kofes, em sua tese de 1990

Não são muitos (...) os estudos sobre o trabalho doméstico assalariado no Brasil. Os que existem surgiram com as pesquisas motivadas pelas questões relativas à situação da mulher, graças ao foco da perspectiva feminista, realizados a partir de 1970. Todos eles, de uma maneira ou de outra, salientam que a “liberação” de muitas mulheres no Brasil se faria sobre a subordinação de outras mulheres.³⁷⁶

³⁷⁵ BRITES, J. *Serviço doméstico...* Op. Cit., 2007. Pg. 287.

³⁷⁶ KOFES, S. *Mulher, mulheres...* Op. Cit., 2001. Pg. 54.

Rosalba Todaro, em 1982, escreve que em países onde o emprego doméstico não era tão comum ou barato quanto na América Latina, o número de mulheres com alto grau de instrução no mercado de trabalho era menor. Quer dizer, a libertação das mulheres *do sul* estaria ocorrendo às custas do serviço doméstico? Qual libertação e quais mulheres seriam essas?³⁷⁷ É uma questão difícil de responder, porque pouco se falou e fala a respeito. Afinal, de que forma lidavam (e lidam) as patroas feministas com essas situações?

Há duas imagens retiradas do periódico Especial – Mujer Ilet sobre emprego doméstico, uma do Brasil e uma do Uruguai, ambas de 1984, que penso discutirem a questão com certa propriedade, cada uma a sua maneira. Na imagem 31, originalmente publicada no periódico brasileiro Agora é que são elas, um texto vai formando uma espécie de vórtice ou caracol, que envolve uma mulher em posição de desespero. Reproduzo o texto aqui, por entender que além de tratar de uma questão que é pouco comentada nos periódicos feministas consultados³⁷⁸ (como uma feminista, que depende da empregada doméstica para se manter na esfera pública, pode lidar com essa situação de forma ética, admitindo-se que o emprego doméstico é um dos principais exemplos de desvalorização social do trabalho feminino?), esse recorte também levanta outras questões, principalmente sobre a legislação, as condições de trabalho e relações entre patroa e empregada.³⁷⁹

³⁷⁷ TODARO, R. El trabajo... Op. Cit., 1982.

³⁷⁸ Posso citar como exemplo de periódicos consultados, os brasileiros Brasil Mulher, Nós Mulheres e Mulherio, e não completos, apenas alguns números, dos argentinos Brujas e Persona, do uruguaio Cotidiano Mujer, dos paraguaios La Micrófona e Revista Mujer, e outro boletim feminista internacional, publicado no Chile, o ISIS.

³⁷⁹ No final do recorte são indicadas três referências bibliográficas brasileiras sobre a questão do emprego doméstico feminino: Emprego doméstico e capitalismo e Domesticidade: cativo feminino?, ambas aqui utilizadas; e Visões do mundo da empregada doméstica, de Alda Brito de Motta, publicada em Salvador em 1977.

assinada? O salário de sua empregada representa que proporção de sua renda familiar? Como se dá o reajuste do salário de sua empregada? Este reajuste se dá cada vez que o seu é aumentado? O que você sabe sobre a vida afetiva e sexual da sua empregada? Existe competição entre você e sua empregada? Você implica com ela? Você discute sobre contracepção com sua empregada? Você não acha que discutindo contracepção com ela você teria evitado alguns abortos? O quarto de sua empregada é também um guarda-tudo?³⁸¹

Já a imagem 32 nos traz uma charge que, de tão semelhante a situações que presenciamos em nosso dia a dia, mesmo que de forma exagerada, não pode deixar de ser engraçada. Nela, retrata-se uma patroa literalmente sentada nas costas de uma empregada, falando ao telefone, e dizendo “Eu não posso ir à *yoga*, Gorda, vou ao analista. Acredito que tenho sentimentos de culpa.”³⁸²

Mesmo que a patroa da charge não seja indicada como feminista, não há nada na figura que diga o contrário, e penso que as críticas às patroas feministas sejam muito no sentido em que a charge apresenta, no problema da culpa mas na manutenção da questão.

Sandra Maria da Mata Azeredo, em 1989, levanta a questão das patroas feministas, citando os trabalhos de autoras estrangeiras que fizeram pesquisa no Brasil. Helen Ostrander, em 1987 e resenhando o livro de Judith Rollins, comenta que

(...) o uso de empregadas por outras mulheres esteja em oposição fundamental a um feminismo que vá além de uma agenda liberal de igual oportunidade, para as mulheres buscarem um fim a todas as formas de desigualdade institucionalizada. Sendo assim, como as patroas que se identificam como feministas justificam o uso de empregadas? A relação entre empregada e patroa na qual uma ou ambas as mulheres se definem como feministas é diferente de relações

³⁸¹ Vidas paralelas. Feministas e patroas, o que fazer? Especial – Mujer Ilet. Santiago do Chile, nº 13, setembro de 1984. Pg. 13.

³⁸² Minha tradução.

em que nenhuma das duas se identifica como tal?³⁸³

Imagem 32

URUGUAY

CONVICCION

ABRIL-1984



384

Outra citação utilizada pela autora, esta de 1980, de uma brasileira que no momento em que escreveu o artigo vivia em Amsterdã³⁸⁵, também problematiza a questão

³⁸³ OSTRANDER, Heles. Women using other women. Contemporary Sociology. 16(1), jun. 1987. Pg. 52. Apud AZEREDO, S. *Relações entre...* Op. Cit., 1989.

³⁸⁴ Especial – Mujer Ilet. Santiago do Chile, nº 13, setembro de 1984. Pg. 35.

³⁸⁵ Informação em http://lap.sagepub.com/cgi/pdf_extract/7/1/35 Acesso em 07/07/2009.

Porque este tipo de trabalho tem sido considerado mais ou menos como um dado, sendo uma instituição que data dos tempos da escravidão, o tema é desagradável, difícil e novo. De fato, parece ser quase um tabu. As feministas brasileiras, a julgar pelas entrevistas que fiz durante minha estadia no Brasil, parecem evitar deliberada ou inconscientemente o tema. Uma delas me confessou que a existência de empregada(s) fazendo todas as atividades da casa é uma das maiores inconsistências que se encontra no feminismo brasileiro.³⁸⁶

Sandra Maria da Mata Azeredo ainda completa

No Brasil, parece mesmo haver uma negação de que a relação patroa / empregada em si mesma seja uma questão para o feminismo. Ela só se torna uma questão, um problema, enquanto se considera a “profissão” da empregada doméstica em si, reconhecida como envolvendo exploração, porém o próprio fato de existirem empregadas domésticas, mulheres que assumem o trabalho doméstico para outras mulheres, não tem sido considerado uma questão para o feminismo no Brasil, talvez devido à ênfase na complementariedade nas relações sociais: como veremos, a empregada aqui é vista como um complemento quase natural da patroa.³⁸⁷

Primeiramente, minha percepção é a de que esse não é um problema só do Brasil, considerando as características do emprego doméstico nos países observados. Entretanto, só encontrei a discussão em fontes e bibliografia falando sobre o Brasil. Esse dado pode ser resultado da quantidade de fontes e bibliografia que tenho do Brasil, se comparando com os demais países do Cone Sul, que é maior por motivos óbvios. Talvez uma solução possível para essa lacuna em minha pesquisa fosse buscar em entrevistas já realizadas pelo grupo de pesquisa do qual faço parte, o que minhas fontes impressas não contam, porque partindo apenas da ausência nas fontes impressas não posso

³⁸⁶ SOUZA, Julia Filet-Abreu de. Paid domestic service in Brazil. *Latin American Perspectives*, 7(1): 35-63, 1980. Pg. 36. Apud AZEREDO, S. *Relações entre...* Op. Cit., 1989.

³⁸⁷ AZEREDO, S. *Relações entre...* Op. Cit., 1989. Pg. 200.

inferir se a questão não existia, se era pouco comentada e me faltam fontes, ou se era uma questão corrente e coincidentemente estou com as fontes *erradas* para encontrá-la, se me é permitida a expressão. Ou pode ser esta uma característica peculiar aos feminismos brasileiros, mas reafirmo que minha impressão (que é apenas uma impressão) é que seja característica comum aos feminismos do Cone Sul.

Minha segunda observação sobre a questão também diz respeito a uma ausência. Como este é meu tema de pesquisa, algumas vezes apresentando trabalhos em eventos ou em discussões de leituras surge a defesa do emprego doméstico por feministas, alegando que este seria uma forma de distribuição de renda importante em países com altos níveis de desemprego. Uma espécie de “mal necessário”. Esta defesa surge em frases como “Vou deixar essa mulher desempregada?”. Bem, eu penso que é um argumento que faz sentido na prática, e que deve ser de alguma forma corrente entre feministas, porque já o ouvi mais de uma vez. O que fica muito contraditório nas minhas observações é que nunca encontrei bibliografia que defendesse esse argumento. Ao contrário, encontrei bibliografia defendendo que o emprego doméstico causa estabilidade na pobreza, uma vez que não proporciona possibilidade de evolução dos rendimentos das trabalhadoras. Em uma dessas oportunidades – de ouvir aquilo que não foi escrito –, também foi dito que a Bancada Feminina da Constituinte, no Brasil, acabou deixando a questão das empregadas domésticas propositalmente de lado nas discussões, por causar muita controvérsia, inclusive entre feministas.

A questão é polêmica, e o debate não parece estar aberto. O cumprimento das leis trabalhistas e o pagamento de salários considerados justos para as empregadas, por parte das empregadoras feministas, parece ser comum, mas pouca mobilização é observada por parte dos feminismos para a extensão dos direitos dessas trabalhadoras³⁸⁸, para a exigência de meios realmente acessíveis de socialização do trabalho doméstico (creches, restaurantes e lavanderias de fato populares e disponíveis, ao menos, à maior parte da população, o que incluiria as trabalhadoras domésticas) e para o que deveria ser um primeiro passo nessa questão, que é uma discussão aberta e franca sobre o problema.

³⁸⁸ O que poderia onerar sua contratação formal, mas subsídios governamentais nesse sentido podem ser negociados.

2.4. Emprego doméstico: produção ou reprodução?

O trabalho doméstico assalariado não tem relação direta com o capital, como outras atividades; não produz lucro, é pago com rendas particulares. Isto, junto com o fato de que se considera um trabalho da dona de casa que quando o realiza o faz sem receber remuneração, leva a ser um gasto que provoca conflitos. Supõe-se dispensável, se vê como um luxo. Muitas vezes não há relação entre a renda da família e o salário da trabalhadora. Por outro lado, a discussão sobre o salário é muitas vezes uma questão de demonstração de poder antes de ser uma questão financeira. Às vezes, mulheres que trabalham fora aceitam pagar melhores salários, mas essa atitude parece ser mais resultado de um menor sentimento de culpa por não realizar o trabalho doméstico elas mesmas do que a disponibilidade de uma renda mais alta.³⁸⁹

Como colocado na introdução, os periódicos aqui observados, de forma geral, tratam trabalho doméstico e emprego doméstico como esferas distintas. É inegável que estes tenham suas peculiaridades, e que sejam ocupações diferentes, com características diferentes. Mas o trabalho desempenhado é o mesmo, o lugar onde é desempenhado é o mesmo, e os sinais de desqualificação e desvalorização que ambas as ocupações carregam são, em muitos sentidos, os mesmos. A idéia de trabalho sem valor, improdutivo, ou como motivo de vergonha, parece ser comum tanto entre empregadas como entre patroas, conforme depoimentos já reproduzidos aqui. Pode-se associar inclusive a desvalorização do emprego doméstico com o fato da dona de casa o desempenhar gratuitamente, a partir do que sua necessidade é questionada. Sueli Bulhões da Silva e Sonia Beatriz Sodré Teixeira, em 1973, contam sua experiência com empregadas domésticas

De maneira geral as palestras foram marcadas pela presença do sentimento de desvalorização e preconceito com relação à profissão: “todo rapaz que sabe que a moça é empregada doméstica, não quer namorar”, “eu não sonhava em acabar como

³⁸⁹ TODARO, R. El trabajo... Op. Cit., 1982. Pg. 16. Minha tradução.

doméstica, gostaria de subir na vida”, “tenho certeza que muitas não vieram à palestra por terem vergonha de dizer que são domésticas”.³⁹⁰

Nas dinâmicas realizadas por essas assistentes sociais, percebeu-se uma valorização do trabalho doméstico, mas apenas por parte das pessoas que não exerciam esse trabalho. Muitas das que o exerciam profissionalmente, inclusive, não se apresentaram como empregadas domésticas, mas como secretárias do lar, auxiliares do lar, ou simplesmente diziam que trabalhavam em casa de família³⁹¹. Colocam o trabalho como monótono, não criativo: “Todo dia faz a ‘mesma coisa’”, “Não constrói nada, não cria nada (...)”.³⁹² Citou-se também o trabalho da empregada doméstica como dispensável, como um luxo: “Se não tiver empregada, não têm importância pois a família pode comer fora, dar as roupas para a lavanderia etc.”; “Não precisa de empregada, a dona da casa pode acordar mais cedo e fazer todo o serviço, preparar o almoço como eu faço”; “O ideal é ter empregada, mas quando a gente não tem dinheiro para pagá-la a gente pode muito bem fazer o serviço que ela faz.”³⁹³ Suely Kofes, em 1990, também traz esse tipo de posição, mas por parte de uma patroa, fundadora do Sindicato de Empregadores Domésticos de Campinas: “(...) geralmente a patroa pode passar perfeitamente sem a sua doméstica, se quiser. Hoje há mil facilidades com eletrodomésticos, pratos congelados, ou semi-prontos, e principalmente com a divisão do trabalho. Que o marido e os filhos ajudem”.³⁹⁴

Outro ponto comum de desvalorização, presente tanto no emprego doméstico quanto no trabalho, é a invisibilidade do trabalho e a suposta falta de necessidade de qualificação. É encarado como um trabalho que qualquer pessoa (corrijo-me: qualquer mulher!) pode executar, e “É um tipo de trabalho que só se nota quando não está feito; se está feito e bem, não parece ser mérito de ninguém; se está mal feito ou não feito, aparecem os responsáveis.”³⁹⁵ Rosalba Todaro, entretanto, defende com bons argumentos a qualificação que é sim exigida na contratação dos serviços domésticos. Escreve em 1982

³⁹⁰ SILVA, S. Um estudo... Op. Cit., 1973. Pg. 19.

³⁹¹ *Ibidem*. Pg. 30.

³⁹² *Ibidem*. Pg. 29.

³⁹³ *Idem*.

³⁹⁴ KOFES, S. Mulher, mulheres... Op. Cit., 2001. Pg. 346.

³⁹⁵ TODARO, R. El trabajo... Op. Cit., 1982. Pg. 16. Minha tradução.

Diz-se que o trabalho doméstico não requer nenhuma capacitação, mas isso não parece tão certo. Como mínimo requer a capacitação que as mulheres recebem por serem mulheres, mas além disso há de se considerar que muitas trabalhadoras provêm de setores com hábitos de vida distintos dos de seus empregadores, o que implica em adquirir uma capacitação adicional. Dá-se um processo de treinamento no serviço que tem como contrapartida menor salário durante este período. Também ocorre que segundo o grau de capacitação há uma demanda diferencial de trabalhadoras por níveis salariais: os setores de menor renda ocupam trabalhadoras mais jovens às quais pagam menores salários, mas recebem treinamento.³⁹⁶

E sobre homens desempenhando essas funções? São no geral considerados como pouco aptos ou inadequados, por empregadas e empregadoras, para lidar com o emprego doméstico, tanto como patrões quanto como empregados. Uma empregada entrevistada afirma “Sei lá, não combina, não. Não combina mesmo. Porque o homem não sabe fazer tudo que a mulher faz. Tem uns que fazem um café, uma coisa assim, mas, igual a gente? (risos) Não sei, acho que não.”³⁹⁷ Já no depoimento das patroas, a preocupação é com a falta de liberdade que a presença de um homem em casa possa causar

Pra cozinha, limpeza, mas ficar nos quartos, não gosto. Porque a gente perde muito a intimidade da gente, né?

Eu tenho impressão que conversar, lidar, assim com homem, a gente fica assim meio sem jeito, porque eu acho que homem, pra certos serviços, não dá muito bem não. (...) Mulher tem outro cuidado. Serviço assim mais delicado, que precisa de mais minúcias, mulher faz mais bem feito. Olha esses varredores de rua, eu tenho a impressão de que se fosse mulher, fazia melhor. (...) E também pra gente conversar certos

³⁹⁶ Idem.

³⁹⁷ AZEREDO, S. Relações entre... Op. Cit., 1989. Pg. 210.

assuntos, certas coisas, eu acho que com mulher a gente tem assim mais liberdade de conversar.³⁹⁸

Diante dos inúmeros pontos em comum entre trabalho e emprego doméstico, principalmente no que se refere às atividades executadas e sua desvalorização, podemos nos perguntar: se os feminismos estudados tendem, de forma geral, a admitir o trabalho doméstico da dona de casa como trabalho reprodutivo, por que o trabalho da empregada doméstica não o seria? Por causa do recebimento de salário? Existem muitas situações relatadas em que o salário não era pago em dinheiro, e mesmo sendo, o trabalho executado, de reprodução da força de trabalho para o capitalismo, que é a idéia central no conceito de trabalho reprodutivo, é o mesmo. As empregadas domésticas também mantêm e reproduzem a força de trabalho “produtiva”, assim como o fazem as mães. Mas quando as discussões sobre trabalho reprodutivo surgem nas fontes, falam exclusivamente do trabalho doméstico gratuito das donas de casa. A questão das empregadas domésticas é um problema do tópico “mulher e trabalho”. Quer dizer, há uma sectarização que dá ênfase às diferentes relações que envolvem trabalho e emprego domésticos, enquanto ameniza as semelhanças dos dois tipos de trabalho, como o fato de designarem as mesmas tarefas, cumprirem os mesmos objetivos, e por vezes encontrarmos no emprego doméstico a idéia de “trabalho por amor” também muito enfatizada, como no trabalho doméstico.

Um sentido que pode ser encontrado nessa divisão seria o de uma hierarquização de questões. Porque o trabalho doméstico até pode ser encontrado em discussões trabalhistas, mas o emprego doméstico não é encontrado nas discussões sobre trabalho reprodutivo. Um marxismo mais ortodoxo, quem sabe, poderia ser indicado como fator dessa divisão, uma vez que as empregadas recebem um salário e, portanto, seu trabalho diferiria do da dona de casa. Mas esse marxismo ortodoxo, penso, não possibilitaria desenvolver tanto a idéia de trabalho reprodutivo, e nem era marca dos feminismos estudados.

Jesus Albarracín³⁹⁹, ao falar do emprego doméstico em 1999, o classifica como trabalho assalariado, e não trabalho doméstico. Já Heleieth Saffioti⁴⁰⁰, mais de 20 anos antes, prefere admitir o emprego doméstico como vinculado ao modo de produção doméstico, e redefinido pelas condições sociais impostas pelo capitalismo (como o

³⁹⁸ Ibidem. Pg. 211.

³⁹⁹ ALBARRACÍN, J. O trabalho doméstico... Op. Cit., 1999. Pg. 43-61.

⁴⁰⁰ SAFFIOTI, H. Emprego doméstico... Op. Cit., 1978. Pg. 197.

assalariamento). Esse ponto de vista permite que a desvalorização e o caráter servil dos afazeres domésticos, tanto o trabalho quanto o emprego, sejam observados em conjunto, e não de forma isolada, ainda que admitindo suas peculiaridades. Jurema Brites, escrevendo recentemente, coloca o trabalho doméstico remunerado como produtivo, diferenciando-o do trabalho doméstico empregado na reprodução social dos sujeitos⁴⁰¹. Já Suely Kofes, em sua tese defendida em 1990, apresenta o trabalho de Heleieth Saffioti, oferecendo como contraponto Elizabeth Jelin

Para Saffioti, a articulação entre o trabalho doméstico e as relações capitalistas far-se-ia, principalmente, pelo mecanismo do exército industrial de reserva. Para Jelin, entretanto, o trabalho doméstico tem, intrinsecamente, uma natureza produtiva, o que a diferencia de Saffioti (...).⁴⁰²

Não marginal, portanto, a unidade doméstica seria, para Elizabeth Jelin, um tipo de organização produtiva muito importante para o mercado. Suely Kofes nesse sentido continua citando-a

Não há dúvida que o desempenho de atividades domésticas produtivas em áreas urbanas é uma adaptação das famílias de classe baixa aos baixos salários recebidos pelos membros da unidade doméstica. Este campo de atividades pode ser mais estreito do que o das mulheres camponesas, mas se tais atividades são comparadas com o valor monetário dos mesmos bens e serviços negociados ao preço de mercado, a importância da produção doméstica em áreas urbanas se torna inequívoca.⁴⁰³

⁴⁰¹ BRITES, J. Serviço doméstico... Op. Cit., 2007. Pg. 282.

⁴⁰² KOFES, S. Mulher, mulheres... Op. Cit., 2001. Pg. 57.

⁴⁰³ JELIN, Elizabeth. Migración a las ciudades y participación en la fuerza de trabajo de las mujeres latinoamericanas: el caso del servicio doméstico. Estudios Sociales. Buenos Aires: nº 4, CEDES, 1975. Apud KOFES, S. Mulher, mulheres... Op. Cit., 2001. Pg. 57.

Shellee Colen⁴⁰⁴ utiliza, em meados de 1990, o termo *mercantilização do trabalho reprodutivo*, o qual também é citado por Jurema Brites nos anos 2000 para designar o serviço doméstico. É uma noção interessante porque busca marcar a articulação entre trabalho doméstico e serviço doméstico, ao mesmo tempo em que se apropria das extensas discussões sobre o trabalho reprodutivo realizadas pelos feminismos em décadas anteriores; entretanto, é uma noção mais recente, e não foi encontrada nas fontes consultadas que correspondem ao recorte temporal da pesquisa. Cabe destacar que esses debates sobre trabalho produtivo, improdutivo ou reprodutivo são datados, fruto de questões marxistas presentes nos feminismos estudados, as quais estavam articuladas com discussões sobre o setor de serviços, assalariamento e produção.

Cabe a essa discussão também refletir a respeito do que poderia ser visto como uma sub-representação do trabalho da empregada doméstica perante o trabalho da dona de casa. Suely Kofes lembra bem que, se o doméstico é um espaço subordinado ou desvalorizado, nele também se reproduzem graus de subordinação e desvalorização.

(...) Aliás, acompanhar todos os embates políticos em torno do reconhecimento jurídico dos serviços domésticos como trabalho nos mostra não apenas uma diferença atribuída ao doméstico em relação a outros domínios, mas um valor desigual atribuído às tarefas domésticas e, por extensão, ao sentido de feminino a ele associado. Estou, evidentemente, detendo-me em um sentido preciso de feminino e a um contexto preciso do valor do doméstico, no qual são alocadas as posições que asseguram a reprodução da família, a naturalização de algumas de suas funções e o caráter subalterno do trabalho manual na sociedade brasileira. Assim, a feminilidade produzida e inscrita no doméstico não é apenas diferente de outras feminilidades produzidas em outros lugares. Em relação a outras, tem um valor desigual. Mas também é desigual a relação concreta entre os sujeitos

⁴⁰⁴ COLEN, Shellee. Like a mother to them: stratified reproduction and west indian childcare workers and employers in New York. In: GINSBURG, F. e RAPP, R. *Conceiving the new world order: the global politics at reproduction*. Berkley: University California Press, 1995. Pg. 78-102. Apud BRITES, J. Serviço doméstico... Op. Cit., 2007. Pg. 294.

concretos, no caso, entre a dona de casa e a empregada.⁴⁰⁵

Por fim, acho importante citar o trecho do artigo acadêmico *El servicio doméstico: trabajo de la mayoría de las mujeres en América Latina*⁴⁰⁶, de Magdalena León, da Colômbia, publicado no Especial – Mujer Ilet nº 13, de 1984. Apesar de não ser originário de um país do Cone Sul, o artigo traz debates muito importantes referentes a esse tipo de serviço, debates comuns à América Latina.

A análise e discussão do serviço doméstico como trabalho que aglutina a maior parte das mulheres na América Latina serve para entender um aspecto básico de [submissão] da mulher que surge ao examinar a relação entre trabalho e serviço doméstico e sua posição subordinada na sociedade. Essa análise nos permite, além disso, entender aspectos do trabalho feminino no setor rural e relaciona-los com o que se dá nos setores urbanos populares. Também lança luzes sobre o emprego feminino na região e permite associá-lo aos processos de urbanização e industrialização. Ao decompor pontos-chave da oferta e das condições de trabalho, pode-se entender a deteriorada forma de vida que experimentam as centenas de milhares de mulheres que trabalham como empregadas domésticas. Finalmente, é importante entender os aspectos de servidão no tipo de relações pessoais que se estabelecem neste trabalho.⁴⁰⁷

Além do trabalho de sistematização de dados que o artigo oferece, ele questiona pontos teóricos muito importantes. Pontos aqui já citados, como as relações de trabalho e a desvalorização social deste emprego; e também outras questões. Ele chama a atenção para o que me parece ser a questão-chave do problema de desvalorização do emprego doméstico: sua relação com o trabalho doméstico. Ou seja, nosso exercício para observar tal desvalorização precisa ser, necessariamente, relacional. A

⁴⁰⁵ KOFES, S. *Mulher, mulheres...* Op. Cit., 2001. Pg. 32-33.

⁴⁰⁶ *El servicio doméstico: trabajo de la mayoría de las mujeres en América Latina. Especial – Mujer Ilet*. Santiago do Chile, nº 13, setembro de 1984. Pg. 08-09.

⁴⁰⁷ *Ibidem*. Pg. 08. Minha tradução.

autora inclusive descreve e diferencia os dois tipos de trabalho, para em seguida relacioná-los, incluindo questões de etnia e classe. Chamo a atenção para essa relação feita pela autora justamente porque, apesar de parecer óbvia, não é aspecto largamente presente nas fontes consultadas.

É de suma importância que não desagreguemos trabalho e emprego domésticos, tanto academicamente quanto na busca por uma solução viável à questão. Suas especificidades só nos mostram como a desigualdade de condições e oportunidades persiste, como as mulheres continuam sendo designadas – e no geral aceitando essa situação – como as responsáveis pelo doméstico, e como sua inserção no mercado de trabalho não modificou substancialmente as relações de gênero que as associam fortemente ao papel de dona de casa, esposa e mãe. Zaíra Ary Farias levanta uma indagação que deixo aqui como reflexão: “Resta saber (...) se as mulheres são desvalorizadas socialmente porque encarregadas do trabalho doméstico ou se o trabalho doméstico é desprezível porque feito por mulheres.”⁴⁰⁸

⁴⁰⁸ FARIAS, Z. Domesticidade... Op. Cit., 1983. Pg. 78.

Considerações finais

Maria Oflia Bochini, em resumo do capítulo sobre mulher e trabalho feito por Cristina Bruschini e Felícia Madeira para o livro Mulher, sociedade e Estado no Brasil, intitulado “O trabalho dignifica o homem. E a mulher, quem dignifica?”, que foi publicado no Mulherio número 33, cita

Para sair para trabalhar, Maria deve deixar seus filhos bem cuidados e seguros. Mas onde vai encontrar uma creche? Desde 1943 a lei obriga as empresas com mais de 30 empregadas com mais de 16 anos a manter uma sala com dormitório para as crianças que estão sendo amamentadas. Mas essa lei nunca é cumprida porque as penalidades previstas para seu não cumprimento são irrisórias.⁴⁰⁹

A questão das creches ou *guarderías* foi uma discussão constante nas fontes consultadas⁴¹⁰, e talvez possa ser identificada como o maior elo, o ponto em comum mais citado, entre os movimentos feministas e de mulheres do período, nos países observados. Não é difícil compreender a importância que tal discussão ganha quando se reivindica a inserção das mulheres no mercado de trabalho – considerando a divisão sexual do trabalho nos lares –, ou quando as preocupações se voltam para as mulheres de baixa renda, como ocorria constantemente nos feminismos envolvidos com grupos de esquerda. Outras questões que estavam na pauta dos movimentos de mulheres, como a luta contra a carestia, direito a amamentação, assim como os movimentos de familiares de desaparecidos políticos, pela anistia etc., também foram foco dos movimentos feministas.

A questão das creches, em específico, está inserida em uma discussão mais ampla, a respeito da socialização do trabalho doméstico. Essa foi uma reivindicação marcante dos feminismos de Segunda Onda no Cone Sul, na busca pela transformação da idéia de trabalho

⁴⁰⁹ ISIS – Boletim Internacional. Itália/Suíça, nº 11-12, outubro/dezembro de 1982. Pg. 10 e Mulherio. São Paulo, Ano 2, nº 7, maio/junho de 1982. Pg 05.

⁴¹⁰ Exemplos em Brasil Mulher, Cotidiano Mujer, Mulher do Grajaú, Mulherio, Nós Mulheres, e em jornais de grande circulação como O São Paulo; exemplos indiretos são encontrados também em outras fontes, principalmente feministas.

doméstico como função feminina, o qual passaria a ser função assumida pela sociedade como um todo, através do Estado ou outros mediadores sociais⁴¹¹. Esforços nesse sentido podem ser observados nos movimentos pro creches no Brasil⁴¹², ou nos *comedores populares*⁴¹³ na Argentina. Muitas dessas discussões, nos feminismos de orientação marxista, trazem exemplos dos países socialistas na coletivização do trabalho doméstico. Apesar de se assumir que sob um regime mais coletivizado essa socialização possa ser facilitada, as fontes indicam ambigüidades, como na nota abaixo.

RÚSSIA

A Constituição da União Soviética assegura à mulher *total igualdade com o homem em todas as esferas da vida econômica, cultural, pública e política*. No entanto, apesar do sistema de creches ser lá bastante desenvolvido, facilitando o trabalho das mulheres, os afazeres domésticos são tarefa exclusivamente feminina. As compras da casa são feitas no horário de almoço, durante o trabalho. Para comemorar o Ano Internacional da Mulher, 134 mil soviéticas se reuniram e, por um dia inteiro, não entraram na cozinha, cuidaram da roupa ou das crianças.⁴¹⁴

Esta pequena nota retirada do primeiro número do Nós Mulheres nos traz um ponto importante: a implementação do socialismo não resolveria automaticamente as questões das mulheres, o que inclui o trabalho doméstico. Existiriam problemas e desigualdades que seriam

⁴¹¹ Em seu projeto, esta pesquisa previa a dissertação dividida em três capítulos, sendo os dois primeiros referentes às partes um e dois da dissertação, e o terceiro sobre as soluções indicadas pelos feminismos estudados para as questões do trabalho doméstico, assim como mulheres organizadas pensando essas questões. Devido à extensão das duas primeiras partes, e dos prazos para a defesa da dissertação, este terceiro capítulo foi suprimido. Dessa forma, apresento muito brevemente algumas dessas questões nas considerações finais, e de alguma forma tento justificar possíveis lacunas deixadas por tal supressão.

⁴¹² Apesar de grandes conquistas por parte desses movimentos, que tiveram e mantêm mobilizações, o problema persiste, conforme comenta, em 2005, Maria Amélia de Almeida Teles: <http://alainet.org/active/8959&lang=es> Acesso em 15/12/2009.

⁴¹³ Sobre os comedores populares, não só na Argentina como também no Peru, temos bibliografia recente em português: FREITAS, Taís Viudes de. Experiência de socialização do trabalho doméstico na América Latina. In: SILVEIRA, M. Trabalho doméstico... Op. Cit., 2008. Pg. 27-53.

⁴¹⁴ Nós Mulheres. São Paulo, n° 1, junho de 1976. Pg. 4. Grifos da fonte.

específicos às mulheres, muitos deles anteriores ao capitalismo, e a “simples” supressão do capitalismo não sanaria essas questões, como foi empiricamente observado na Rússia, e também em Cuba. Esse ponto é também uma resposta feminista a um debate político, nem sempre explícito mas presente, sobretudo nas esquerdas, que defendia o argumento de que a opressão das mulheres é um produto do capitalismo, e esta seria superada assim que o sistema o fosse.

Sobre as mulheres dos países socialistas, Danda Prado⁴¹⁵ considerava que viviam em contradição, em meio a duas imagens das quais a sociedade necessitava a cada momento. As mesmas mulheres que desempenhavam o papel tradicional de esposa eram também as responsáveis por participar da construção da nação socialista. Ela cita como exemplo Valentina, uma mulher que vivia na URSS e se identificava com todos os estereótipos tradicionais. Para ela, a felicidade da família estava em suas mãos, e a ela cabia fazer tudo quanto possível para agradar os membros de sua família. Dessa forma, a autora deixa claro que a opressão das mulheres sob o que chama de patriarcalismo não some por si só, apenas porque o capitalismo não se faz presente. A autora comenta também o Novo Código de Família em Cuba, que obrigava os homens a dividir com suas esposas os afazeres domésticos, com a finalidade de aliviar as mulheres de forma a torná-las mais disponíveis ao trabalho fora de casa. Quer dizer, se foi necessário legislar sobre a questão, é porque em Cuba ela também se apresentava como um problema.

Talvez esses regimes passassem uma impressão de maior liberação das mulheres devido à presença, em larga escala, das mulheres no trabalho produtivo, o que era considerado um avanço em comparação aos países capitalistas. Mas, como observado acima, muitas obrigações domésticas se mantinham, e a própria relação entre liberação das mulheres e trabalho fora de casa, apesar de ser largamente presente nas fontes, por vezes sofria críticas, as quais foram se tornando menos tímidas com o passar do tempo⁴¹⁶ (observando a discussão até nossos dias). Cristina Bruschini comenta a idéia de que a raiz da subordinação das mulheres estaria na sua exclusão do mundo produtivo, idéia essa que, segundo ela, fundamentou os feminismos de Segunda Onda, tanto em sua versão liberal quanto naquela de inspiração marxista. No Brasil especificamente, os feminismos de tradição marxista consideravam a

⁴¹⁵ PRADO, D. *Ser esposa...* Op. Cit., 1979. Pg. 176-177.

⁴¹⁶ Trabalho fora não traz necessariamente autonomia para as mulheres, conforme FOUGEYROLLAS-SCHWEBEL, D. *As relações sociais...* Op. Cit., 1994. Pg. 337.

trabalhadora a principal agente de transformação da condição feminina⁴¹⁷. Em outras ocasiões, o trabalho produtivo é citado como politizador no sentido de oferecer acesso às mulheres à esfera pública, considerando o lar como um espaço alienante de clausura.

Em meio às críticas, as próprias reivindicações por aparelhos coletivos que auxiliassem nos afazeres domésticos se tornam alvo. Danielle Chabaud e Dominique Fougeyrollas-Schwebel argumentaram que “O desenvolvimento das instalações para uso coletivo (como creches, por exemplo) não coloca em causa fundamentalmente a divisão do trabalho segundo os sexos; ao contrário, ele é constitutivo da atribuição das mulheres ao trabalho doméstico.”⁴¹⁸

Podemos refletir sobre esse argumento partindo de duas premissas. Uma delas é o fato das tentativas de solução indicadas pelos feminismos, especificamente os observados, a respeito do trabalho doméstico, se voltarem muito mais a uma solução estatal, realizada na esfera pública, do que a uma redistribuição das tarefas nos lares, entre os membros das famílias. Quer dizer, é possível que se tenham mais ferramentas disponíveis para transformações na esfera pública do que na privada, que seja mais complicado tocar em valores tradicionais na intimidade do que exigir obras, contratações e ações dos governos, ou mesmo organizar creches ou restaurantes comunitários. Entretanto, também podemos refletir partindo de outro ponto, de que esse argumento, vindo de um país desenvolvido, não faria tanto sentido em sociedades nas quais o trabalho feminino remunerado é mais necessidade que direito, e a disponibilidade de creches, por exemplo, pode se apresentar como uma questão de sobrevivência, tanto do grupo familiar como um todo, que depende da mãe provedora, como das crianças em específico, que por vezes sofrem diversos riscos ficando sozinhas em casa, quando ainda muito pequenas.

Nesse sentido, é importante pensarmos o trabalho doméstico não só na relação países desenvolvidos *versus* países em desenvolvimento, mas nas relações de desigualdades internas nos países observados. A idéia de clausura das mulheres, por exemplo, é suavizada ou sofre modificações conforme questões de classe, se lembrarmos que enquanto as mulheres de camadas médias poderiam ser vistas como as maiores vítimas dessa clausura, as mulheres de classes populares circulavam na esfera pública por questões de sobrevivência, e as de classes abastadas, em geral, faziam parte de inúmeras redes sociais, que incluíam

⁴¹⁷ BRUSCHINI, C. *Fazendo as perguntas...* Op. Cit., 1998. Pg. 278.

⁴¹⁸ CHABAUD, D. *Sobre a autonomia...* Op. Cit., 1986. Pg. 120.

encontros de chás, ou em clubes, que seriam uma válvula de escape a essa situação.

Também entre os países estudados percebemos diferenças, assim como nos 20 anos de recorte da pesquisa. As preocupações das teóricas feministas no começo da década de 1970, sobre o trabalho doméstico, se mostram em muitos pontos diferentes das preocupações observadas no final da década de 1980. No mesmo sentido, podemos notar diferentes temporalidades das discussões entre os países. Quer dizer, essas discussões não chegam todas juntas, ao mesmo tempo, em todo o Cone Sul. Questões tratadas no começo da década de 1970 na Argentina ou Brasil podem ser encontradas no final da década de 1980 no Uruguai ou Paraguai. Não que na década de 1980 essas questões tenham desaparecido das publicações brasileiras e argentinas, mas elas perdem força enquanto outras questões se sobressaem. Talvez a maneira como eu escrevi a dissertação, utilizando uma divisão por temas, possa ter apagado esses contrastes temporais, mas observando as datas podemos enxergá-los. Assim, perceber essas questões se torna um exercício, tanto ao lidar com as permanências e mudanças, quanto com as diferentes temporalidades das discussões nos países observados.

De uma forma ou de outra, o que fica evidente é a persistência, ainda que com algumas transformações, dessas questões, inclusive as referentes ao emprego doméstico, e não só ao trabalho doméstico. Quando Maria Lucia da Silveira escreve, em 2008, que “Trata-se de problematizar a coletivização das tarefas, a ponto de transformá-las numa questão política”⁴¹⁹, ela parece estar fazendo eco às questões levantadas pelos feminismos de Segunda Onda há 30 ou 40 anos atrás. A mesma atualidade pode ser encontrada na observação de Fanny Tabak, datada de 1983 e reproduzida abaixo

O trabalho doméstico continua a pesar sobre os ombros da dona-de-casa (sic) brasileira, a quem cabe enfrentar – quando trabalha no mercado externo – a dupla jornada. Os equipamentos coletivos (...) constituem antes a exceção, do que a regra.⁴²⁰

⁴¹⁹ SILVEIRA, Maria Lucia da. Reflexão coletiva sobre quatro experiências de organização das mulheres na socialização do trabalho de alimentação. In: SILVEIRA, M. Trabalho doméstico... Op. Cit., 2008. Pg. 55-66.

⁴²⁰ TABAK, F. A dona-de-casa no Brasil. In: DURAN, M. Op. Cit., 1983. Pg. 70.

Estas questões continuam em aberto. No caso do emprego doméstico, apesar dos avanços percebidos na legislação, as trabalhadoras ainda não conquistaram todos os direitos trabalhistas que possuem as demais categorias, e seu emprego ainda é um estigma que muitas mulheres não querem carregar. Em reportagem de 07 de agosto de 2006, publicada no portal de notícias BBC Brasil e intitulada “Diferença entre família e empresa ‘justifica’ menos direitos”, um economista e um advogado defendem que extensão dos direitos de trabalhadores domésticos aumentará a informalidade. Essa discussão já vem de longa data, e em contraponto coloca-se a posição de uma então deputada federal, feminista, que defendia que se a família não pode pagar os encargos, então que não contrate, e trazia soluções como abatimento do valor no imposto de renda e desobrigação de pagamento de algumas multas. O mais absurdo é que o advogado citado defendia que não se tivesse jornada de trabalho estipulada, porque para as empregadas que moram no trabalho ficaria “complexo”, e “isso pode acabar com o emprego doméstico”. Quer dizer, em nossa década podemos ainda observar discursos patronais por parte de, nesse caso especial mas não somente, homens, com voz de autoridade científica, se utilizando de justificativas semelhantes às do século passado e retratado para negar direitos básicos às/aos trabalhadoras/es.

Também em notícias recentes, podemos observar casos de agressões a empregadas domésticas. Um caso recente de grande repercussão foi divulgado em 15 de abril de 2009 no portal O Globo⁴²¹, e também em telejornais. A notícia conta que uma empregada doméstica foi puxada pela orelha pela síndica do prédio, por estar usando o elevador social. Segundo o depoimento, a síndica lhe disse: “Isso para servir de lição pra que as outras não façam o que você está fazendo”. Esse acontecimento nos remete à depoimentos de empregadas domésticas nos anos 1970 e 80, que retratam a segregação e o preconceito correntes, e que comentam como a separação entre elevador social e de serviço é uma das formas de reforçar essa segregação. Ainda temos divulgações de relatórios, como “Trabalho doméstico segue como exemplo de discriminação no Brasil, avalia OIT”, ou “Lei em 80% dos países discrimina domésticas”. Um maior número de denúncias desses casos pode ser visto como um avanço, mas a ineficiência na resolução deles nos faz sentir que estamos vivendo como há décadas atrás.

⁴²¹ Disponível em <http://oglobo.globo.com/pais/cidades/mat/2009/04/15/sindica-acusada-de-agredir-ofender-empregada-domestica-em-recife-755284345.asp> Acesso em 20/04/2009.

Esses exemplos precisam nos servir de alerta, para percebermos como as relações tradicionais de gênero, que ainda se dão partindo da idéia de superioridade masculina – ou das funções consideradas masculinas –, continuam funcionando como aporte para o preconceito, a discriminação e a privação de direitos. E quando as questões de gênero se intercalam com questões de classe e também raciais, como acontece no caso das relações presentes no emprego doméstico, as violências parecem ainda mais marcantes e profundas, e mais “justificáveis” também. O acentuado paternalismo nessas relações, que pode nos chamar a atenção para o seu caráter de exploração, pode também nos lembrar da complexidade de tais relações. Empregadas e patroas, assim como advogados e economistas, são agentes sociais, os quais comumente interagem em relações ambíguas. Pensando o paternalismo como um tipo de relação baseada na exploração e concessão, podemos refletir a respeito das vantagens aos “explorados” nesse tipo de relação e de algumas causas para sua manutenção, assim como mudanças ocorridas nas relações e uma tendência a escapar do discurso de vitimização, muito marcado nas fontes consultadas.

Dessa forma, enquanto notamos que as condições do emprego doméstico e as do trabalho doméstico gratuito não parecem evoluir no sentido de melhorias profundas, vale também apontar os avanços políticos nesses dois âmbitos. Hildete Pereira de Melo (et alli)⁴²² nos traz, em 2002, através de dados do IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – que, apesar de terem remunerações inferiores a trabalhadores especializados (usa a classe metalúrgica como exemplo), a evolução nos rendimentos médios das trabalhadoras domésticas no Brasil está acima do índice dos/as trabalhadores/as em geral, e mesmo acima dos índices da classe metalúrgica. Isso pode ser indicado como uma melhoria, mesmo que sutil e gradual, nas condições do emprego doméstico, assim como uma possível valorização e reconhecimento da importância desse trabalho. Além disso podemos citar a possibilidade de aposentadoria para donas de casa de baixa renda⁴²³; diversos exemplos de organizações de trabalhadoras domésticas⁴²⁴; e também os resultados

⁴²² MELO, H. *Da cozinha...* Op. Cit., 2002. Pg. 47-59.

⁴²³ CHOINACKI, Luci. *Aposentadoria das trabalhadoras donas-de-casa* – regulamentação justa e já. Brasília: Câmara dos Deputados, 2005.

⁴²⁴ Como exemplo local podemos utilizar a matéria *Santa Catarina discute o trabalho doméstico*, de 09/05/2006, que tem como chamada: *Dezenas de trabalhadoras domésticas participaram da primeira reunião de debates em Santa Catarina para discutir e apresentar a situação e a realidade da profissão*. Disponível em <http://www.midiaindependente.org/pt/red/2006/05/352774.shtml>. Acesso em 26/09/2007.

da *IV Conferência Internacional sobre a Mulher* da ONU, realizada em Beijing na China, em 1995. Lá:

(...) a rede internacional *As Mulheres Contam*, com o apoio de 1220 Organizações Não Governamentais (ONGs), que representavam milhões de mulheres e homens de todas as partes do mundo, conseguiu fazer com que os governos se comprometessem a medir e valorar o trabalho não assalariado nas contas nacionais.⁴²⁵

Recentemente podemos observar na imprensa, e não só na feminista, notícias sobre estudos referentes ao trabalho doméstico. É o caso do jornal O Globo, que em 2006 publicou matéria em que coloca que se o trabalho doméstico fosse contabilizado no PIB, equivaleria a 12,76% do mesmo⁴²⁶. Isso correspondia, naquele ano, ao PIB do estado do Rio de Janeiro, que no Brasil só perde para o estado de São Paulo, e é maior que o PIB produzido pela agricultura no país, que gira em torno dos 10% do total.

Faz-se importante citar exemplos recentes, não só sobre o emprego doméstico, como sobre o trabalho doméstico (o que inclui divisão de tarefas no lar, a persistência da onerosa dupla jornada de trabalho feminina, divisão de esferas pública como masculina e privada como feminina...), para se entender a pertinência de se discutir tal questão. Observa-se como a questão dos trabalhos de cuidados persiste e ganha ênfase na atualidade

As necessidades de cuidados são cumpridas cada vez com maiores dificuldades pelas famílias, isto é, pelas mulheres, quando não recebem cobertura de serviços proporcionados pelo mercado ou fornecidos pelo Estado. O trabalho de cuidados supõe em nossos países não só cuidar dos filhos e do parceiro, também pode implicar o cuidado dos pais e dos netos que vivem na mesma habitação ou em habitações separadas.⁴²⁷

⁴²⁵ JAMES, Selma. El trabajo doméstico, si cuenta. In: Revista Perspectivas/Isis Internacional. Nº 11, julio-septiembre 1998. Minha tradução.

⁴²⁶ O Globo. Rio de Janeiro, primeiro caderno, 05 de março de 2006. Pg. 35.

⁴²⁷ AGUIRRE, Rosario; BATTHYÁNY, Karina. Introducción. In: GUTIÉRREZ, María Alicia (org.). Género, familias y trabajo: rupturas y continuidades. Desafíos para la investigación política. Buenos Aires: CLACSO, 2007. Pg. 20.

E como soluções, indicam-se a importância das pesquisas e das ações coletivas resultantes das mesmas, atentando para as posturas ideológicas contidas nessas pesquisas.

Todavia, o problema maior ainda é a ausência de diagnósticos e propostas de políticas adequadas às novas realidades em que vivem as famílias nas sociedades em transição e contínua mudança. É preciso destacar, no entanto, que na década de 1990 se assistiu à grande inovação que foi a colocação em debate público de um tema até então ignorado: a violência doméstica e intrafamiliar, bem como a recomendação de medidas políticas para enfrentá-la. Não obstante, outros temas centrais para a família não mereceram a mesma atenção, como é o caso da dupla jornada da mulher que trabalha; da situação das famílias migrantes e deslocadas; da paternidade responsável e do cuidado de crianças, idosos e portadores de necessidades especiais, entre muitos outros problemas que as famílias latino-americanas enfrentam na atualidade.⁴²⁸

Logo, se não se dá atenção aos lugares diferentes que mulheres e homens ocupam em nossas sociedades, se se ignoram os papéis diferenciados e as responsabilidades e capacidades determinadas socialmente para os dois gêneros, então é possível que uma política aparentemente neutra acarrete resultados diferenciados para cada um dos gêneros. É nesse sentido que as políticas não podem ser consideradas neutras, e sim, em vez disso, “cegas ao sexo”.⁴²⁹

Também se guiando pelo o que pode ser entendida como uma perspectiva de gênero – partindo de um olhar mais relacional, não como sinônimo de sexo como Cristina Carrasco coloca acima –, podemos refletir sobre as atuais contribuições masculinas nos lares, as quais geralmente se dão em atividades domésticas “hierarquicamente

⁴²⁸ ARRIAGADA, I. *Estruturas familiares...* Op. Cit., 2007. Pg. 250.

⁴²⁹ CARRASCO, C. *Por uma economia...* Op. Cit., 2008. Pg. 102.

elevadas”, por assim dizer. Ou seja, os homens têm sim ajudado mais nos afazeres domésticos, mas isso geralmente ocorre em tarefas mais valorizadas, ou por lidarem com a educação das crianças (brincar com elas, trazer da escola etc.), ou por envolverem maior criatividade (como é o caso de cozinhar, se comparado com tarefas usuais de limpeza). Este e outros fatores aqui apresentados, nos levam a assinalar a força das relações desiguais de gênero nos lares, a sua persistência, e o entendimento de que o problema da distribuição desigual do trabalho doméstico e das tarefas de cuidados é um problema de gênero, é uma questão de gênero.

Fontes

Entrevista realizada com Ângela Xavier de Brito, em 28 de novembro de 2005, em Paris, por Joana Maria Pedro.

Brasil Mulher. São Paulo, Ano 2, nº 8, 1976.

Brasil Mulher. São Paulo, Ano 2, nº 9, 1977.

Brasil Mulher. São Paulo, Ano 3, nº 11, 1978.

Brasil Mulher. São Paulo, Ano 4, nº 16, 1979.

Brujas. Buenos Aires, Ano 2, nº 6, 1984.

Em Tempo. Edição especial As mulheres e o trabalho. São Paulo, 1º de maio de 1983.

Enfoques de Mujer. Assunção, Ano 2, nº 5, dezembro de 1987.

Especial – Mujer Ilet. Santiago do Chile, nº 5, 1982.

Especial – Mujer Ilet. Santiago do Chile, nº 13, setembro de 1984.

Folha de São Paulo. São Paulo, 25 de maio de 1980.

Folha de São Paulo. São Paulo, 18 de abril de 1982.

Folhetim. São Paulo, nº 216, 8 de março de 1981.

ISIS – Boletim Internacional. Itália/Suíça, nº 5, 1981.

ISIS – Boletim Internacional. Itália/Suíça, nº 11-12, outubro/dezembro de 1982.

La Micrófona. Assunção, Ano 1, nº 6, junho de 1990.

Mariação. Goiânia, nº 1, 1981.

Mulherio. São Paulo, Ano 1, nº 0, março/abril de 1981.

Mulherio. São Paulo, Ano 1, nº 1, maio/junho de 1981.

Mulherio. São Paulo, Ano 1, nº 3, setembro/outubro de 1981.

Mulherio. São Paulo, Ano 1, nº 4, novembro/dezembro de 1981.

Mulherio. São Paulo, Ano 2, nº 5, janeiro/fevereiro de 1982.

Mulherio. São Paulo, Ano 2, nº 7, maio/junho de 1982.

Mulherio. São Paulo, Ano 2, nº 8, julho/agosto de 1982.

Mulherio. São Paulo, Ano 2, nº 9, setembro/outubro de 1982.

Mulherio. São Paulo, Ano 2, nº 10, novembro/dezembro de 1982.

Mulherio. São Paulo, Ano 3, nº 14, julho/agosto de 1983.

Mulherio. São Paulo, Ano 5, nº 20, janeiro/fevereiro/março de 1985.

Mulherio. São Paulo, Ano 5, nº 21, abril/maio/junho de 1985.

Mulherio. São Paulo, Ano 5, nº 23, outubro/novembro/dezembro de 1985.

Mulherio. São Paulo, Ano 6, nº 25, março/agosto de 1986.

Mulherio. São Paulo, Ano 6, nº 26, setembro/novembro de 1986.

Mulherio. São Paulo, Ano 7, nº 28, março/abril de 1987.

Mulherio. São Paulo, Ano 7, nº 30, julho de 1987.

Mulherio. São Paulo, Ano 7, nº 32, setembro de 1987.

Mulherio. São Paulo, Ano 8, nº 36, janeiro de 1988.

Nós Mulheres. São Paulo, nº 1, junho de 1976.

Nós Mulheres. São Paulo, nº 2, setembro/outubro de 1976.

Nós Mulheres. São Paulo, nº 4, março/abril de 1977.

Nós Mulheres. São Paulo, nº 5, junho/julho de 1977.

Nosotras. Paris, Ano 1, nº 7, 1974.

Nosotras. Paris, Ano 2, nº 16-17-18, 1976.

Nosotras. Paris, Ano 3, nº 25-26, 1976.

O Globo. Rio de Janeiro, primeiro caderno, 05 de março de 2006.

O São Paulo. São Paulo, nº 70, 07 a 13 de maio de 1982.

Persona. Buenos Aires, Ano 1, nº 1, outubro de 1974.

Persona. Buenos Aires, Ano 1, nº 3, dezembro de 1974.

Persona. Buenos Aires, Ano 2, nº 5, 1975.

Persona. Buenos Aires, Ano 12, nº 16, setembro/outubro de 1986.

Ser Mujer. Buenos Aires, Ano 3, nº 4, junho de 1985.

Todas. Buenos Aires, Ano 2, nº 3, 1980.

Referências Bibliográficas

ABREU, Maira Luisa G. de. Feminismo no exílio: o Círculo de Mulheres Brasileiras em Paris. Monografia (graduação em sociologia), Unicamp, 2006.

AGUIAR, Neuma. Um guia exploratório para a compreensão do trabalho feminino e Casa e modo de produção. In: AGUIAR, Neuma (org). Mulheres na força de trabalho na América Latina: análises qualitativas. Petrópolis: Vozes, 1984.

AGUIRRE, Rosario; BATTHYÁNY, Karina. Introducción. In: GUTIÉRREZ, María Alicia (org). Género, familias y trabajo: rupturas y continuidades. Desafíos para la investigación política. Buenos Aires: CLACSO, 2007.

ALBARRACÍN, Jesus. O trabalho doméstico e a lei do valor. In: FARIA, Nalu; NOBRE, Miriam (orgs). O trabalho das mulheres: tendências contraditórias. São Paulo: SOF, 1999.

ARAÚJO, Clara; SCALON, Celi (orgs). Gênero, família e trabalho no Brasil. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

ARRIAGADA, Irma. Estruturas familiares, trabalho e bem-estar na América Latina. In: ARAÚJO, Clara; PIKANÇO, Felícia; SCALON, Celi (orgs). Novas conciliações e antigas tensões? Gênero, família e trabalho em perspectiva comparada. Bauru: Edusc, 2007.

As dependências incompletas de empregada. Diário de notícias. Rio de Janeiro, 12 de junho de 1973. Pg. 13. Apud SILVA, Sueli Bulhões da; TEIXEIRA, Sonia Beatriz Sodré. Um estudo junto à empregada doméstica do curso supletivo do Colégio Santo Inácio. Trabalho de conclusão de curso (graduação em serviço social), PUC RJ, 1973.

AZEREDO, Sandra Maria da Mata. Relações entre empregadas e patroas: reflexões sobre o feminismo em países multiraciais. In: COSTA, Albertina de Oliveira; BRUSCHINI, Cristina (orgs). Rebeldia e submissão. Estudos sobre condição feminina. São Paulo: Vértice / Revista dos Tribunais / Fundação Carlos Chagas, 1989.

BAREIRO, Line; SOTO, Lilian; VALIENTE; Hugo. Necesarias, invisibles, discriminadas. Las trabajadoras del servicio doméstico en el Paraguay. Lima: OIT/IPEC Sudamérica, 2005.

BEAUVOIR, Simone de . O Segundo Sexo: Fatos e Mitos. Vol 1. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1970.

BEDREGAL, Ximena. Con mi feminismo mirando al Sur. Disponível em <http://www.creatividadfeminista.org>. Acesso em 15/03/2007.

BENSTON, Margareth. A political economy of womens´ liberations. Monthly Review, vol. 21, 4, september 1969. Apud FARIAS, Zaíra Ary. Domesticidade: cativo feminino? Rio de Janeiro: Achimé/CMB, 1983.

BERTELLI, Veridiana; MELLO, Soraia; PEDRO, Joana. O feminismo marxista e o trabalho doméstico: discutindo com Heleieth Saffioti e Zuleika Alambert. História Unisinos. São Leopoldo, v. 4, n. 2. Unisinos, 2005.

BRITES, Jurema. Serviço doméstico, desigualdade, gênero e cidadania. In: WOLFF, Cristina Scheibe; FÁVERI, Marlene de; RAMOS, Tânia Regina Oliveira (orgs). Leituras em rede: Gênero e preconceito. Florianópolis: Mulheres, 2007.

BRUSCHINI, Cristina. Articulação trabalho e família: famílias urbanas de baixa renda e políticas de apoio às trabalhadoras. São Paulo: FCC/DPE, 2008.

BRUSCHINI, Cristina. Fazendo as perguntas certas: Como tornar visível a contribuição econômica das mulheres para a sociedade? In: ABRAMO, Laís; ABREU, Alice R. De Paiva (orgs). Gênero e trabalho na sociologia latino-americana. São Paulo, Rio de Janeiro: ALAST, 1998.

BRUSCHINI, Cristina. Fazendo as perguntas certas: como tornar visível a contribuição econômica das mulheres para a sociedade? Trabalho apresentado no GT Gênero e trabalho: questões teóricas, no II Congresso Latinoamericano de Sociologia do Trabalho, Águas de Lindóia, 01 a 05 de dezembro, 1996.

BRUSCHINI, Cristina. Trabalho doméstico: inatividade econômica ou trabalho não-remunerado? In: ARAÚJO, Clara; PICANÇO, Felícia; SCALON, Celi (orgs). Novas conciliações e antigas tensões? Gênero, família e trabalho em perspectiva comparada. Bauru: EDUSC, 2007.

BRUSCHINI, Cristina; LOMBARDI, Maria Rosa. A dupla face do trabalho feminino no Brasil: o emprego doméstico e as novas ocupações. Informe PED Mulher. Porto Alegre: Ano 9, Edição Especial, março de 2000.

BUITONI, Dulcília H. S. Mulher de papel: a representação da mulher na imprensa feminina brasileira. São Paulo: Edições Loyola, 1981.

BURKE, Peter. História e teoria social. São Paulo: Unesp, 2002.

BUTLER, Judith. Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. Imprensa e história do Brasil. São Paulo: Contexto/EDUSP, 1988.

CARRASCO, Cristina. Por uma economia não androcêntrica: debates e propostas a partir da economia feminista. In: SILVEIRA, Maria Lucia da; TITO, Neuza. Trabalho doméstico e de cuidados. Por outro paradigma de sustentabilidade da vida humana. São Paulo: SOF, 2008.

CHABAUD, Danielle; FOUGEYROLLAS-SCHWEBEL, Dominique. Sobre a autonomia relativa da produção e da reprodução. In: KARTCHEVSKY-BULPORT, Andrée (et. al.). O sexo do trabalho. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

CHARTIER, Roger. Do livro à leitura. In: CHARTIER, Roger (org.). Práticas da leitura. São Paulo: Estação Liberdade, 2001.

CHARTIER, Roger. Figuras do autor. In: CHARTIER, Roger. A ordem dos livros. Brasília: EDUNB, 1999.

CHARTIER, Roger. Textos, impressões, leituras. In: HUNT, Lynn. A nova história cultural. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

CHOINACKI, Luci. Aposentadoria das trabalhadoras donas-de-casa – regulamentação justa e já. Brasília: Câmara dos Deputados, 2005.

COGGIOLA, Osvaldo Luis Angel. Governos Militares na América Latina. São Paulo: Contexto, 2001.

COLEN, Shellee. Like a mother to them: stratified reproduction and west indian childcare workers and employers in New York. In: GINSBURG, F. e RAPP, R. *Conceiving the new world order: the global politics at reproduction*. Berkley: University California Press, 1995. Pg. 78-102. Apud BRITES, Jurema. *Serviço doméstico, desigualdade, gênero e cidadania*. In: WOLFF, Cristina Scheibe; FÁVERI, Marlene de; RAMOS, Tânia Regina Oliveira (orgs). Leituras em rede: Gênero e preconceito. Florianópolis: Mulheres, 2007.

COMBES, Daniele; HAICAULT, Monique. *Produção e reprodução. Relações sociais de sexos e de classes*. In: KARTCHEVSKY-BULPORT, André (et. al.). O sexo do trabalho. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

COSTA, Mariarosa Dalla. *Las mujeres y la subversión de la comunidad*. In: *El poder de la mujer y la subversión de la comunidad*. México: Siglo Veintiuno, 1975. Apud FARIAS, Zaíra Ary. Domesticidade: cativo feminino? Rio de Janeiro: Achimé/CMB, 1983.

COSTA, Suely Gomes. *Proteção social, maternidade transferida e lutas pela saúde reprodutiva*. Revista Estudos Feministas. Florianópolis: vol 10, n 2/2002, CFH/CCE/UFSC.

DUPONT, Cristine. *O inimigo principal*. In: *Liberação da mulher: ano zero*. Belo Horizonte: Interlivros, 1978. Apud FARIAS, Zaíra Ary. Domesticidade: cativo feminino? Rio de Janeiro: Achimé/CMB, 1983.

DURAN, Maria Angeles. A dona de casa: crítica política da economia doméstica. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983.

ENGELS, Friedrich. A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

FARIA, Nalu; NOBRE, Miriam (orgs). O trabalho das mulheres: tendências contraditórias. São Paulo: SOF, 1999.

FARIAS, Zaíra Ary. Domesticidade: cativo feminino? Rio de Janeiro: Achimé/CMB, 1983.

FOUCAULT, Michel. A ordem do discurso. Aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. São Paulo: Edições Loyola, 2002.

FOUCAULT, Michel. O que é um autor. Lisboa: Vega Passagens, 1997.

FOUGEYROLLAS-SCHWEBEL, Dominique. As relações sociais de sexo: novas pesquisas ou renovação da pesquisa? Revista Estudos Feministas. Ano 2, 2º sem., 1994. Número especial.

FOURGEYROLLAS-SCHWEBWL, Dominique. Trabalho doméstico, serviços domésticos. In: FARIA, Nalu; NOBRE, Miriam (orgs). O trabalho das mulheres: tendências contraditórias. São Paulo: SOF, 1999.

FRIEDAN, Betty. A Mística Feminina. Petrópolis: Vozes, 1971.

GORNICK, Janet C.; MEYERS, Márcia K. Regimes de bem-estar social com relação a trabalho remunerado e cuidados. In: ARAÚJO, Clara; PIKANÇO, Felícia; SCALON, Celi (orgs.). Novas conciliações e antigas tensões? Gênero, família e trabalho em perspectiva comparada. Bauru: Edusc, 2007.

HAKIKI-TALAHITE, Fatiha. Por uma problemática do processo de trabalho doméstico. In: KARTCHEVSKY-BULPORT, Andrée (et. al.). O sexo do trabalho. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

HALL, Catherine. Sweet home. In: ARIÈS, F.; DUBY, G. (orgs). História da vida privada IV. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

HENAUT, Mirta. De la rueca a la red. La economía sumergida. Buenos Aires: Ediciones Corregidor, 2001.

HIRATA, Helena. Trabalho doméstico: uma servidão “voluntária”? Resumo. In: GODINHO, Tatau; SILVEIRA, Maria Lúcia da. Políticas

públicas e igualdade de gênero. São Paulo: Prefeitura de São Paulo – Coordenadoria Especial da Mulher, 2004.

HIRATA, Helena. Vida reprodutiva e produção: família e empresa no Japão. In: KARTCHEVSKY-BULPORT, Andrée (et. al.). O sexo do trabalho. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

JACQUET, Christine. Urbanização e emprego doméstico. Revista Brasileira de Ciências Sociais. São Paulo: vol. 18, nº 52, fevereiro de 2003, ANPOCS.

JAMES, Selma. El trabajo domestico, si cuenta. In: Revista Perspectivas/Isis Internacional. Nº 11, julio-septiembre 1998.

JELIN, Elizabeth. Migración a las ciudades y participación em la fuerza de trabajo de las mujeres latinoamericanas: el caso del servicio doméstico. Estúdios Sociales. Buenos Aires: nº 4, CEDES, 1975. Apud KOFES, Suely. Mulher, mulheres: identidade, diferença e desigualdade na relação entre patroas e empregadas domésticas. Campinas: Unicamp, 2001.

KERGOAT, Danièle. Em defesa de uma sociologia das relações sociais. Da análise crítica das categorias dominantes à elaboração de uma nova conceituação. In: KARTCHEVSKY-BULPORT, Andrée (et. al.). O sexo do trabalho. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

KOFES, Suely. Mulher, mulheres: identidade, diferença e desigualdade na relação entre patroas e empregadas domésticas. Campinas: Unicamp, 2001.

LAQUEUR, Thomas. Inventando o Sexo: Corpo e Gênero dos Gregos a Freud. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

LEITE, Rosalina de S. C. A Imprensa Alternativa pós luta armada: os jornais Brasil Mulher e Nós Mulheres. Tese (Ciências Sociais), PUC SP, 2004.

LOURO, Guacira Lopes. Um corpo estranho: ensaios sobre sexualidade e teoria queer. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

LOVIZARO, Marta. Algumas profissionais e suas personalidades. In: GOFMAN, Rosane e GASS, Eny Léa. Empregadas e patroas: uma relação de amor. Rio de Janeiro: Imago, 1998.

LOZANO, Fernanda Gil. Mujer y dictadura. In: WOLFF, Cristina S.; FÁVERI, Marlene de; RAMOS, Tânia R. O. (orgs). Leituras em rede: gênero e preconceito. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2007.

LUCA, Tânia R. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org). Fontes históricas. São Paulo: Contexto, 2005.

MACHADO, Elizabeth da P. Imprensa Feminista pós-1974. Dissertação (Mestrado em Ciências da comunicação), USP, 2004.

MELO, Hildete Pereira de; CONSIDERA, Cláudio M.; SABBATO, Alberto Di. Qual o valor dos afazeres domésticos? Jornal Fêmea. CFEMEA – Centro Feminista de Estudos e Assessoria. Brasília, nº 148, ano XIII. Out/Nov/Dez de 2005.

MELO, Hildete Pereira; PESSANHA, Márcia Chamarelli; PARREIRAS, Luís Eduardo. Da cozinha para o mercado – a evolução dos rendimentos dos trabalhadores domésticos nos anos 90. Revista Gênero. Niterói: v. 2, nº 2, 2002.

MILKMAN, Ruth; REESE, Ellen; ROTH, Benita. A macrosociologia do trabalho doméstico remunerado. Revista Latinoamericana de Estudios del Trabajo. Gênero, Tecnologia e Trabalho. São Paulo: Ano 4, nº 7, 1998, Alast.

MORAES, Maria Lygia Quartim de. A experiência feminista dos anos setenta. Araraquara: UNESP, 1990.

NICHNIG, Cláudia Regina. Entre Igualdades e Diferenças: Mudanças nas Legislações Referentes às Mulheres (1975-1985). Dissertação (Mestrado em História), UFSC, 2008.

NICHOLSON, Linda. Interpretando o gênero. Revista Estudos Feministas. Florianópolis, vol.8, n.º 2/2000.

OSTRANDER, Heles. Women using other women. *Contemporary Sociology*. 16(1), jun. 1987. Pg. 52. Apud AZEREDO, Sandra Maria da Mata. Relações entre empregadas e patroas: reflexões sobre o feminismo em países multiraciais. In: COSTA, Albertina de Oliveira; BRUSCHINI, Cristina (orgs). Rebeldia e submissão. Estudos sobre condição feminina. São Paulo: Vértice / Revista dos Tribunais / Fundação Carlos Chagas, 1989.

Palavra-chave: MOBRAL. Texto disponível em <http://pt.wikipedia.org/wiki/MOBRAL>. Acesso em 24/09/2007.

PÉCORA, Alcir. Os campos das práticas da leitura, segundo Chartier. Introdução à edição brasileira. In: CHARTIER, Roger (org.). Práticas da leitura. São Paulo: Estação Liberdade, 2001.

PEDRO, Joana Maria. Mulheres. In: PINSKY, Jaime (org). O Brasil no contexto – 1987-2007. São Paulo: Contexto, 2007.

PEDRO, Joana Maria. Narrativas fundadoras do feminismo: poderes e conflitos (1970-1978). Revista Brasileira de História. São Paulo: ANPUH, vol. 26, n° 52, jul/dez 2006.

PEDRO, Joana Maria; WOLFF, Cristina Scheibe. Nosotras e o Círculo de Mulheres Brasileiras: feminismo tropical em Paris. ArtCultura (UFU), v. 9, pg. 55-70, 2007.

PEDRO, Joana Maria. Nosotras, Nós Mulheres, Nos/Otras, Noidonne. Rede de divulgação feminista dos anos 70 e 80. In: WOLFF, Cristina S.; FÁVERI, Marlene de; RAMOS, Tânia R. O. (orgs). Leituras em rede: gênero e preconceito. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2007.

PICANÇO, Felícia Silva. Amélia e a mulher de verdade: representações dos papéis da mulher e do homem em relação ao trabalho e à vida familiar. In: ARAÚJO, Clara; SCALON, Celi (orgs). Gênero, família e trabalho no Brasil. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

PINTO, Céli Regina Jardim. Uma história do feminismo no Brasil. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

PRADO, Danda. Ser esposa – a mais antiga profissão. São Paulo: Brasiliense, 1979.

RIBEIRO, Carlos Antonio Costa. Classe e gênero no Brasil contemporâneo: mobilidade social, casamento e divisão do trabalho doméstico. In: ARAÚJO, Clara; SCALON, Celi (orgs). Gênero, família e trabalho no Brasil. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

ROCHA, Maria Isabel Baltar da (org). Trabalho e gênero: mudanças, permanências e desafios. São Paulo: Ed. 34, 2000.

ROSTAGNOL, Susana. Las trabajadoras em el servicio doméstico. Mujer y trabajo nº 4. Montevideo: CIEDUR, 1988.

SAFFIOTI, Heleieth. Emprego Doméstico e Capitalismo. São Paulo: Vozes, 1978.

SCHWARTZ, Roberto. Ao vencedor as batatas. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1981. Apud KOFES, Suely. Mulher, mulheres: identidade, diferença e desigualdade na relação entre patroas e empregadas domésticas. Campinas: Unicamp, 2001.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. Educação e Realidade. Porto Alegre, 16(2). Jul/Dez, 1990.

SILVA, Sueli Bulhões da; TEIXEIRA, Sonia Beatriz Sodré. Um estudo junto à empregada doméstica do curso supletivo do Colégio Santo Inácio. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Serviço Social), PUC RJ, 1973.

SILVEIRA, Maria Lucia da. Reflexão coletiva sobre quatro experiências de organização das mulheres na socialização do trabalho de alimentação. In: SILVEIRA, Maria Lucia da; TITO, Neuza (orgs). Trabalho doméstico e de cuidados. Por outro paradigma de sustentabilidade da vida humana. São Paulo: SOF, 2008.

SOIHET, Rachel. Zombaria como arma antifeminista: instrumento conservador entre libertários. Revista Estudos Feministas. Florianópolis, v. 13, n. 3, dez. 2005.

SOUZA, Julia Filet-Abreu de. Paid domestic service in Brazil. Latin American Perspectives, 7(1): 35-63, 1980. Pg. 36. Apud AZEREDO, Sandra Maria da Mata. Relações entre empregadas e patroas: reflexões

sobre o feminismo em países multiraciais. In: COSTA, Albertina de Oliveira; BRUSCHINI, Cristina (orgs). Rebeldia e submissão. Estudos sobre condição feminina. São Paulo: Vértice / Revista dos Tribunais / Fundação Carlos Chagas, 1989.

SOUZA-LOBO, Elisabeth. A classe operária tem dois sexos: trabalho, dominação e resistência. São Paulo: Brasiliense / SMC, 1991.

STOLCKE, Verena. Mulheres e trabalho. In: Estudos Cebrap, 26. 1980. Apud FARIAS, Zaíra Ary. Domesticidade: cativo feminino? Rio de Janeiro: Achimé/CMB, 1983.

TORRES, Cristina. El trabajo doméstico y las amas de casa – el rostro invisible de las mujeres. Mujer y Trabajo nº 2. Montevideo: CIEDUR, 1988.

Trabalho Doméstico tem Valor. CFMEA – Centro Feminista de Estudos e Assessoria. Disponível em <http://www.cfmea.org.br/publicacoes/boletins.asp> Acesso em 30/04/2009.

WOLFF, Cristina Scheibe. Jogos de gênero na luta da esquerda armada no Brasil – 1968-1974. In: WOLFF, Cristina S.; FÁVERI, Marlene de; RAMOS, Tânia R. O. (orgs). Leituras em rede: gênero e preconceito. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2007.

